

# ALTREITALIE

luglio-dicembre **47/2013**



Rivista  
internazionale di studi  
sulle migrazioni italiane  
nel mondo

*International  
journal of studies  
on Italian migrations  
in the world*

CENTRO  ALTREITALIE

# INDICE

## Saggi

### Biografie

*Nuncia Maria Santoro de Constantino*

Dona Lydia De Próprio Punho: uma imigrante italiana que se conta 4

Sommario | Abstract | Résumé | Resumo | Extracto 19

*Rosane Aparecida Bartholazzi*

A mulher italiana no mundo dos negócios: do Lazio ao Rio de Janeiro 21

Sommario | Abstract | Résumé | Resumo | Extracto 35

*Isabelle Felici*

La re-naissance italienne de Marcel Spada 37

Sommario | Abstract | Résumé | Resumo | Extracto 46

*Giampaolo Giampaoli*

I precursori del Made in Italy: Figurina, architetti e librai nelle migrazioni toscane 51

Sommario | Abstract | Résumé | Resumo | Extracto 64

### Fonti

*Cindy Doneda*

Bibliographie sur la présence des immigrés italiens dans le département du Var 66

### Rassegna

#### Convegni

*Lingue Migranti. The Global Languages of Italy and the Diaspora*  
(Stefano Luconi) 72

## Libri

Adelina Miranda e Amalia Signorelli (a cura di), <i>Pensare e ripensare le migrazioni</i> (Bénédicte Deschamps)	75
Javier P. Grossutti e Corinna Mestroni, « <i>In lontano suolo a guadagnarsi un incerto pane!</i> ». <i>Emigrants dal Friùl di Mieç</i> (Federica Bertagna)	77
Michele Colucci, <i>L'Umbria e l'emigrazione. Lavoro, territorio e politiche dal 1945 a oggi</i> (Alessandra Gissi)	79
Sergio Salma, <i>Marcinelle 1956</i> (Anna Caprarelli)	81
Paolo Barcella, « <i>Venuti qui per cercare lavoro</i> ». <i>Gli emigrati italiani nella Svizzera del secondo dopoguerra</i> ; Toni Ricciardi, <i>Associazionismo ed emigrazione. Storia delle Colonie Libere e degli Italiani in Svizzera</i> (Mattia Pelli)	84
Morena La Barba, Christian Stohr, Michel Oris e Sandro Cattacin (a cura di), <i>La migration italienne dans la Suisse d'après-guerre</i> (Sara Rossetti)	87
Alessandro Forte, <i>La Londra degli italiani. Dal Penny Ice alla City: due secoli di emigrazione</i> (Rossana Longobucco)	89
Isabella Insolubile, <i>Wops. I prigionieri italiani in Gran Bretagna (1941-1946)</i> (Luca Bancani)	91
Flavio Giovanni Conti, <i>I prigionieri italiani negli Stati Uniti</i> (Isabella Insolubile)	93
David Cook-Martin, <i>The scramble for Citizens: Dual nationality and state competition for immigrants</i> (Ana Irene Rovetta Cortés)	96
Elena Gianini Belotti, <i>The Bitter Taste of Strangers' Bread. An Italian Immigrant in America</i> (Elise Magistro)	99
William J. Connell and Fred Gardaphé, eds., <i>Anti-Italianism: Essays on a Prejudice</i> (Andrew Hoyt)	101
Jonathan J. Cavallero, <i>Hollywood's Italian American Filmmakers. Capra, Scorsese, Savoca, Coppola, and Tarantino</i> (Alberto Zambenedetti)	103
Anthony Julian Tamburri, <i>Re-Viewing Italian Americana. Generalities and Specificities on Cinema</i> (Jonathan J. Cavallero)	106
Shirley Ann Smith, <i>Imperial Designs: Italians in China 1900-1947</i> (Marc Choate)	108
Segnalazioni	111
Riviste	112

## Dona Lydia De Próprio Punho: uma imigrante italiana que se conta

*Nuncia Maria Santoro de Constantino*

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

### **Considerações preliminares**

No presente ensaio, Lydia Moschetti é apresentada *de próprio punho*. Ela se conta e sua narrativa é indiciária de realidades bem mais amplas do que a sua própria vida, apesar de ter feito tanto em longa existência. Nasceu em Fucecchio, província de Florença, Toscana, com o nome de Livia Giannoni, e há controvérsias quando à sua data de nascimento: 12 de outubro de 1888 ou 14 de setembro de 1896. Morreu em Porto Alegre, de trombose cerebral, em 5 de agosto de 1982. Sua *Autobiografia* foi publicada em livro sem data e sem editora, provavelmente após 1970, com 180 páginas, recentemente reeditado (Moschetti, s/d). Trata-se portanto de valiosa fonte, entendida tal autobiografia como documento, o qual se analisa empregando a metodologia de análise textual discursiva.

Antonio de Ruggiero registra que a emigração toscana foi pouco estudada até a década de 1990, quando surgiu um verdadeiro filão historiográfico no sentido de analisar o fenômeno que, no caso, se revela interessante quando o destino dos emigrantes é o Brasil. O autor demonstra que, no país, esses italianos encontrariam também boas oportunidades no âmbito da música e das artes plásticas (de Ruggiero, 2011). Sobre a imigração de artistas em geral, Franco Cenni discorre com precisão, destacando a importância do teatro lírico que, em torno de 1876, já era objeto de entusiasmo geral entre os brasileiros (Cenni, 2003).

Ao escrever uma autobiografia, exercício pouco frequente entre imigrantes, Lydia Moschetti favorece o trabalho de historiadores da imigração, por duas

razões. Reforça uma definição a partir de Fernando Devoto, que envolve na categoria *imigrante* «uma variedade de situações e ocupações e uma multiplicidade de motivos de imigração» (Devoto, 2009, pp. 41-2); possibilita indícios de realidades mais amplas, na perspectiva de Ginzburg, quando desenvolve os fundamentos da microhistória (Ginzburg, 1998). Lydia, portanto, é indiciária dessa imigração toscana no Brasil.

### **Traços de vida**

Já foi dito que nasceu em Fucecchio, filha de Giulia e de Fabrizio, ele representante de antiga família da nobreza regional. Teve uma infância com grandes carências, fazendo parte de uma família com dez filhos. Dessa infância quase nada pode lembrar com saudade, a não ser sua amada boneca de cera (que acabou derretida), ou a boneca de pano feita pela irmã Ida, assim como as brincadeiras em casa das princesinhas Landini. A situação de pobreza agravou-se com a partida do pai para o Brasil e a adolescência revelou-se período de sacrifícios e humilhações, como interna bolsista em colégio de freiras, do qual as lembranças chegam a compor uma narrativa de horror. Diz que, para uma pobre bolsista, naquele colégio nada das artes de que tanto gostava: «Era nos remendos, no tanque e no ferro de passar; era nas panelas e na limpeza da casa» que deveria se ocupar (Moschetti, s/d, p. 103). Chega a afirmar que, de franca, sincera e expansiva que fora, ao sair do internato ficara «desconfiada, fingida, rancorosa [...] em consequência dessa infância subjugada e dessa adolescência escravizada pelo fanatismo religioso com seus absurdos» (Moschetti, s/d, p. 107).

Terminando o ginásio, consegue trabalho na Sicília, em colégio administrado por freiras francesas, frequentado por meninas das mais altas camadas sociais. Tratava-se de um trabalho exaustivo que começava pela manhã e terminava à noite, sem deixar-lhe tempo aos próprios estudos, conforme fora prometido. Aceita outra colocação, em casa do Barão Gentile, onde seria preceptora das crianças. Ali pode frequentar a melhor sociedade, assim como frequentar espetáculos teatrais, sobretudo óperas encenadas no teatro de Catânia. Retornou à casa com dinheiro, pois escreve ter recebido de um casal amigo uma importante quantia como presente. Desloca-se para Volterra, nessa cidade conseguindo prestar exames e obter um diploma. Estava para ocupar um posto de professora, quando recebe carta da família com uma passagem para o Brasil. Com a mãe e irmãos embarca em Gênova no navio *Sardegna*; pela descrição das acomodações percebe-se que viajou na terceira classe, em período da emigração em massa. Desembarcam no Rio de Janeiro após dois meses, continuando viagem para Santos, onde encontrariam o pai e uma fria recepção. Na cidade portuária paulista empenha-se em trabalhos de costura e bordados, juntamente com as irmãs; também ensina italiano a muitos italianos que só falavam dialetos. Com

algumas economias desloca-se para São Paulo, na busca de melhor trabalho. Chega a dormir em praças para poupar a hospedagem, até começar a lecionar em casa de famílias italianas e a escrever para o jornal em língua italiana «Il Fanfulla». Empregou-se no estabelecimento da francesa Madame Doré, que vendia serviços e produtos de toucador; ali aprendeu a fazer permanente, lidar com perucas, ser manicure. Volta a exercer a função de professora com os filhos da rica família do Comendador Puglisi, sendo ali muito bem tratada e ali aprendendo a organizar festas que eram oferecidas à alta-sociedade paulistana. Em muitas dessas recepções apresenta-se entoando canções italianas, especialmente napolitanas. Começam então a aparecer com frequência convites para apresentar-se como cantora em reuniões sociais.

Por esse tempo, conheceu o professor Corradini que, entusiasmado com sua voz, ofereceu-lhe lições de empostação e de canto lírico. Conseguiu também que substituísse uma soprano doente que atuava no Teatro República, fazendo o papel de Susuki, na ópera *Butterfly*. Abraça a carreira artística, enfrentando a oposição familiar; apresenta-se em Buenos Aires, percorre a Argentina de norte a sul, atuando inclusive em precários teatros do interior. Apresenta-se no Chile e no Uruguai, onde a companhia de que faz parte atua com sucesso no Teatro Solis e onde conhece o grande tenor Enrico Caruso. Retornando a Buenos Aires, quando as companhias se dissolveram no verão, aceitou contratos em «music-halls, clubes e cassinos», onde cantava música ligeira, como canções napolitanas, melodias francesas, trechos de óperas e operetas. Lembra ter conhecido grandes nomes internacionais, como o pianista Paderewski, a bailarina Malaguenita, as cançonetistas La Maja e Goia, os lutadores Dempsey e Carnera, o hipnotizador Mapelli, os transformistas Fregoli, Leopoldis e tantos outros, inclusive celebridades «da política, da ciência, da aviação».

Retorna a São Paulo para reencontrar a família; apresenta-se na capital e no interior do estado, aproveita as temporadas termais para frequentar hotéis em estações de águas, participa de espetáculos em Belo Horizonte, em Salvador, onde conheceu um jovem oficial da marinha. Nas suas palavras, por ele experimentou o amor pela primeira vez. Fizeram planos de casamento e ela preparava um enxoval quando recebeu a notícia de um acidente no navio *Minas Gerais*, que resultou na morte do noivo.

Com dificuldade volta ao trabalho, pois precisava dele para viver. Continua no palco, mas empenha-se em campanhas sociais, como acudir sobreviventes do incêndio no morro de Santo Antônio, no Rio, participando de campanhas para angariar alimentos e agasalhos. Em Pernambuco acode leprosos que invadiam a cidade em busca de socorro, durante a epidemia da *gripe espanhola*. Retorna a São Paulo onde, num camarim, recebe flores de quem seria seu futuro marido, industrial que residia em Porto Alegre. Lydia casou-se com Luiz Moschetti na igreja de Nossa Senhora das Dores, em Porto Alegre, no dia 28 de junho de

1925, conforme certidão do arquivo da Cúria Metropolitana. Em livro de batismo da paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus, consta registro do nascimento de um filho em outubro de 1921. Já havia abandonado definitivamente os palcos e recorda ter presenteado a soprano Lídia Rossi, ex- artista como ela, com muitas das suas partituras (Moschetti, s/d, p. 175).

A sequência da narrativa aborda o trabalho que desenvolveu em conjunto com o marido industrial, o crescimento e cuidados com o filho que apresentava problemas de saúde, os veraneios na serra, no município de Garibaldi, ou à beira-mar em Cidreira. Àquela cidade serrana doaria um acervo para a criação do museu Moschetti.

Importante é destacar que, à medida que o casal prosperava, a ponto de fazer grande fortuna no ramo industrial, Dona Lydia foi desenvolvendo uma obra filantrópica de envergadura, admirável e única, pela qual é lembrada.

### **Lydia filantrópica**

Logo após ter introduzido o escotismo no Rio Grande do Sul, envolveu-se com a fundação do Círculo Operário, em 1938. A campanha para o estabelecimento da *Casa do Pequeno Jornaleiro* resultou na sua inauguração em 1938. Liderou campanha para a introdução da *Sopa Escolar*, nas escolas públicas a partir de 1940 e, um ano depois fundou uma escola profissionalizante para cegos, o Instituto Santa Luzia. Em 1947 inaugurava o Educandário São Luiz, seguido pelo Educandário Dom Luiz Guanella. Em 1955 cria a Fundação pela Mãe e pela Criança, em 1956 inaugura o Hospital Banco de Olhos, que foi o primeiro do gênero no Brasil. O *Lar do Bebê – Pupileria*, a partir de 1963, abrigou mães solteiras desamparadas e seus filhos. Também auxiliou na campanha de caridade denominada *Pequena Cruzada*, desde 1935, como no estabelecimento da Creche Navegantes, do Amparo Santa Cruz, do Leprosário Itapuã e do Sanatório Belém.

Foi popularmente conhecida como a «Dama da Caridade», recebeu mais de 50 títulos honoríficos, entre os quais o de Cidadã de Porto Alegre e de Cidadã Brasileira. Perpetua seu nome em rua de Porto Alegre.

### **Lydia e a literatura**

Envolveu-se com inúmeros movimentos culturais, escreveu e publicou romances e poesia. Entre 1940 e 1948 publicou romances: *A Sobrinha do Cardeal*, *A vida é um ponto de «?»*, *Um Baile uma Vida*, *No Altar da Caridade*, *A Morte das Ilusões*. Seu livro conhecido de poesias intitula-se *Poesias Esparsas*, de 1969, e reúne obra poética. Publicou, dentre outras obras, *História das minhas fundações*, a *Conferência sobre as Sanções Italianas* (1935), *Delinquência Infantil e sua Recuperação* (1955), além da *Autobiografia*. Em atividade que

foi considerada febril, fundou ainda a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul em 1943, visto que a Academia Rio-Grandense de Letras não admitia o ingresso de mulheres.

Não é de admirar que Lydia Moschetti tenha sido homenageada com tantos títulos, inclusive relacionados à atividade no âmbito da literatura, como membro da Sociedade Homens de Letras do Brasil (RJ); membro da Associação Brasileira de Escritores de São Paulo, e da Academia de Cultura Romana (Roma), entre outros.

### **Espaço para lembranças**

Durante os primeiros anos da minha infância, a velha senhora subia a escadaria da casa do avô Luigi Santoro, à Rua Coronel Vicente, em Porto Alegre. Ia cumprimentá-lo pelo seu aniversário, em 22 de novembro, e minhas lembranças correspondem aos primeiros anos cinquenta, pois Luigi morreu em 1954.

No topo da escada ficávamos nós, as crianças, disputando para puxar a cordinha que abria a porta lá embaixo. E a velha senhora subia lentamente, vestida com certa extravagância diante dos nossos padrões. Tratava-se de Lydia Moschetti, a campeã da filantropia, personagem habitual nas notícias de jornal, onde aparecia arrecadando fundos para uma nova campanha, inaugurando uma obra social.

Lembro que a casa cheirava a doces e que Dona Lydia vestia preto. Quase sempre um vestido de seda, bordado no peito com vidrilhos. Joias, muitas joias; penso que nunca mais vi tantas em uma pessoa só. Presenteava sempre com uma garrafa de vinho, a ponto de *chianti* entrar para o léxico familiar como sinônimo de «mesma coisa» ou «presente igual».

Aliás, para o léxico familiar muitas expressões foram nela inspiradas. *Dona Lydia* pode ser uma pessoa que usa muitas joias ou uma pessoa desafortada, porque não tinha papas na língua. Meu pai sempre contava que era o terror dos comerciantes quando entrava nas lojas para pedir donativos às suas campanhas, com um *Livro de Ouro* embaixo do braço. Se fosse pequeno o donativo, passava em público uma pequena descompostura; se não houvesse donativos fazia um verdadeiro escândalo, saindo a descompor o proprietário do estabelecimento além da porta da rua<sup>1</sup>.

Dia de cerimônia era aquele em que meu avô recebia seus amigos no final da tarde. Tardei a descobrir como surgira aquela amizade entre Dona Lydia, riquíssima dama da sociedade, e meu avô, imigrante calabrês, modesto comerciante. Uma resposta foi esboçada muitos anos depois, pelas vozes do meu pai e das minhas tias: era uma amizade que surgira na noite porto-alegrense, onde os italianos Luigi e Lydia trabalhavam, ele como garçom, ela como cantora, no cabaré mais chique da cidade. Tal resposta não coincide com a narrativa



de Lydia que já teria vindo para Porto Alegre casada, longe dos palcos. Ainda que, em vários trechos de sua narrativa, faça referências à sua vida de artista na juventude, não menciona Porto Alegre nesse percurso. Assim, registra que, nas capitais platinas, como em todas as partes, tropeçava «com as mesmas dificuldades». Depois de cumprir contratos com companhias teatrais, «para não passar o tempo sem ganhar, aceitava cantar [...] música ligeira no Cassino, Jockey, Music Hall [...], tanto em Buenos Aires como no Uruguai, e Brasil, interior e capitais, pensando em juntar dinheiro para o dia de amanhã» (Moschetti, 2008, p. 165).

Assim, espero ter demonstrado como surge minha curiosidade inicial pela personagem, interesse que cresce ao ir conhecendo, ao longo do tempo, suas realizações, obras assistenciais que permanecem e que fazem jus aos mais de 50 títulos que lhe foram concedidos, além de muitas comendas.

### **Fundamentos Teórico-Metodológicos**

Produzir inferências ou desvelar significados é razão de ser da Análise Textual Discursiva (ATD) (Constantino, 2002, pp. 183-94). Abordando possibilidades e limites da ATD, Moraes enfatiza que são determinados pelo paradigma do pesquisador. A escolha de procedimentos ou técnicas a serem empregados depende essencialmente dos interesses do pesquisador e dos objetivos da pesquisa (Moraes, 1994, pp. 108-9).

Com relação à *Análise da Autobiografia* de Lydia, como é praxe, o primeiro passo foi desconstruir a mesma, desmontando seus elementos constituintes, as *unidades de análise*. A etapa seguinte da análise foi desenvolver o processo de categorização. Uma última etapa da análise refere-se à construção de um meta-texto. Esta etapa exige esforço para expressar, inclusive, as intuições do pesquisador. Não pode limitar-se à descrição, mas precisa atingir níveis de inferência e de interpretação. Esta é a etapa desenvolvida no momento, ao escrever esse estudo.

De outra parte, é preciso lembrar alguns fundamentos teóricos que dizem respeito à autobiografia. Ainda que sucintamente, como requer o espaço disponível nesse texto, é preciso portar subsídios à discussão da escrita de si, como rica fonte à pesquisa histórica. Nessa perspectiva, a coletânea organizada por Ângela de Castro Gomes é de grande valia (Gomes, 2004). Escreve: «a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade” [...] O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor expressa» (Gomes, 2004, p. 14).

Quanto à autobiografia produzida por imigrantes, faz escola o estudo realizado por Camilla Cattarulla (Cattarulla, 2003). A autora afirma, como ponto de partida, que a trama de qualquer autobiografia é dirigida para a reconstrução

de um «eu», «de uma unidade que as diversas experiências de ruptura despedaçaram de modo mais ou menos conflitual». Em se tratando de imigrantes, que precisam superar fortes desafios psicológicos e materiais, configura-se frequentemente um processo contínuo de destruição e reconstrução do «eu». E a procura de uma identidade constitui o fio pelo qual se desenvolve a narrativa autobiográfica (Cattarulla, 2003, p. 13).

Nesse breve esboço teórico, registro de peso vem das reflexões que acompanham a metodologia da História Oral, quando são assinalados alguns problemas referentes à memória que exigem atenção do pesquisador, como a auto-representação, a supressão, a extinção.

### **Lydia Moschetti: análise-crítica e metatexto**

Lydia Moschetti, em autobiografia escrita por volta de 1970, relata sua trajetória desde a infância. Aparecem então elementos que permitem compreender a personagem que recebeu tanto reconhecimento e títulos pelo papel que desempenhou na filantropia e na cultura no Rio Grande do Sul.

Pode-se afirmar que a autora dedica bem maior espaço da narrativa à sua infância<sup>2</sup>, o que parece um paradoxo, uma vez que viveu muito e com maior intensidade a partir da chegada ao Brasil, primeiro pelo trabalho nos palcos e depois por seu casamento, pela prosperidade econômica e por suas obras no plano assistencial. No seu texto, chama atenção a ausência de referências a diversas obras sociais nas quais esteve envolvida, assim como a datas, que parece omitir propositalmente.

Então, são as vivências da infância e da adolescência de Lydia que dominam a narrativa, demonstrando que moldaram sua identidade e que estão na origem de suas ações ao longo da vida adulta. Isto remete ao pensamento de Halbwachs, quando afirma que a memória é construção social, emoldurada pelo presente de quem lembra. Lydia Moschetti reconstrói conscientemente suas experiências passadas à luz do presente, influenciada pelo lugar que ocupa na sociedade gaúcha, pela família que constituiu, pelos preconceitos ainda vigentes na década de 1960, pela avançada idade, sobretudo tratando-se ela de pessoa de destaque, o que hoje denominamos pessoa formadora de opinião.

Lembra melhor a infância, como acontece com idosos, mas não evidencia nostalgia. Diz que aquele seu período da vida que deveria ser de brincadeiras, travessuras e amor, foi marcado por carências de todo o gênero, humilhações e sofrimento. Assim, a procura de uma identidade constitui o fio central da narrativa autobiográfica, capaz de justificar momentos mais recentes do seu passado, em que fatos ocorridos continuavam não sendo socialmente aceitos. Tal procura de uma identidade revela-se mais aguda por tratar-se de uma estrangeira, na verdade aquela que foi uma jovem imigrante, oriunda de um

espaço repleto para si de significados, caminhando para o desconhecido, em busca de melhores condições de existência. Encontra na infância explicações que lhe servem às ações realizadas na vida adulta. Além disso, sendo a memória seletiva, Dona Lydiá não esclarece datas, omite nomes de coadjuvantes no seu cenário de vida e propositalmente, com certeza, faz adequações quanto a fatos que, ao narrar, considera desagradáveis.

Nesta reconstrução do passado destacam-se alguns aspectos que caracterizam uma infância de sofrimentos: extrema pobreza, rejeição das desigualdades sociais, violência do pai e passividade da mãe, importância atribuída à educação, o papel negativo da religião. Na vida adulta, de sua narrativa emerge a luta contra os preconceitos em relação às mulheres, a busca precoce pelo reconhecimento social e, principalmente, a ideia de uma mulher imigrante como incansável trabalhadora em busca de vida melhor para si e para sua família.

Lydia teve uma «infância subjugada» e uma «adolescência escravizada pelo fanatismo religioso» (Moschetti, 2008, p. 57), conforme se exprime. Sua infância também foi marcada pela desarmonia entre os pais. Deixa isso claro e repete ao longo do texto o quanto sua mãe se sacrificou para criar a prole numerosa. Com o pai de origem nobre e pobre, com a mãe submissa e religiosa ao extremo, Lydiá testemunhou desde seus primeiros anos um casamento mal sucedido: «E deste casamento [arranjado] minha mãe só conheceu os sacrifícios» (Moschetti, 2008, p. 33). Acrescenta: «Mas, se minha mãe foi vítima, meu pai também não deixou de sê-lo. Uma submissão e resignação mútua, ante a qual nenhum deles podia rebelar-se» (Moschetti, 2008, p. 33).

Nota-se que a autora apresenta por vezes memórias que não são suas, mas que outros lhe contaram, tendo-as incorporado ao seu repertório. São acontecimentos conhecidos indiretamente, como o acerto para o casamento dos pais, ou situações vivenciadas antes de seus dois anos de idade, o que não poderia normalmente recordar. Apesar disto, relata uma surra que levou do pai por ter sujado de tinta o vestido domingueiro: «Até hoje não pude esquecer aquela surra, recebida aos vinte e três meses de idade que [...] tornaram-me revoltada e audaz frente a todas as desavenças e discussões que volta e meia agitavam o ambiente familiar» (Moschetti, 2008, p. 35).

Ainda quanto à infância, vale lembrar o contato que manteve com uma família nobre e rica, os Landini, cujas filhas andavam sempre de carruagem, bem vestidas e possuíam vários brinquedos. Escreve:

alguma coisa em mim, diferente das outras (irmãs), tinha chamado a atenção desses fidalgos. No dizer deles, eu me revelava uma autêntica neta dos nobres avós de Val de Chiana [...]. Encantados com as minhas aspirações de estudar e aprender para um dia ser na sociedade “algo” como eles, presenteavam-me com lindos vestidos e chapéus que as filhas não usavam mais, saindo com elas de carruagem no jardim

público, nas tardes de concerto musical, atizando cada vez mais a minha vaidade; vaidade de menina com aspirações de grandeza e bem-estar futuro. Naquele ambiente de espelhos, tapetes e quadros [...] eu sentia ter nascido para viver num ambiente assim (Moschetti, 2008, p. 47).

Frequentando a casa dos Landini, Lydia pôde observar a desigualdade. Cresce a revolta interna:

Que diferença da vida modesta em minha casa, economizando tudo, e a do Senhorio passeando em bela carruagem enquanto o que jogavam fora dava para os meus irmãos almoçarem [...] E quantos brinquedos tinham para brincar, enquanto nós nem os mais baratos tínhamos (Moschetti, 2008, p. 48).

Manifesta sua amargura em poucas linhas:

Infância quer dizer traquinices, travessuras, dengues e sobretudo mimos e ternura, enquanto eu conheci temor, severidade, ausência de carinhos, seguida de uma adolescência ausente de primavera... cheia de rezas, retiros e sermões, sobre-carregada de humilhações.

Na sua narrativa, entretanto, sugere ter-se dado conta de que havia ainda maior miséria do que a sua, assim como afirma não ter carregado recalques. Lembra o encontro com um menino cego que não tinha o que comer e ela, que pouco possuía, ofereceu-lhe a merenda e uns trocados. Credita a este encontro o alvorecer de um sentimento de solidariedade, da vontade de ajudar quem sofria. Então teria feito a promessa de que, se o destino lhe sorrisse com a fortuna, dedicar-se-ia a atenuar o sofrimento alheio.

Lydia afirma ter sempre acreditado na educação como instrumento pelo qual obteria sua independência, para que pudesse ser «alguém na vida» e pudesse ajudar a infeliz mãe. Escreve: «Preocupada pelo bem-estar de mamãe e dos irmãos [...] eu queria estudar, me formar e trabalhar para dar-nos roupas, livros, mesa farta e preparo para o futuro» (Moschetti, 2008, p. 57). Descreve como «oportuno» o decreto governamental que obrigava os pais de crianças a matriculá-las na escola, já que de início sua mãe não concordou com a ideia de que Lydia estudasse. Comete aqui um equívoco de transposição da memória, visto que a famosa Lei Coppino encontrava-se vigente desde 1877, quando introduzira o ensino obrigatório na Itália no primeiro triênio da escola elementar. Diga-se de passagem que essa lei não foi amplamente cumprida, ainda que Lydia afirmasse ter sido pela mesma beneficiada (D'Amico, 2009).

A autora enfatiza que sempre apreciou o estudo e nem mesmo desanimou quando encaminhada ao internato, porque acreditava poder aprimorar o intelecto. Entretanto, percebeu que, no internato, mantida por bolsa do governo, era

frequentemente humilhada pelas religiosas. Diz que, para ela, só incentivavam o aprendizado de tarefas domésticas e braçais pelo fato de ser pobre, enquanto as filhas das famílias ricas eram estimuladas nas artes. Para uma pobre bolsista, escreve, nada de pincéis e solfejos, enfim nada das artes que tanto apreciava. Entre as piores lembranças situa-se o dia da crisma: «minha irmã Tina e eu, mais duas companheiras, entramos por último, vestidas de étamine branco, modesto e singelo, contrastando com a elegância requintada das demais [...] deu-me vontade de arrancar aquele trapo barato e aquele véu de algodão».

Mesmo assim, dedicou-se aos estudos e tornou-se professora, sendo convidada a auxiliar antiga mestra em escola privada no sul da Itália.

Ao contrário de sua mãe, extremamente religiosa e conformada com a vontade divina, Lydia acreditou que poderia vencer através do seu próprio esforço, não esperando por milagres. Muitas vezes, aparecem na autobiografia trechos em que se revela contra a religião; não aceitava que essa ocupasse lugar mais importante do que a educação: «O analfabetismo era quase uma imposição nas famílias de sentimentos religiosos, atribuindo à instrução a culpa de ser um meio fácil e propício no desajuste social e na perdição eterna» (Moschetti, 2008, p. 52). Naqueles tempos, diz ela, «a instrução era pecado, particularmente nas mulheres. Elas deviam aprender de cor todos os salmos e ofícios religiosos em latim» (Moschetti, 2008, p. 41). Além disso, «ter bastante filhos era a preocupação e, ao mesmo tempo, o orgulho da mulher casada daquela época» (Moschetti, 2008, p. 51). Muitas das críticas que ela dirigiu à sua mãe decorreram do conformismo estimulado pela religião. Frente aos ataques violentos do marido, a mãe de Lydia demonstrava pura resignação: «Tudo isso vem da vontade de Deus; tenho pois de aceitar esta cruz e subir pacientemente o meu calvário, como fez Nosso Senhor» (Moschetti, 2008, p. 36).

Entretanto, apesar de sua inconformidade com a religião, dirige-se a Deus em alguns trechos de sua autobiografia, evidenciando tradições arraigadas ou uma singela crença: «Pensava então no poder de Deus e da sua infinita onipotência, a Ele entregando-me pequenina e impotente» (Moschetti, 2008, p. 150). Ou então, por ocasião de seu casamento: «Em vão eu suplicava a Deus e lhe pedia para abençoar a vida que eu ia iniciar» (Moschetti, 2008, p. 216). À essa altura, uma pergunta se impõe: por que suplicava «em vão», visto que, em nenhum trecho, lamenta-se de um casamento infeliz como fora aquele de seus pais.

Após terminar seus estudos secundários, Lydia foi lecionar na Sicília, afastando-se da família pela primeira vez. Então seu pai já havia partido para o Brasil e a família enfrentava ainda maiores dificuldades. O dinheiro que passou a receber destinou-se, então, a auxiliar mãe e irmãos. Em função da extrema dificuldade que enfrentavam, com ajuda de um amigo a família emigrou para o Brasil, país que consideravam «terra da promessa». Logo à chegada, conheceram uma terra de abundância, onde Lydia não tardou a constatar o desperdício de

alimentos por parte de uns e a falta de comida por parte de outros. Novamente encontrava-se frente às desigualdades sociais que entristeciam.

Em São Paulo, Lydia continuou lecionando italiano e começou a escrever para jornais que circulavam entre a população de imigrantes italianos. Aos poucos começou a se dedicar ao canto, tendo sido «descoberta» durante uma festa na casa de patrões. Então passou a fazer parte de companhias de teatro, viajando por várias regiões do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Apreciava muito a vida itinerante dos palcos, tendo conhecido grandes nomes da cena internacional. Ganhou bastante dinheiro e fez economias com que pode ajudar a mãe. Entretanto, não conseguiu escapar aos preconceitos de que eram alvo as mulheres artistas. Relata inúmeros «convites» e «insinuações» por parte de colegas e patrões, diante dos quais afirmou ser forçada a abandonar o trabalho. A própria família não via com bons olhos a atividade de Lydia; sua mãe muitas vezes recusou-se a receber seus presentes e dinheiro, por desconfiar da origem dos mesmos; sentia-se constrangida com as visitas da filha, pois não sabia mentir e não encontrava explicação para dar aos amigos e vizinhos sobre o trabalho de Lydia. Instava para que casasse.

Mesmo casada, Lydia não conseguiu escapar ao preconceito. Já em Porto Alegre e envolvida com atividades filantrópicas, não encontrava espaço na chamada «alta sociedade». Seu passado como «mulher dos palcos» era visto com desconfiança e restrições. Suas insistentes campanhas para angariar fundos, com atitudes irreverentes despertavam comentários. Tanto que apresenta justificativa para a ação que realiza nas casas comerciais, portando o livro-de-ouro: Escreve que o dito livro, «obriga a parecer tão diferente, às vezes fútil, às vezes humilde; insistente quando não querem dar ou dar pouco; sorrindo quando bem acolhida [...] festiva e grata se recebida com prodigalidade e [...] irritada quando, pensando cansar-me, fazem-me voltar uma infinidade de vezes para acabar dando nada» (Moschetti, s/d, p. 27).

Parece que, dadas as dificuldades para a inserção no grupo de mulheres da alta sociedade porto-alegrense, Lydia empregou toda a sua energia nas ações sociais, paralelamente ao trabalho junto ao marido na fábrica. Ela garante tê-lo sempre ajudado e sua relação com Luiz Moschetti é descrita como de companheirismo e compreensão: ele, ligado ao ciclismo e ao remo, ela ligada à filantropia. Se conseguiu dedicar-se de modo tão intenso à caridade, reconhece ter sido graças à conquista de uma excelente condição econômica, resultado de muito sacrifício e esforço do casal: «Comendo pouco, dormindo menos, trabalhando muito, economizando ao máximo, era o nosso lema, estimulado pelo desejo de compartilhar “algo” com os menos felizes» (Moschetti, s/d, p. 261). Apresenta-se como «ativa, incansável e rebelde» e, ao mesmo tempo, na mesma linha do texto, afirma não ser uma rebelde aos princípios que alicerçaram sua infância (Moschetti, s/d, p. 58).

À Lydia causou estranhamento a mudança para Porto Alegre com Luiz Moschetti: «Uma cidade despida de qualquer atrativo, monótona, sem comodidade alguma e duma insipidez chocante, provinciana e cheia de preconceitos de classe» (Moschetti, s/d, p. 216). Considerava atrasadas as mentalidades e, como tal, hipócritas e conservadoras. Ficou muito desanimada nos seus primeiros tempos na cidade, acostumada como já estava a ambientes luxuosos e a outro padrão cultural, experimentado durante suas excursões com o teatro e a música: «faltavam-me os convites para jantares e ceias em luxuosos restaurantes [...]. Faltavam-me ainda minha *habilleuse* para ajudar a me vestir, o cabeleireiro, os ensaios, as viagens, as flores e os presentes de admiradores» (Moschetti, sd, p. 217). Lydia escreve: «detestei sempre e tive horror à pobreza. A riqueza representava para mim poder, prestígio e possibilidade de realizar coisas boas e úteis para os que nada tinham» (Moschetti, s/d, p. 54).

Ressente-se e verbaliza: «A elegância no vestir, o modo de falar, de caminhar e de maquilagem, tudo em mim levava a marca da passagem pelo palco, despertando atenções e comentários». Expressa profundo ressentimento com desfeitas recebidas em reuniões sociais, assim como com pessoas incapazes de reconhecer seu trabalho em prol dos necessitados. Afirma que auxiliou muitas pessoas sem obter sequer um agradecimento, ao contrário do que recebia de animais, que manifestavam agrado e reconhecimento quando acariciados (Moschetti, 2008, p. 210).

Desde criança desejou «ser algo». Diante da escassa aceitação por parte da «alta sociedade», parece ter aos poucos encontrado um caminho para afirmação nas obras sociais. Estas funcionaram como um passaporte para o reconhecimento que tanto desejou, pois tornaram-na respeitada e reconhecida; se a alta sociedade em alguns momentos rejeitou-a, como bem conta, toda a sociedade passou a reverenciá-la. Mas ressalva já no início do seu livro: «A primeira vista podem minhas atividades parecer de cunho exibicionista e filantropia vaidosa. Em realidade, nada têm de tudo isso» (Moschetti, 2008, p. 28). Mas têm a ver com a construção de uma identidade satisfatória. Lydia transmite através de sua autobiografia a imagem que faz de si, moldada ao longo da vida, bem como a maneira que deseja ser percebida pelos outros. Para tanto, emprega muitas páginas narrando as origens na nobreza paterna, o casamento dos seus pais arranjado pelo tio materno, membro do clero italiano, dando conta que atrás de si havia uma história bem antiga, remontando a tradições desconhecidas às damas porto-alegrense.

Outro aspecto a ser destacado é a mobilidade de Lydia, característica perceptível na imigração italiana. Seguindo a classificação de Tilly (Truzzi, 2008), pode-se dizer que Lydia realizou uma migração circular, deslocando-se de sua cidade natal para lecionar em outra cidade por tempo definido, retornando depois para sua origem. Também se pode dizer que realizou migrações de carreira

durante o período em que se dedicou ao trabalho junto às companhias de teatro, e ainda, migração em cadeia, caracterizada pelo deslocamento de pessoas graças às informações de parentes que já se encontravam no local, no caso, seu pai.

Além da possibilidade de identificar algumas categorias migratórias na autobiografia de Lydia, pode-se constatar os intercâmbios culturais resultantes das relações sociais que estabeleceu ao longo de sua vida no Brasil. Escreveu para jornais, circulou entre membros da elite, angariou fundos para obras sociais e sempre foi vista como alguém diferente. Revela em sua narrativa o terror que lhe afligia nos últimos tempos: «Solidão e silêncio, eis meus companheiros de hoje, pois perdi também o único companheiro que me restava: o esposo!» (Moschetti, 2008, p. 236).

Verifica-se ainda que, diferente do esperado de uma mulher da sua época e com poder econômico, Lydia rejeitou uma vida pacata no lar, envolvida com afazeres domésticos. Tanto que buscou meios para colocar-se de forma alternativa na sociedade gaúcha, na qual viveu a maior parte de sua vida e na qual morreu, depois de longa enfermidade, no Hospital Banco de Olhos de Porto Alegre, que fundou.

### **Algumas considerações finais**

Li e reli, durante alguns anos, a extraordinária autobiografia de Lydia Moschetti, mas só recentemente fui capaz de analisá-la, buscando atingir camadas mais profundas do texto. Em alguns momentos consegui e acredito ter avançado, não só no conhecimento de aspectos da vida e da obra da personagem, como e principalmente na dimensão teórico-metodológica do conhecimento histórico, quando se trata de buscar algumas verdades no passado com o auxílio de uma fonte de natureza autobiográfica.

Historiadores sempre decidiram sobre suas fontes e analisaram textos. O passado foi sendo alcançado por traços que subsistiram, em maioria sutis. O texto de Moschetti transformou-se em documento, depois de um razoável esforço de interpretação. Trata-se de um documento raro, porque imigrantes dificilmente se contam. Precisam superar fortes desafios psicológicos e materiais, em processo contínuo de destruição e reconstrução do «eu». Quando se trata de mulheres imigrantes, a narrativa escrita é ainda mais rara, especialmente no período em que a autora viveu. Sabe-se que a maior parte da sociedade não consegue exprimir a si mesma, não consegue fazer chegar à História a sua voz, os seus pontos de vista e juízos. Lydia conseguiu porque em plena consciência desejou.

Penso que é impossível entender o fenômeno migratório, se não forem consideradas as relações sociais de gênero e o papel das mulheres no processo. Em outras palavras, a migração não é um assunto exclusivamente masculino, e o papel desempenhado por Lydia demonstra uma enorme dimensão e importância.



Analisar sua *escrita de si* foi exercício produtivo. Até porque estive longe da pretensão de reconstruir uma «História de Vida», mas apenas contar percursos que fazem da mulher migrante uma mediadora entre a realidade de um país e de outro, apontando para problemas da relação entre duas culturas.

Li o texto da autora buscando suas experiências no passado. Mas ativei a memória, especialmente conhecimentos históricos sobre imigração, que me permitiam, a cada passo, contextualizar. Revisei questões no âmbito da memória e da «escrita de si», considerando a subjetividade nos seus múltiplos aspectos: auto-representação, repressão, supressão, negação, transposição. Considerei os indícios recorrentes da ruptura, da diferença, do contraste, do ressentimento, assim como testemunhei o difícil processo de construção de uma nova identidade. Essas complexas e desafiadoras operações mentais se valeram da minha própria memória: fui depoente e o dialoguei com minhas lembranças.

Lydia revela-se indiciária de parcela feminina da imigração no Brasil, que se expande em múltiplos e complexos papéis, alguns indesejados pelos da terra por desconhecimento ou desprestígio. Papéis bem diferenciados dos estereótipos: agricultora, doméstica, religiosa, submersa no porão de um sistema. Lydia foi mulher excepcional pelas obras sociais que realizou; se não é citada pela obras literárias que, antes de mais nada representaram um culto à literatura como arte, fundou uma Academia Literária Feminina, primeira do gênero no Brasil. Mas antes foi artista, atuou em palcos, como tantas outras e a exemplo de outra Lídia, de sobrenome Rossi que também encantou plateias, radicou-se na cidade, construiu uma família e ensinou muitas gerações a cantar.

A autora da autobiografia também é indiciária de uma diferenciada imigração toscana no Brasil. Faz parte do grupo de artistas plásticos, músicos, comerciantes, artesãos e artífices que se radicaram no país.

Melhor conhecida, Lydia Moschetti guarda e realça o que encontrou nos caminhos percorridos pela memória. Está sendo apresentada de forma mais complexa, talvez não como desejou ser lida, mas sobretudo com aquilo que realizou e, muitas vezes, entendida no porquê de suas realizações. E, sendo melhor conhecida, ainda mais extraordinária se revela.

## Note

- <sup>1</sup> Depoimentos de Egypto Santoro, agosto de 1991.
- <sup>2</sup> Dedicada aproximadamente 148 páginas à infância e à adolescência na Itália, 52 à chegada ao Brasil e à vida nos palcos e 59 para abranger o período após o casamento, em que viveu na cidade de Porto Alegre.

Bibliografia

Cattarulla, Camilla, *Di proprio pugno: autobiografie di emigranti italiani in Argentina e in Brasile*, Reggio Emilia, Diabasis, 2003.

Cenni, Franco, *Italianos no Brasil*, São Paulo, Edusp, 2003.

Constantino, Núncia Santoro de, «Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo: pertinência e possibilidades», *Estudos Ibero-Americanos*, xxviii, 1, 2002, pp. 183-94.

D'Amico, Nicola, *Storia e storie della scuola italiana*, Bologna, Zanichelli, 2009.

de Ruggiero, Antonio, *Emigranti toscani nel Brasile meridionale: 1875-1914*, Scuola di Dottorato in Storia, Università degli Studi di Firenze, 2011.

Devoto, Fernando, *Historia de La inmigración em la Argentina*, Buenos Aires, Sudamericana, 2009.

Ginzburg, Carlo, *Occhiaci di legno: nove riflessioni sulla distanza*, Milano, Feltrinelli, 1998.

Gomes, Ângela de Castro (a cura di), *Escrita de si, escrita da História*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

Moraes, Roque, «Análise de Conteúdos: possibilidades e limites», in Engers, Maria Emilia, *Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação: notas para reflexão*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994, pp. 7-32.

Moschetti, Lydia, *Autobiografia*, Porto Alegre, s/d.

Moschetti, Lydia, *Autobiografia*, a cura di Hilda Agnes Hübner Flores, Porto Alegre, Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, 2008.

Truzzi, Oswaldo, «Redes em processos migratórios», *Tempo Social*, USP, 20, 1, Jun, 2008.

### Sommario

Il saggio presenta un'analisi dell'esperienza migratoria di Lydia Moschetti, nata a Fucecchio in Toscana, probabilmente nel 1888. Nei primi anni in Brasile fu cantante di operetta, ma presto cominciò a distinguersi nell'ambito filantropico nel Sud del Paese, fondando e finanziando numerose opere sociali. Lo studio analizza la sua autobiografia, pubblicata intorno al 1970, attraverso l'impiego della metodologia dell'analisi testuale discorsiva e della storia orale. L'indagine si inserisce in un progetto di ricerca sul complesso fenomeno dell'emigrazione italiana in Brasile.

### Abstract

The paper presents an analysis of the migration of Lydia Moschetti, born in Fucecchio, Tuscany, probably in 1888. In the early years in Brazil she was an operetta singer, but soon she distinguished herself as a philanthroper in the Southern part of the country, founding and financing numerous social works activities. The essay focuses on her autobiography, published around 1970, using of the methodology of textual and discursive analysis and oral history. The survey is part of a research project on the complex phenomenon of Italian emigration to Brazil.

### Résumé

L'article analyse l'expérience migratoire de Lydia Moschetti; née à Fucecchio en Toscane, probablement en 1888, elle fut chanteuse d'opérette pendant les années suivant son émigration au Brésil. Ici elle organise et finance de nombreuses œuvres sociales, se faisant connaître dans le milieu philanthropique du sud du Pays. Cette étude, qui employe la méthode de l'analyse textuelle ainsi que de l'histoire orale, a privilégié son autobiographie, publiée vers 1970. Cet essai fait partie d'un projet de recherche sur le phénomène complexe de l'émigration italienne au Brésil.

### Resumo

O ensaio apresenta uma análise da experiência de migração de Lydia Moschetti; ela nasceu em Fucecchio, na Toscana, provavelmente em 1888, cantou na opereta nos primeiros anos nos quais se mudou para o Brasil, se tornando cedo

uma referência na filantropia do Sul do País, como fundadora e financiadora de muitas obras sociais. O estudo privilegiou a autobiografia dela, que foi publicada por volta de 1970, e foi realizado mediante a metodologia da análise textual e do discurso, e da história oral. Esta investigação faz parte de um projeto de pesquisa sobre o complexo fenômeno da emigração italiana no Brasil.

#### Extracto

El artículo presenta un análisis de la experiencia migratoria de Lydiá Moschetti quien, nacida en Fucecchio en Toscana, probablemente en 1888, fue cantante de opereta en los primeros años cuando se transfirió a Brasil volviéndose muy pronto un nombre importante en el ámbito de la filantropía del Sur del país como fundadora y financiadora de numerosas obras sociales. El estudio se centra en su autobiografía, publicada hacia el 1970, y fue realizado a través de la metodología del análisis textual discursivo y de la historia oral. La indagación forma parte de un proyecto de investigación sobre el complejo fenómeno de la emigración italiana hacia Brasil.

## A mulher italiana no mundo dos negócios: do Lazio ao Rio de Janeiro

*Rosane Aparecida Bartholazzi*  
*Universidade Cândido Mendes, Brasil*

### **Apresentação**

Este estudo privilegia a trajetória de vida de Veronica Castoni, resgatada pelo depoimento oral do seu neto Ítalo Lira, descendente de 2ª geração<sup>1</sup>. Logo, o desafio teórico se colocou na produção de um novo conhecimento que põe a metodologia da história oral sob o crivo da crítica interna. Ítalo, através de entrevista gravada, repassou a história da avó, muitas vezes, com minúcias de nomes e de datas apreendidas das lembranças e depoimentos dos pais e tios.

O êxito da pesquisa foi garantido pela existência de corpos documentais, escritos no Brasil e na Itália, o que permitiu meios de contextualizar essa história de vida. Decerto, não se quer a fonte oral subordinada a outras. O que se propôs foi um diálogo profícuo e enriquecedor entre as diferentes fontes. Tal diálogo permite que o historiador, partindo de um recorte individual, evidencie especificidades que possibilitam uma revisão historiográfica dos modelos explicativos generalizantes.

Além disso, o uso de novas metodologias a partir das fontes orais e da análise de documentos escritos, oficiais e/ou privados, permitiu um aprofundamento das reflexões sobre o imigrante e/ou grupos de imigrantes: a estrutura familiar e as suas relações, inclusive de gênero; as estratégias de sobrevivência, o cotidiano, as redes de solidariedade, a mobilidade social e as remessas de dinheiro entre os membros das famílias nos países envolvidos no fluxo migratório.

O interesse fundamental foi ressaltar que através da história da personagem deste estudo, mesmo em uma sociedade agroexportadora, eminentemente controlada pelo homem, no Brasil do início do século xx, existiam brechas e

oportunidades para uma mulher assumir o comando da sua própria vida e da sua família.

Neste período, São Paulo vivia o seu apogeu econômico advindo da cafeeicultura. No entanto, no estado do Rio de Janeiro<sup>2</sup> havia zonas de grande produtividade e rentabilidade, como é o caso do noroeste fluminense, que se tornou um importante polo cafeeiro. Esta região, de fronteira agrícola e demográfica aberta, recebeu no final do século XIX cerca de cem famílias italianas originárias de diferentes regiões da Itália, além das famílias *laziale*, como é o caso da família de Veronica Castoni.

### **O movimento emigratório: do Lazio ao Rio de Janeiro**

O entrevistado, Ítalo Lira, neto de Veronica Castoni, iniciou seu relato situando a localização geográfica da região de origem e os bens que os avós possuíam na Itália:

A origem da cidade é Proceno, Província de Roma, atualmente Província de Viterbo, emigraram em 1898. Minha avó Veronica é de Proceno, meu avô Lira casou em Proceno. Cultivavam castanha, uva e grãos. Tinham uma pequena propriedade. Aqui chamamos de um quintal, uma chácara. Quando houve a emigração para o Brasil eles tinham 5 filhos<sup>3</sup>.

De fato, a família Lira/Castoni foi encontrada nos arquivos italianos como pequena proprietária de alguns lotes de terra, com produção de uva e grãos, além de outros imóveis, como dois sobrados, uma cantina e um estábulo<sup>4</sup>, situados no bairro *La Verdura*, na pequena Proceno, Província de Roma, região do Lazio, Itália.

Veronica casou-se com Francesco Lira em 1884, ela com 23 anos de idade e ele com 33. O casal teve cinco filhos: Ernesto, Higinio, Cezarina, Modesto e Homero. A nova família permaneceu morando na casa dos pais de Verônica, uma característica do modelo de família múltipla predominante no campo naquela época. Diante da grave crise agrária que atingiu a todos os proprietários de terra, certamente a produtividade, sobretudo dos gêneros alimentícios, passou a não ser suficiente a todos os membros da família. Neste contexto, a emigração era uma possibilidade de o casal iniciar uma nova trajetória que culminaria na transformação de *contadina*<sup>5</sup> proprietária de Proceno em fazendeira no Brasil.

Verificou-se que juntamente com os Lira/Castoni, outras oito famílias, também proprietárias de diversos imóveis, deixaram Proceno naquele período. Certamente, sentiram-se estimuladas pela possibilidade do enriquecimento fácil no Brasil veiculado pelos agenciadores por toda a Itália.

Ítalo, ao narrar a trajetória dos seus ascendentes, relata as histórias da viagem contadas por sua avó e as primeiras dificuldades encontradas no porto de embarque: «Meu avô estava com a idade um pouco avançada, 47 anos, e ele teve dificuldade em emigrar».

As dificuldades apontadas neste depoimento podem ser constatadas quando, ao consultar a lista do vapor Colombo, de janeiro de 1898, não foi localizada a família no elenco dos imigrantes. Assim, diante do relato e da documentação encontrada, pode-se inferir que a família pudesse ter viajado na clandestinidade, visto que no Registro de Estrangeiro de um dos filhos do casal, Igino Lira, foram encontrados dados desta embarcação confirmando que esta família chegou ao Rio de Janeiro em 1898, mesmo mês e ano de chegada das outras famílias oriundas de Proceno.

As famílias imigradas tiveram como lugar de destino o interior do Rio de Janeiro, na região noroeste fluminense. A maior parte foi encaminhada para a fazenda Bela Vista, situada entre os distritos de Natividade e Varre-Sai no município de Itaperuna/RJ<sup>6</sup>. Já a família de Verônica se estabeleceu em uma fazenda vizinha, situada na localidade de Bom Sucesso, distrito de Santa Clara, no citado município. Por se tratar de uma região onde os limites territoriais ainda não estavam definidos administrativamente e pela proximidade dos distritos, a separação de alguns grupos para diferentes fazendas não foi obstáculo para a manutenção das relações familiares entre os italianos.

### **De meeira a fazendeira no Brasil**

Quando as famílias italianas chegaram às fazendas do interior fluminense em 1897 e 1898, estas já possuíam muitas lavouras cafeeiras, algumas em fase de produção, outras em formação e terrenos a serem cultivados. Estes se aplicavam às terras virgens à espera do café que estava em grande expansão pelas fronteiras agrícolas e demográficas abertas do noroeste.

Esta região, por ser uma zona que se expandiu com a cafeicultura no último quartel do século XIX e atingiu seu apogeu nas primeiras décadas do século XX, tornou-se área de atração em um período de significativas transformações socioeconômicas e políticas no Brasil. O município de Itaperuna, em 1920, esteve em primeiro lugar na produção de sacas de café em todo o país<sup>7</sup>.

Os registros privados da grande fazenda<sup>8</sup> encontrados na região apontam para duas formas de relações de trabalho existentes entre o fazendeiro e os imigrantes: a parceria e o colonato<sup>9</sup>. Porém, não foi possível classificar o trabalho realizado por cada imigrante exclusivamente como de «parceria» ou colonato, uma vez que poderiam incluir-se nos dois sistemas que funcionavam simultaneamente na fazenda, conforme se comprova no citado registro.

Segundo Antonio Cândido (1971, p. 108), normalmente, diferentes modalidades no estabelecimento da parceria poderiam ser encontradas. Dependendo do contrato feito com o trabalhador as porcentagens a serem divididas para cada um variavam. No caso específico da região em estudo, o parceiro era chamado de meeiro. O proprietário fornecia a terra roçada, queimada e a semente, cabendo ao parceiro ou meeiro, o plantio, a limpeza e a colheita, dividindo o produto seria dividido em duas partes iguais (50%) (*Ibidem*, p. 107). Assim, na maior parte das fazendas, os italianos, além de receberem pelo trato do café até o seu amadurecimento, recebiam também pela meação de lavouras cafeeiras plantadas em parceria com o proprietário.

Tal diversidade ocorreu, praticamente, em todo o Estado do Rio de Janeiro neste período, conforme reconhecia o representante do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas, em 1924:

Para uma mesma cultura, o sistema de exploração e o regime de trabalho não são permanentes e fixos, nas propriedades agrícolas no Estado do Rio de Janeiro. Em uma mesma propriedade o regime adaptado vai desde o salário até a meação conforme o interesse do agricultor e do trabalho agrícola. Em geral, porém, duas culturas mais exploradas determinam esses sistemas adaptados, marcando-lhes as formas dos pagamentos ou retribuições: a cultura do café e de cana. Na cultura do café é comum a meação, cabendo porém ao colono a plantação, por ocasião de cultivar o milho e o feijão. Há propriedades em que a plantação da cultura é posteriormente adaptada a meação.<sup>10</sup>

No caso de Veronica, a passagem de meeira à proprietária não foi feita com o movimento direto de saída do imigrante da grande fazenda receptora para sua própria propriedade, como no caso da maioria das famílias imigradas no noroeste fluminense. De acordo com o depoimento de Ítalo, a família trabalhou como meeira em duas fazendas de café até a compra da primeira propriedade.

As fazendas relatadas pelo depoente faziam fronteira entre si. Com o tempo, as relações de amizade foram se estabelecendo entre a família imigrada e o fazendeiro da propriedade vizinha (Fazenda do Céu). As redes de solidariedade e vizinhança que foram se estabelecendo talvez representasse a luta desta imigrante pela sobrevivência. O depoente ressalta que um fator importante para que os laços entre o proprietário da fazenda vizinha e a família se fortalecessem foi a «morte» ou «desaparecimento» de Francesco Lira, marido de Veronica, após dois anos de imigrado.

Veronica, na condição de viúva aos 38 anos e com seis filhos, cinco nascidos na Itália e uma menina no Brasil, com idade entre 2 e 14 anos, longe dos parentes, foi chamada a fazer parte do grupo de trabalhadores da vizinha Fazenda do Céu na condição de meeira. Desta forma, o proprietário proporcionou à família condições para que esta mulher, que só poderia contar com os



filhos adolescentes no trabalho, tivesse condições de sustentar a família. Este, portanto, pode ter sido o motivo do acolhimento do proprietário vizinho que acabou por estabelecer uma relação de amizade com a família.

A possível relação de cordialidade estabelecida entre o fazendeiro e a italiana talvez fosse característico da região. Itaperuna possuía uma estrutura fundiária formada por pequenos e médios proprietários de terra, sendo pequeno o número das grandes fazendas cafeicultoras. Desse modo, nunca foi terra de «barões», como no caso Vale do Paraíba Fluminense e Paulista. Assim, pode-se inferir que as relações entre patrão e empregado pudessem ser mais estreitas, com menos rigidez.

Ressalta-se que Verônica, com os rendimentos do trabalho realizado na fazenda, tornou-se proprietária de um sítio com 46 alqueires de terra<sup>11</sup>. Considerando que as dimensões das propriedades adquiridas inicialmente pelos imigrantes da região variavam entre 6 e 20 alqueires, conseguiu esta família uma rápida ascensão social. A aquisição deste sítio foi feita em 1904<sup>12</sup>. Da chegada em terras fluminenses, em 1898, até a posse da terra, trabalhou como meeira por seis anos. Portanto, quatro anos após ter sido acolhida pelo fazendeiro vizinho.

A imigrante e os filhos, após 14 anos residindo neste sítio, criando animais, cultivando milho, feijão e, sobretudo, café, acumularam capital suficiente para ampliar o patrimônio. Veronica comprou a «Fazenda do Céu», fazenda esta onde foi meeira, assim relatado por Italo: «Sr. João era muito amigo da família. Por motivos pessoais resolveu vender a fazenda para minha avó. Fixaram residência nesta fazenda, depois foram comprando terras vizinhas».

Importante enfatizar que a família não precisou vender nenhum lote de terra para efetuar a compra de mais terras. Os alqueires se ampliavam, e Veronica tornava-se uma grande proprietária na região. Para a compra da fazenda, a italiana assinou uma Nota Promissória no valor de quatro contos de réis, pela aquisição de 40 alqueires da Fazenda do Céu, em fevereiro de 1918, com vencimento em 16 de novembro de 1920, sem juros<sup>13</sup>.

Vê-se, portanto, que mesmo obtendo vantagens na forma de pagamento, a história de Veronica que, no final do século XIX, numa zona cafeeira, assumiu a condição de empreendedora dos seus próprios negócios, transformando-se, em 1918, em fazendeira, com 86 alqueires de terras, reforça a ideia de uma mulher que buscou se posicionar como sujeito de sua história, diferenciando-se do modelo dominante, típico da sociedade patriarcal vigente.

A família italiana, muitas vezes definida como «patriarcal»<sup>14</sup>, termo que subentende não só determinadas relações econômicas, mas também um conjunto cultural de valores e comportamentos, a mulher destacava-se pelas suas funções primárias de esposa e mãe. No caso da família imigrante acresce sua importância na economia doméstica e/ou como mão-de-obra para os trabalhos dos campos. Assim, a mulher tornou-se um elemento fundamental da imigra-

ção, sem, porém, tornar-se protagonista da história familiar. Diversas pesquisas demonstram que a sujeição feminina dentro do patriarcalismo pode ser relativizada. As mulheres, muitas das vezes, assumiam o mando da casa, gerindo negócios e propriedade (Soihet, 2004, pp. 275-76). Assim, estudos históricos têm cada vez mais abordado a questão do gênero feminino como importante viés historiográfico na busca pela reconstrução do passado, a partir da atuação de sujeitos anônimos e comuns.

Segundo Soihet (*Ibidem*), nos arquivos públicos a presença da mulher é reduzida e na esfera privada as mulheres, por largo tempo, estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subsequentes. É mais comum encontrar nos «baús» de família registros femininos tais como: diários e cartas, assim como, objetos que lhes pertenceram, fotografias etc. Já registros que comprovem a participação da mulher no mundo dos negócios, à frente da economia familiar, tais como: livro contábil de fazenda, notas promissórias, compra e venda de produtos, pagamento a empregados, dentre outros, como é o caso de Veronica, são mais difíceis de serem encontrados. Mas através da história oral, adequado instrumento para se registrar a memória feminina, e uma garimpagem, sobretudo, nos arquivos privados, torna-se possível trazer à tona a atuação da mulher assumindo o mundo da casa e gerindo os negócios da família.

Veronica Castoni, sem abandonar seu universo doméstico, trabalhou para formação de um patrimônio que pudesse dar estabilidade econômica à família. Portanto, a sua história pode ser analisada com fontes que vão além da memória dos descendentes. Possuindo visibilidade no campo dos negócios, seu nome está nos registros de terras como outorgante compradora, nas notas promissórias como credora, nos recibos de venda dos produtos da fazenda, sobretudo o café, e nos livros contábeis de sua grande propriedade. Tais documentos foram retirados, pelo seu neto, das gavetas de um móvel, que pertenceu a sua avó, localizado em um dos quartos da fazenda. Através dos livros contábeis, constatou-se que a maior parte da renda da fazenda originou-se da produção cafeeira, o que possibilitou a ampliação dos investimentos com a compra de mais três propriedades, passando a família a deter um patrimônio de 137 alqueires<sup>15</sup>.

Em um dos trechos do depoimento, Ítalo ressaltou a intensificação dos empreendimentos da família: «Aqui tinha (sic) mais de 60 famílias colonas com casas de morada na fazenda». De fato, em um dos livros de registros foram localizados 102 trabalhadores entre os anos de 1929 e 1930. Dentre os trabalhadores foram encontradas famílias italianas, brasileiras e portuguesas como colonas residentes na fazenda. A maior parte das famílias estava na condição de meeira, outras possuíam contratos assinados, recebendo salário mensal, para exercerem a profissão de servente e carpinteiro; foram encontrados, ainda, trabalhadores contratados para serviços temporários sob a forma de empreita-

da, além de italianos não residentes na propriedade fazendo negócios com a proprietária e seus filhos, conforme relatou Italo Lira:

O trabalho era a meação. Produzia muito feijão milho, café, mandioca. Estas não eram de subsistência, vendiam mesmo. O proprietário dava a terra pronta e a semente, eles plantavam, dava à meia. Quando o colono preparava a terra e semeava por conta dele ele só dava a terça parte ao proprietário. O trabalho era de meeiro com a família, mas aqui eles falavam dos colonos da Fazenda do Céu.

O depoente faz questão de ressaltar que, embora os próprios trabalhadores se intitulassem como colonos, a relação de trabalho estabelecida na fazenda da avó em nada se aproximava do regime de colonato instituído na maioria das grandes fazendas. «Aqui eles não recebiam dinheiro pelo trato do cafezal. O dinheiro eles viam só depois da colheita quando o café era dividido a meia». De fato a meação foi um recurso adotado na maioria das propriedades cafeicultoras de propriedade dos italianos.

Os dados apontam para uma fazenda com infraestrutura para ser autossuficiente, mesmo que não produzisse todos os produtos necessários ao consumo. Com trabalhadores sendo pagos mensalmente para serviços de carpintaria, fabricação de telhas e como serventes. Possuíam estes trabalhadores registros de contratos contendo dados que os caracterizassem: Luiz Joaquim de Sá, por exemplo, era um português que chegou ao Brasil em 1909 e exercia a profissão de carpinteiro na fazenda. Outro como o italiano José Serri recebia mensalmente para trabalhar como servente<sup>16</sup>.

Outro fator a destacar foi o investimento feito pela família na construção de estradas. Como toda grande fazenda, principalmente se fosse situada em local de difícil acesso, como o caso da Fazenda do Céu, os produtos básicos para consumo eram comprados na cidade mais próxima pelo fazendeiro e vendidos no armazém da propriedade. Sobre as dificuldades encontradas para a compra das mercadorias na cidade, disse o depoente: «O grande problema é que não existia um comércio próximo, utilizavam-se dos animais como meio de transporte para pessoas e mercadorias». Para facilitar o acesso à fazenda, completou: «As estradas foram feitas pela minha família. Eles compraram carro e precisavam de estradas, fizeram um mutirão e abriram estrada».

A história desta família, chefiada por Veronica, permite, igualmente, colocar em evidência a manutenção da solidariedade e da reciprocidade entre os grupos de imigrantes na fazenda. Os dados registrados nos livros contábeis referentes aos italianos diferenciam-se dos demais grupos de imigrantes. Enquanto aqueles possuíam mais créditos, estes tiveram seus nomes registrados no item «débito» por produtos comprados na fazenda.

Tais dados permitem evidenciar que as relações sociais que foram estabelecidas no interior do grupo de imigrantes italianos, podem ter sido determinantes no processo de mobilidade social. Além disso, outros fatores certamente viabilizaram o acesso a terra por Veronica Castoni e pela maior parte das famílias italianas em pleno apogeu do café na região: a) as características da estrutura fundiária com predomínio das pequenas e médias propriedades; b) um arranjo estratificado de camadas sociais menos rígido do que o apresentado nas áreas latifundistas dos grandes barões; c) as fronteiras agrícolas e demográficas que se encontravam abertas facilitando o acesso a terra; d) as relações de parceria e colonato estabelecidas, simultaneamente, na grande fazenda.

Ressaltam-se, também, as remessas de dinheiro vindas da Itália, oriundas da venda dos bens herdados por Veronica Castoni. Mesmo que não tivessem sido determinantes na obtenção do status de proprietária no Brasil, podem ter contribuído no somatório do patrimônio da família.

### **As remessas de dinheiro oriundas da Itália**

Ao consultar a documentação cartorária, no noroeste fluminense/RJ, para levantar a movimentação de compra e venda de imóveis realizadas pelos imigrantes, chamaram à atenção as procurações dos imigrantes outorgando um italiano, na Itália, a movimentar os bens deixados naquele país e, ou, que receberam, posteriormente, por força de herança. Os imóveis vendidos constavam de casa com mobília, terrenos, bosques e cantinas. Todas as procurações tinham como outorgado um único indivíduo: Francesco Marchetini, «parente» de uma das famílias emigradas.

O envio de remessa é uma das questões destacadas no que diz respeito às repercussões econômico-financeiras da emigração no país de origem contribuindo, sobremaneira, para o seu desenvolvimento econômico. No caso deste estudo, trata-se das remessas como manutenção dos laços econômicos entre o Brasil e Itália no sentido inverso, ou seja, remessas de dinheiro enviadas da Itália ao Brasil, demonstrando a manutenção dos laços econômicos entre estes dois países.

Em uma das passagens do depoimento do neto de Veronica, a manutenção dos laços econômicos dos dois lados do Atlântico ficou evidente quando narrou: «Meu pai me dizia que em Proceno tinha um parente chamado Lino Marchetini, pai de Francesco Marchetini, que ficou tomando conta dos negócios lá. Minha avó, Veronica Castoni fazia correspondência com eles».

Para Luigi Mittone (1984) o dinheiro que atravessava o Atlântico pode ter ocorrido de através das remessas visíveis e as invisíveis. Para este autor, numa primeira aproximação é possível operar com uma distinção entre os dois tipos de remessas. A primeira categoria é referente às remessas efetuadas utilizando os circuitos internacionais de transferência de valores: o Banco de Nápoles

e pelo sistema de correios através dos depósitos feitos nas caixas de reserva postal e pelos vales internacionais postais. A utilização destes sistemas permitiu ao pesquisador obter o fornecimento de dados anuais, seja ao nível nacional ou regional, que revelassem os montantes mais precisos das remessas que entravam no país. Na segunda, as remessas invisíveis, as somas de dinheiros dos emigrantes eram transportadas aos familiares junto às correspondências ou quando alguns dos imigrados voltavam ao país para visitarem os parentes.

Assim, neste estudo, devido à impossibilidade de recorrer às fontes oficiais, foram investigadas as possibilidades das remessas invisíveis, considerando que os conteúdos das correspondências e os depoimentos orais apontaram para o recebimento do dinheiro através de cartas ou de portadores.

Além de outros imigrantes oriundos de Proceno, a família Castoni aparece fazendo parte das redes de negócios estabelecidas com a Itália, treze anos após imigrarem no Brasil. Em 1911, Veronica Castoni, recebeu o que tinha de direito como herança pela morte de sua mãe, em Proceno. Angelo, viúvo e pai de quatro filhos: Giovanni, Chiara, Pietro e Veronica (emigrada com esposo e filhos para o Brasil) fez a partilha dos bens. Através do Ato Cordeschi, de 1912, foi feita divisão de uma casa com três andares e um horto entre seus filhos. A procuração feita por Veronica, a única emigrada da família, é assim descrita no documento do arquivo notarial:

Marchetini Francesco di Nicola declara ser o interveniente ao presente Ato na qualidade de Procurador Geral de Castoni Veronica, hoje, residente no distrito de Santa Clara, Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro como consta na Procuração feita em dezenove de agosto de 1911<sup>17</sup>.

Na divisão coube a filha emigrada a parte térrea da casa com uma cantina, um quarto e uma despensa, além de um horto próximo a casa. A herdeira não vendeu, naquele momento, a parte que lhe coube na partilha. Talvez, o desinteresse pela venda devesse ao fato de já obter, no Brasil, capital suficiente para gerir seus negócios. Deste modo, preferiu deixar o que lhe pertencia como herança, na Itália, para seus filhos. Além de parte da casa e do horto, os filhos de Veronica receberam, também, lotes de terra com o cultivo de grãos após a morte do seu pai.

A outorga feita a Francesco Marchetini para cuidar da sucessão e venda dos pecúlios pertencentes à Veronica, talvez representasse em dinheiro uma quantia mínima se comparada com o patrimônio adquirido, pela família, no Brasil, que representava mais de seiscentos hectares<sup>18</sup> de terra, enquanto o valor da casa e do horto correspondiam a 3,75 libras e 7,12 libras, respectivamente, totalizando 10,87 libras<sup>19</sup>.

Quanto aos terrenos *seminativos*, que totalizavam 4 hectares, não foi possível extrair da fonte o seu preço. Mesmo sem a possibilidade de identificar a representatividade deste montante quando convertido em conto de reis, moeda brasileira na época, parte-se do pressuposto que essas remessas contribuíram no somatório do capital acumulado pela família.

Para tanto, destaca-se que nem todas as famílias italianas imigradas conquistaram a posição de fazendeira. A maioria delas ascendeu socialmente como sitiante ou comerciante na sede da localidade de acolhida. Nas palavras do depoente «*todos italianos*<sup>20</sup>, ficaram com propriedades, mas menor que a nossa». Para a maior parte deles, o dinheiro proveniente da Itália pode ter sido significativo para moverem-se socialmente.

### **Os investimentos feitos na educação**

Os imigrantes italianos que conseguiam certa ascensão social, mesmo para aqueles que não eram alfabetizados, procuraram oferecer educação para os filhos contratando um professor particular para a família. O depoente fez questão de ressaltar na sua narrativa o legado que a família recebeu de Veronica Castoni quando se referiu: «Meu pai estudou na Itália, era muito preocupado com a educação. Ele lia muito: revistas, livros, romances e assinava o jornal “A Tribuna Italiana”. Isto foi influência da minha avó Verônica».

O relato aponta que Veronica tinha preocupação com escolaridade dos filhos. Assim, além de oferecer educação somente para seus familiares, buscou, também, proporcionar o mesmo para todas as pessoas que eram ligadas ao trabalho na fazenda. Para tanto, uma escola foi construída com a contratação de uma professora particular para ministrar aulas para os filhos dos compatriotas, assim como, para os filhos dos colonos e para os trabalhadores que eram analfabetos. «A professora da escola dormia na fazenda. Ela recebia um salário pago por Iginio Lira, filho de Verônica e todo o material era bancado pela fazenda», afirmou o entrevistado.

Sobre o início das aulas na escola disse o entrevistado:

Já no início tinha cinquenta alunos matriculados e a professora Ilka lecionava sozinha todas as matérias do curso primário e ainda fazia recreação com os alunos: peças de teatro, comemorações própria dos feriados etc. [...] Dos que fizeram o curso primário na antiga escola da fazenda do céu, temos: contadores, professores, fiscal de renda, pastor e médico-veterinário como o meu caso, me formei na UFF, em 1967. Fiz todo o curso primário nesta escola, morei aqui até meus nove anos de idade<sup>21</sup>.

Observa-se que o neto da fazendeira, o entrevistado, também estudou na fazenda, numa demonstração de permanência da escola por mais de três décadas após a morte de Verônica. Nos diários escolares, localizados nos pertences da Fazenda

do Céu, verificou-se que entre mulheres e homens encontravam-se brasileiros e italianos, casados e solteiros, filhos e netos de proprietários e colonos, enfim, crianças e adultos numa mesma classe. Uma turma mista, única e multisseriada, característico de locais da zona rural de difícil acesso.

A matrícula, para alguns, teve início em 1929, para outros, em 1932 e assim sucessivamente. O número mínimo de matriculados encontrados foi de 10 alunos e no máximo 27. Deste total, sete assinalaram no formulário de matrícula que não sabiam ler. Um número reduzido se relacionamos com a escassa oferta de escolas estaduais na região, uma por distrito<sup>22</sup>. Além disso, as escolas estavam situadas, normalmente, no centro do povoado, o que impossibilitava a frequência de um morador de uma zona distante e de difícil acesso.

Ressalta-se que no período da construção da escola a família já tinha consolidado sua condição de proprietária, mas era necessário que a produtividade da fazenda continuasse em expansão. Assim, era importante que todos soubessem ler: servente, lavrador, carpinteiro, oleiro e, principalmente, os netos de Veronica.

Para além dos interesses puramente econômicos relacionados ao aumento da produtividade, percebe-se que existia nesta fazenda uma relação social e afetiva entre proprietários e trabalhadores, que poderia ser denominada de fraternal, conforme relato do entrevistado: «O que marcou era o convívio entre as pessoas. Não tinha distinção de classe social. Embora meus pais fossem proprietários, existia um entrelaçamento de amizade muito grande. A convivência com os colonos, [...] almoçávamos na casa deles e eles na nossa».

Quando o depoente rememora a sua infância e aponta para um convívio amistoso e igualitário entre proprietários e empregados supõe-se que, em virtude da trajetória da matriarca, que nos momentos cruciais da sua vida pôde contar com a acolhida do casal vizinho, talvez tivesse influenciado no tipo de relação que estabeleceu com os colonos, ultrapassando os limites patrão/empregado. Entre eles existiam laços de vizinhança, de reciprocidade e de compadrio.

Ao mobilizar recursos para construção da escola na fazenda, Veronica e filhos, contribuíram, significativamente, para diminuir o número de analfabetos na região.

Os italianos fazendeiros ou sitiantes, sobretudo, os oriundos do Lazio, transmitiram, aos seus descendentes e a população local, seu capital cultural mobilizando, também, o poder executivo local, quando a partir da década de 1950 a escola foi transferida para o âmbito municipal. Progressivamente a escola deixa de ser propriedade privada, servindo aos membros da família proprietária e aos trabalhadores da fazenda. Sendo iniciativa da família a construção da escola, inicialmente, era custeada desde o material para os alunos até o pagamento da professora, pelos proprietários. Após 10 anos de funcionamento, aproximadamente, os registros apontam para uma parceria entre proprietário e município. A escola passa a ser mista, ou seja, o prédio pertencia ao proprietário e estava

no quintal da sua fazenda, o material e a professora passaram a ser pagos pelo governo municipal<sup>23</sup>.

No Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 1971, a escola já pertencia ao Estado. O documento traz, no seu Art. 1º, uma homenagem à proprietária da Fazenda do Céu. Com a encampação feita pelo Estado a denominação da escola deixa de ser «Escola Fazenda do Céu» para se chamar «Escola Veronica Lira»<sup>24</sup>. Observa-se que a denominação da escola foi alterada pelo governo do Estado. No lugar de Veronica Castoni, a ênfase foi dada ao sobrenome Lira. Ao relacionarem seu nome ao do marido, morto há mais de 73 anos, reconstroem a imagem do patriarca e apagam «aquilo que distingue um indivíduo do outro em todas as sociedades: o nome. As linhas que convergem para o nome e dele partem, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido», conforme assinalado por Guinzburg (1989, p. 174).

Assim, no imaginário popular perpetuado entre as gerações posteriores que não conheceram a trajetória desta mulher, Veronica Castoni caiu na invisibilidade. Mas, para quem for buscá-la na fonte oral, nos registros oficiais e privados encontrará seu nome que é o fio condutor.

### **Considerações finais**

O relato do descendente da família imigrada, os registros dos arquivos privados da fazenda, bem como a documentação dos arquivos italianos permitiram o acompanhamento da trajetória de vida da italiana Veronica Castoni. Além da apreensão do contexto socioeconômico vivido no país de origem, constatou-se que apesar das dificuldades iniciais, esta família, sendo chefiada por uma mulher, obteve uma significativa mobilidade social passando de meeira a fazendeira de destaque na região estudada.

A intensificação dos empreendimentos da família ocorreu no período em que o café vivia sua expansão na região fluminense. Na medida em que a imigrante italiana consolidava o processo de ascensão econômica, ampliava a compra de mais propriedades, ficando, posteriormente, por conta dos filhos a administração de cada uma delas. As remessas de dinheiro enviadas ao Brasil, oriundas dos bens recebidos por força de herança na Itália, fizeram parte do conjunto de estratégias utilizadas pela família para a ampliação do patrimônio na região imigrada.

A visão da mulher empreendedora na construção de uma escola na fazenda demonstrou a preocupação da família em investir na educação dos filhos e netos, assim como dos filhos dos colonos.

Depreende-se deste estudo que a inserção no mundo dos negócios exercida por esta mulher ganha destaque quando se considera, sobretudo, o modelo de sociedade patriarcal vigente naquele período.



Note

- <sup>1</sup> Texto apresentado no Segundo Congresso da Associação Internacional Areia. América Latina-Europa: (auto) biografia migrante entre oralidade, escritura e representação. Universidade de Roma Tre, Faculdade de Letras e Filosofia. Roma, 29 de outubro 2012.
- <sup>2</sup> Destaca-se que dos 40 municípios do Rio de Janeiro, registrados pelo censo de 1920, 38 apresentaram os italianos em 2º lugar entre o grupo de imigrantes estrangeiros, só perdendo para os portugueses. Em dois municípios, a imigração italiana ficou em 1º lugar: Itaperuna, na região noroeste fluminense e Iguaçu na região metropolitana.
- <sup>3</sup> Entrevista realizada com Ítalo Balbo Lira. Fazenda do Céu. Santa Clara/Porciúncula/RJ, 2007. A fim de facilitar a leitura, as citações do entrevistado, assim como as correspondências utilizadas serão informadas no corpo do texto.
- <sup>4</sup> Os dados foram extraídos do Arquivo de Estado de Viterbo-Itália, Cadastro de Imóveis (1870-1950).
- <sup>5</sup> Camponês ou trabalhador da terra que poderia ocupar diferentes lugares na hierarquia dos trabalhadores rurais italianos. Poderia ser um trabalhador sem terra, assim como ser um pequeno ou médio proprietário. Para saber mais ler Serpieri, Arrigo, *La Struttura Sociale dell' Agricoltura Italiana*, Instituto Nazionale di Economia Agraria, Roma, Edizione Italiana, 1947.
- <sup>6</sup> Itaperuna, dentre os quarenta municípios que constituíam o Estado do Rio de Janeiro, foi o segundo que recebeu mais imigrantes italianos, em um total de 1.025, depois de Petrópolis com 1.554, conforme IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, População, 4, Rio de Janeiro, 1920.
- <sup>7</sup> IBGE, *Recenseamento Geral do Brasil*, 1920, III, parte 2, p. xxiii.
- <sup>8</sup> Livros de registros contábeis, 1899-1906.
- <sup>9</sup> Para saber mais sobre o sistema de parceria ler Davatz, Thomas, *Memória de um colono no Brasil* (1850), São Paulo, Ed. Itatiaia, 1980; Candido, Antonio, *Os Parceiros do Rio Bonito*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971. Sobre colonato ler Martins, José de Souza, *O Cativo da Terra*, São Paulo, Hucitec, 1986.
- <sup>10</sup> Biblioteca Nacional, Ministério de agricultura Indústria e Comércio, Serviço de Informações, *Salário de trabalhadores rurais no Brasil*, Extraído dos «Aspectos de Economia Rural Brasileira» do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1924.
- <sup>11</sup> Nesta localidade e adotado o alqueire mineiro, que corresponde a 48.400 metros quadrados, enquanto que o alqueire paulista é de 24.200 metros quadrados. Apesar da adoção e exigência legal do sistema métrico decimal, no Brasil rural, ainda é comum quantificar a área de propriedades rurais em alqueire ao invés de hectare.
- <sup>12</sup> Registro Privado, *Inventário de Veronica Castoni*, Itaperuna. 1932.
- <sup>13</sup> Registro Privado, *Fazenda do Céu*, 2007.
- <sup>14</sup> Após a década de 1970, estudos demonstraram diversas formas de organização familiar. No século XIX, por exemplo, a família patriarcal não chegava a representar 26% dos domicílios; predominando nos demais outras formas de composição. Em muitos lugares, conforme o contexto social vivido, grande parte dos lares eram chefiados por mulheres. Para saber mais ler Soihet, Raquel, «História das Mulheres», in

- Cardoso, Ciro F., e Vainfas, Ronaldo. *Domínios da História. Rio de Janeiro*, Editora Campus, 2004. p. 275-96.
- <sup>15</sup> IBGE. Propriedades Agrícolas. Diretoria de Agricultura, Vol. 1, 1925-1926.
- <sup>16</sup> Registro de Contrato de Trabalho. Fonte, Arquivo privado, Fazenda do Céu, 1938.
- <sup>17</sup> Arquivo Notarial de Viterbo, Ato Cordeschi, Repertório Notarial, n. 3326, folha 02, 1912.
- <sup>18</sup> 1 hectare corresponde a 10.000m<sup>2</sup>.
- <sup>19</sup> Arquivo Notarial de Viterbo, Ato Cordeschi, Repertório Notarial, n. 3326, folha 03, 1912.
- <sup>20</sup> Grifo nosso.
- <sup>21</sup> Lira, Italo, Porciúncula/Santa Clara, 2007, Entrevista concedida a Rosane A. Bartholazzi.
- <sup>22</sup> Biblioteca Municipal de Niterói, Prefeitura Municipal de Itaperuna, Relatório de Municípios apresentado ao Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, *Estatística do movimento escolar*, Anexo 16, 1934.
- <sup>23</sup> Arquivo Privado, Diário de Classe, Fazenda do Céu, Porciúncula/RJ, 1951.
- <sup>24</sup> Rio de Janeiro, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Projeto n. 302, Niterói, 22 de setembro de 1971, Seção II, p. 4.

## Bibliografia

- Diniz, Dulce. *O Desenvolver de um município. Itaperuna: do germinar à frutificação*, Rio de Janeiro, Damadá, 1985.
- Franzina, Emílio. *A Grande Emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas/SP, UNICAMP, 2006.
- Ginzburg, Carlo. *A Micro História e outros ensaios. O nome e o como. Memória e Sociedade*. Editora Bertrand Brasil AS, 1989
- Mittone, Luigi. «Le rimesse degli emigrati sino al 1914», *Rivista Affari Sociali Internazionali*. XII, 4, 1984.
- Serpieri, Arrigo. *La Struttura Sociale dell'Agricoltura Italiana*. Istituto Nazionale di Economia Agraria, Roma, Edizione Italiana, 1947.
- Soihet, Raquel. «História das Mulheres» in Cardoso, Ciro F. e Vainfas, Ronaldo (Orgs.), *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004.

### Sommario

Il saggio ricostruisce il percorso migratorio della famiglia Castoni che, nel 1898, dal Lazio si diresse all'interno dello stato di Rio de Janeiro. L'ascesa sociale dell'intera famiglia, che passò dalla condizione di mezzadria a quella di grandi proprietari terrieri, avvenne grazie alle capacità amministrative di Veronica Castoni che seppe conciliare l'attività imprenditoriale con l'impegno per l'educazione dei cinque figli. Per comprendere la crescita sociale di questa immigrata italiana, l'autrice si è avvalsa dell'intervista a uno dei discendenti, del *corpus* documentale rinvenuto nella sua fattoria, dei documenti dell'Archivio di Stato italiano. Tali fonti mostrano anche come l'accesso alla terra da parte di un'immigrata sia stato reso possibile grazie al mantenimento di interessi economici su entrambe le sponde dell'Atlantico.

### Abstract

This essay reconstructs the migratory path of the family Castoni that, in 1898, headed by Lazio in the state of Rio de Janeiro. The social ascent of the entire family, which passed from the condition of sharecropping to that of large land-owners, occurred due to administrative capacity of Veronica Castoni who knew how to reconcile the business enterprise with a commitment to the education of five children. To understand the social growth of this Italian immigrant, the author interviewed one of the descendants, availed themselves of the documents of the Italian National Archive and the document found on the farm owned by the interviewed descendants. These sources also show how access to land by an immigrant has been made possible thanks to the maintenance of economic interests on both sides of the Atlantic.

### Résumé

L'article reconstitue le parcours migratoire de la famille Castoni qui, en 1898, quitte le Lazio et se rend dans l'Etat de Rio de Janeiro. Grâce à des sources orales, aux entretiens avec l'un des descendants et à ses récits, on a retrouvé, au Brésil et en Italie, une vaste documentation qui illustre l'ascension sociale de cette famille. Les Castoni, anciens métayers, deviennent au cours du temps de grands propriétaires fonciers; leur administrateur est une femme, engagée aussi dans l'éducation des enfants. Afin de mieux comprendre l'ascension sociale de cette immigrée italienne, l'auteur a utilisé des documents de l'Archive d'Etat Italien et le *corpus* documentaire découvert chez son descendant. Ces sources

indiquent également que l'accès à la terre par une immigrée fut possible grâce aux intérêts économiques maintenus d'une part et l'autre de l'Atlantique.

#### Resumo

O ensaio acompanha o percurso de migração da família Castoni que, em 1898, do Lazio, se mudou para o interior do estado do Rio de Janeiro. Através fontes orais, a entrevista com um dos descendentes, e as narrações dele, se encontrou, no Brasil e na Itália, um amplo acervo que testemunha a ascensão social da família inteira. Os Castoni começaram como meeiros, mas foram se tornando latifundiários, mesmo que a empresa fosse levada em frente por uma mulher ocupada também na criação dos filhos, de menores. Para entender a ascensão social desta imigrada da Itália, o autor usou documentos do Arquivo do Estado da Itália e o acervo de documentos que foi encontrado na fazenda do descendente, que foi entrevistado. Essas fontes demonstram como o acesso à terra por parte de uma imigrada foi possível graças à presença de interesses econômicos nas duas beiras do Atlântico.

#### Extracto

Este trabajo reconstruye la ruta migratoria de la familia Castoni que, en el 1898, desde Lazio, se dirige al interno del estado de Río de Janeiro. A través de fuentes orales, la entrevista a uno de los descendientes y de sus narraciones, se descubrió tanto en Brasil como en Italia, una amplia documentación que demuestra el ascenso social de toda la familia. Los Castoni, a partir de una condición de aparcería, se establecieron como terratenientes aún teniendo como gestora administrativa a una mujer dedicada a la educación de los hijos menores. Para entender el crecimiento social de esta inmigrante italiana, el autor se valió de los documentos del Archivo de Estado italiano y de los documentos encontrados en la finca propiedad del descendiente entrevistado. Dichas fuentes también muestran cómo el acceso a la tierra por parte de una inmigrante haya sido posible gracias al mantenimiento de los intereses económicos de ambos lados del Atlántico.

Saggi

## La re-naissance italienne de Marcel Spada

Isabelle Felici

Université Paul Valéry Montpellier, France

Les écrits de jeunesse, il faut les brûler tôt, sinon, le temps passant, l'âme de brocanteur et de chiffonnier qui s'épanouit en chacun de nous les sauve du feu ou de la poubelle. Et pourtant le coup d'œil que nous jetons sur des pages retrouvées est le plus souvent sans indulgence. Entre l'ennui et la nausée, nous interrompons la lecture pour rejeter le manuscrit au fond d'un placard. En revanche, nous avions autrefois, un jour de courage ou de détresse, sacrifié des textes qui n'étaient pas indignes de survivre. Mais nous visions la perfection, l'absolu et même (ah! jeunesse) nous étions fiers de mettre à mort ce qui avait quelque prix à nos yeux. Nous pensions vaincre la vanité par l'orgueil et préparer un terreau fertile pour l'œuvre à venir; philosophes en action, les jeunes gens sont redoutables. Plus simplement il se peut qu'on n'ait pas su juger sur le moment de la solidité d'une page et le vague souvenir qu'on en garde excite quelque regret.

Ces propos, qui constituent l'*incipit* d'une nouvelle de Marcel Spada, publiée en 1991<sup>1</sup> pourraient bien faire allusion aux *Portraits des Pagani*, œuvre inédite que l'auteur avait détruite en 1955<sup>2</sup>. Malgré cette destruction, le texte a continué de vivre en lui jusque dans les années 1990, où Marcel Spada l'a recomposé de mémoire. Ce court récit, issu de ce double travail, a donc l'avantageuse et paradoxale caractéristique d'être à la fois un roman de jeunesse et l'œuvre d'un écrivain, artiste et poète confirmé<sup>3</sup>.

Parmi les raisons qui ont porté à la destruction de ces onze *Portraits* – mais l'un est double et un autre triple – pourrait figurer, en dehors des erreurs de jugement et de l'orgueil juvénile, la crainte du jeune créateur de faire son entrée sur la scène littéraire avec des personnages dont l'histoire «n'a rien d'exceptionnel», même si, comme le précise l'auteur dans le chapitre introductif, cela «ne veut pas dire banal<sup>4</sup>». En 1955, lorsque Marcel Spada détruit son manuscrit,

il n'est pas encore de bon ton de mettre en avant sa «ritalianité». Pourtant, si l'ouvrage avait été publié alors, son auteur aurait sans doute été l'un des premiers «enfants d'Italiens»<sup>5</sup> à rouvrir la «valise du migrant» de ses ancêtres et de ses voisins, et à tenter de faire percevoir à ses lecteurs cette dimension qui «échappe au sédentaire»<sup>6</sup>: le fait d'appartenir à un groupe humain qui a connu, à la première personne ou par ascendants interposés, l'expérience migratoire.

Depuis, les réticences du jeune auteur ont été emportées par la maturité du jugement de l'écrivain accompli – et, sans doute aucun, par la qualité du texte –, mais aussi par l'évolution de la figure de l'immigré italien dans la société française. Marcel Spada ne tombe pas dans le piège grossier de «la parenté latine» ou de la «religion commune» pour valoriser les Italiens au détriment d'autres populations d'immigration plus récente, mais il ne se prive pas d'utiliser des termes que le politiquement correct d'aujourd'hui efface des colonnes des journaux et même des brèves de comptoir, par exemple le mot «assimilation». À l'aune du texte de Marcel Spada, on mesure ainsi combien le regard de la société a changé sur ces questions, mais aussi combien les mécanismes d'absorption par la société, quel que soit le nom qu'on veut leur donner et quel que soit le seuil qu'on se montre disposé à tolérer, restent semblables.

La définition que l'auteur donne de lui-même et de sa relation à l'Italie nous aide à appréhender celle qui sous-tend les portraits qu'il brosse de ses personnages:

Pur Méditerranéen, mâtiné de Provençal et d'Italien (pas seulement le Ligure) avec un nom à racine grecque puis latinisé avant l'italianisation actuelle

Voilà un authentique Français, usager de la langue française et amoureux d'elle, mais en accord avec toutes les Italies<sup>7</sup>.

L'appellatif qu'il donne à ses personnages ne laisse lui non plus planer aucun doute: «néo-Français du xx<sup>e</sup> siècle». Cinquante ans, c'est, grossièrement calculé au fil de trois générations, le temps nécessaire pour que «le processus d'assimilation n'ait plus lieu d'être», pour que les «fils d'Italiens» soient «provençalisés et donc francisés». Le texte regorge d'expressions qui viennent rassurer, à force de répétition, quant à l'appartenance française, mais garantissent, dans le même temps, la présence constante d'autres réalités, italienne, piémontaise, napolitaine, provençale, varoise, hyéroise etc.

1950 est l'année de toutes les convergences et la répétition en anaphore ne peut qu'attirer l'attention du lecteur. Certes, d'autres dates, qui parsèment tout le texte y compris les titres des chapitres, sont importantes, car c'est la chronologie qui fait sens dans le passage des générations et dans l'évolution du statut des différents membres de la famille. À ce titre, l'ordre des portraits, qui se complètent l'un l'autre, n'est pas interchangeable et c'est d'autant plus

vrai que le narrateur s'offre parfois la possibilité de «ne pas respecter la chronologie». Le fil du temps s'arrête comme en suspens en 1950. Ce choix narratif est justifié, nous dit Marcel Spada, car on sort du phénomène de l'émigration. Pourtant, l'image finale, décrivant une nouvelle naissance qui s'annonce, et donc l'arrivée de la quatrième génération selon le comptage de l'auteur, semble venir rappeler qu'il est vraisemblablement impossible de prétendre sortir tout à fait de l'émigration. Le texte que Marcel Spada a porté si longtemps n'illustre-t-il pas l'impérieux besoin de retour qui caractérise tout parcours migratoire, au-delà du passage des générations?

Marcel Spada a trouvé/s'est donné les moyens d'entretenir, de reconstruire sa relation à l'Italie: Florence pour son diplôme de fin d'études, la préparation de l'agrégation d'italien (il est admissible, mais échoue à l'oral et choisit alors de se consacrer aux lettres françaises), Trieste et Palerme lorsqu'il était en détachement au ministère des affaires étrangères<sup>8</sup>. Ce besoin impérieux prend aussi chez lui la forme d'un objet littéraire, mais il est bien d'autres formes, dont les *Portraits des Pagani* nous donnent quelques exemples, pour témoigner de la persistance de ces liens, la plupart du temps bien tenus, avec le parcours migratoire dont on a hérité: l'apprentissage scolaire de l'italien comme langue étrangère, l'influence italienne dans l'entreprise de maçonnerie, un voyage initiatique à la fin de l'adolescence, le voyage de noces, le choix des prénoms et surtout le récit de l'histoire familiale qui finit par prendre les dimensions d'une légende. Ce besoin impérieux de retour qui se fait par le biais du récit n'atteint pas uniquement les écrivains<sup>9</sup>. Les *Portraits des Pagani* sont d'ailleurs inspirés aussi d'un récit transmis oralement: un des membres de la famille que Marcel Spada a fréquentée dès son plus jeune âge «racontait très bien son enfance; j'aurais dû l'enregistrer», regrette-t-il.

Marcel Spada est donc tout entier dans ce texte, sans doute pourtant, paradoxalement, le moins autobiographique de tous ceux qu'il a composés. Contrairement à celui de *Chronique d'un sudiste* où on le retrouve successivement enfant puis jeune homme à Hyères, étudiant à Florence, adulte dans les différentes villes italiennes où il a enseigné et organisé des activités culturelles, enseignant à Montpellier, le «je» employé dans les *Portraits des Pagani* est celui du démiurge («j'ai donc rassemblé [...] une série de portraits exemplaires»), qui se cache ensuite sous l'impersonnel («on peut ne pas respecter la chronologie»). Mais ce n'est pas là la seule posture du narrateur, qui s'éclipse<sup>10</sup> et n'emploie plus la première personne, sans renoncer à donner une vision de l'intérieur puisqu'il «appartient à ce milieu» et en a une connaissance intime: il est donc à la fois dedans et au-dessus. Le «nécessaire dédoublement» pratiqué dans le récit fonctionne aussi dans la dimension temporelle. En effet, le narrateur se dédouble également en fonction des générations, sans se soucier cette fois de la chronologie, car il est tout à la fois et successivement l'enfant de sept ou

huit ans qui devient l'intime de la famille, l'ami d'une des jeunes filles de la maison, le jeune adulte puis l'homme mûr qui continue à se tenir au courant des péripéties familiales. Il est perpétuellement aux côtés, à l'écoute «de tous les autres», ce qui pourrait bien être sa devise de romancier<sup>11</sup>.

Ce dédoublement multiforme le long du fil du temps est particulièrement perceptible lors des passages où s'exprime la sensualité des personnages. L'érotisme est une thématique qui sous-tend tout l'œuvre de Marcel Spada<sup>12</sup> et les *Portraits des Pagani* n'y échappent pas. Le lecteur découvre ces passages sensuels, quelque fois même rapportés au style direct, comme s'il était un enfant caché sous la table pendant que les adultes, sûrs de ne pas être compris, tiennent des propos qui se veulent voilés, commentent les exploits extra-conjugaux de tel ou telle, cancanent sur un couple qui n'a toujours pas d'enfant ou, à l'inverse, sur le nombre de mois qui sépare la date du mariage de celle de la naissance du premier enfant; d'autres fois le lecteur a le sentiment d'être le confident/la confidente des jeunes gens/filles lors de leurs premiers émois, et aussi des moins jeunes, et a même l'impression que ses oreilles sont à la portée des bruits d'alcôves. Il ne s'étonnera pas que ces bruits lui parviennent en italien. Si le point de vue est souvent celui du mâle, sensuel et prolifique comme il se doit, le point de vue de vue féminin n'est pas négligé, même s'il est marqué lui aussi par l'appartenance générationnelle. Ainsi la grand-mère, contrairement à ses filles, belles-filles et petites filles, ne trouve-t-elle le moyen d'exprimer sa sensualité qu'à travers le nombre d'enfants qu'elle met au monde, bien qu'elle dépende pour cela, et pour cela seulement, entièrement de son mari.

La grand-mère est en effet une maîtresse femme, c'est elle qui décide et tempête, détruisant à elle seule le stéréotype des mamans italiennes, aussi bien sur le plan physique, n'ayant rien d'une matrone, que psychologique, car elle est tout le contraire d'une femme soumise. C'est encore elle qui fait fonctionner, d'ailleurs de façon très originale, le mécanisme de la chaîne migratoire, puisqu'à peine le mariage célébré, elle entraîne son mari dans le sud de la France: la destination n'est pas choisie au hasard car il s'agit de suivre les traces d'un premier fiancé, émigré avec ses parents, qui n'avait pas tenu parole et n'était pas revenu chercher sa promise. Aucun autre élément concernant le voyage migratoire proprement dit n'est transmis. Chez les Pagani, les regrets et la nostalgie, que d'aucuns voudraient voir inéluctablement associés à la figure de l'immigré, ne sont pas de mise. Est-ce dû aux circonstances de ce départ, qui ne semble pas avoir été particulièrement traumatique? À moins que, comme c'est souvent le cas dans les récits migratoires (et dans les récits familiaux en général), les épisodes les plus douloureux aient été effacés de la mémoire à force de ne pas avoir été racontés et d'avoir été jugés inintéressants par les personnes mêmes qui les ont vécus.



En conséquence, l'attachement au pays d'origine, manifeste chez les personnages des trois générations, se décline sur une palette très vaste qui ne comporte aucune teinte mélancolique. C'est plutôt entre plaisir et admiration que se maintient le lien avec l'Italie, toujours présente, tout à la fois réelle et irréelle. Ce qui reste du contact avec le pays d'origine entretient d'ailleurs, pour chacun des personnages, le rêve plutôt que la réalité. Et quand cette Italie devient tout à fait réelle, comme pour le seul fils qui refait le voyage migratoire à l'envers, jouissant «du paysage comme d'une terre retrouvée», le rêve se transforme en cauchemar. Mais attachement ne signifie pas absence de difficulté ni d'expériences traumatiques: si l'on ne connaît pas les détails ni les circonstances du voyage migratoire, rien n'est tu, en revanche, du peu de considération manifestée, dans certains milieux surtout, envers les Italiens, ni des difficultés qui s'ajoutent lorsqu'on est identifié comme italien, qu'on ait gardé ou non la nationalité, au moment du fascisme et de la Seconde guerre mondiale. C'est encore la mère qui résume le mieux le déchirement que produit non pas la situation migratoire en elle-même mais la situation politique qui met les Italiens de France en porte-à-faux: «mon sang a tué mon sang» dit-elle à propos de son fils, soldat français, mort lors d'une opération militaire entre l'armée italienne et l'armée française.

Cette période de l'entre-deux-guerres et du Deuxième conflit mondial est aussi la plus propice pour brosser, avec une ironie grinçante, le tableau de la bonne société hyéroise que les Pagani de la deuxième génération fréquentent, par alliance matrimoniale ou du fait de leur réussite professionnelle. Le narrateur a beau être au plus près de ses personnages, il n'en est pas pour autant indulgent envers leurs petites filles et leurs mesquineries. Toute l'atmosphère d'une époque est ainsi rendue, entre les petits trafics (tickets de rationnement, marché noir etc.) et le souci perpétuel de préserver la bonne réputation. Dans les *Portraits des Pagani*, aucun jugement n'est porté, mais on ironise volontiers sur l'impunité obtenue par le biais d'une relation extra-conjugale avec une personne bien placée, sur les aides reçues, qui de l'occupant, qui des résistants, pour protéger un membre de la famille et sur l'unanimité qui se reforme si rapidement après la guerre, lorsqu'il s'agit d'applaudir à l'humiliation des femmes tondues. Aucun jugement n'est porté mais le parti pris est résolument opposé aux positions extrêmes et aux nationalismes, voire au patriotisme qui conduit à des sacrifices inutiles et dérisoires. Toutefois, malgré les tourmentes de l'Histoire, «la revanche des fils [et des filles] du cordonnier italien» ne manque pas d'avoir lieu, par la force de leur travail (surtout dans l'artisanat et le commerce) et grâce à l'appui des belles-familles françaises<sup>13</sup>. Bien qu'on ne connaisse pas le destin de tous les petits-enfants, la plupart arrivant à l'âge adulte après 1950, l'ascension sociale semble se confirmer vers les professions libérales (droit et

médecine). La famille Pagani est à cet égard une famille «symbolique» qui a fini par se confondre avec une «authentique» famille hyéroise.

Reste alors la question du nom, qui rend visible, ou invisible, l'appartenance italienne. Comme pour rappeler l'inéluctable pluralité des identités, et peut-être nous conduire à penser que l'identité est un leurre, il y a dans les *Portraits des Pagani* tout un jeu sur les prénoms, qui fonctionnent souvent par deux ou plus – entre la version française, régionale, italienne, le surnom, le diminutif – et sur le nom de famille, en particulier celui des conjoints: le jeu des couleurs, Rossi, Neri, Blanc, Lebrun, et le jeu des origines. C'est au détour d'une phrase, souvent, dans un autre portrait, qu'on comprend que les Rossi sont corses, que les Neri sont des Provençaux d'ascendance italienne plus ancienne, de même aussi, peut-être, que les Vestro. Seuls les Bellini ont une identité clairement italienne, et même d'une région précise, le Val d'Aoste. Quant à Pagani, le patronyme qu'utilise Marcel Spada pour rebaptiser sa famille italo-hyéroise, il renvoie lui aussi à une image plurielle, à la fois celle du paysan qui est relié à son territoire, son *pagus* – mais de quel territoire est-il vraiment question? – et celle du *paganus* qui idolâtre des divinités tout de même assez peu fréquentables.

Pour complexifier encore le jeu de l'identité, Marcel Spada donne à certains de ses personnages une identité mythologique, qui n'échappe pas au lecteur attentif. Dans cette Olympe italo-hyéroise, c'est sans conteste qu'on reconnaît Zeus sous les traits de la grand-mère, Priape chez l'oncle Fernand, les muses de la danse, du théâtre et de la musique chez les petites-filles, Argus, aux yeux multiples, chez tous les grands frères qui s'érigent en protecteurs, au milieu d'autres héros, demi-héros, divinités païennes et mythologiques. Le plus secret entre tous, et pourtant très reconnaissable, est le personnage du dernier fils, tout à la fois Ganymède, Éros et Narcisse, qui succombe et se perd sous le coup des choses étranges et déplaisantes qui se disent à son égard, puis du silence et du non-dit qui se forment autour de sa différence.

Quant au grand-père, sans qu'il soit besoin de recourir au mythe, il ressort grandi de la période trouble de l'entre-deux-guerres, sans doute parce qu'il est le seul à avoir un idéal politique et à ne pas faire preuve d'opportunisme. Il est en effet républicain, ce qui est moins le signe de son intégration que celui de sa fidélité à l'idéal politique de sa jeunesse passée dans le royaume d'Italie, tout entier résumé dans l'air qu'il chantonne et dont Marcel Spada nous transmet l'écho par le biais d'un vers: «Soltanto ai tiranni minaccia le fronti»<sup>14</sup>. C'est aussi le personnage qu'on a voulu rendre attachant et sympathique. En effet, il fait tomber tous les clichés de l'horrible macho autoritaire et n'a que des péchés véniels: les PMU et le vin. Ce qui le met le moins à l'abri du stéréotype de l'Italien, en plus de sa progéniture prolifique et de son courage au travail, c'est son goût du chant sous toutes ses formes: la chanson traditionnelle, pour lui piémontaise, les hymnes politiques et le chant lyrique. Il a pour ce dernier une véritable passion qu'il est

obligé d'assouvir en français, car à l'Opéra de Toulon comme ailleurs en France, c'était la mode alors de représenter les opéras en traduction.

Hyères n'est certes pas le lieu le plus pittoresque de l'immigration italienne en France<sup>15</sup>. Marcel Spada se garde d'ailleurs bien de «faire provision de pittoresque»<sup>16</sup>, mais il nous transmet des portraits de personnages qui nous sont familiers. La saveur de la langue, pimentée de nombreux mots d'italien, d'expressions régionales et familiales, joue pour beaucoup dans cette sensation de familiarité. C'est du personnage haut en couleurs de la grand-mère que proviennent presque tous ces mots et expressions<sup>17</sup>: insultes et marques d'affection envers ses enfants et petits-enfants, chagrins, colères et mépris, souci des apparences et de la bienséance, le personnage est entièrement décrit par ses éruptions langagières. Le registre culinaire ne manque pas d'être présent, avec là aussi la marque du temps – la *mozzarella* était loin d'être déjà à la mode –, de même que le langage musical, qui donne l'occasion d'espiègles impertinences lorsque la Culture se frotte à l'image envahissante de l'immigré. La collection de «noms d'oiseaux» désignant les Italiens s'enrichit de quelques usages régionaux, «piafou» qu'on rencontre déjà chez l'écrivain provençal Valère Bernard<sup>18</sup> et «parpagne», et compte encore «métèque». Figure aussi l'inévitable «macaroni», dont on a tendance à oublier qu'il était plus répandu, parfois même sous la forme «maca», que «rital», qui a occupé plus tard le devant de la scène.

Sur cette question de la langue, le narrateur est encore une fois très partie prenante, à travers les conseils qui viennent indiquer au lecteur la bonne prononciation de tel ou tel mot, en souligner l'expressivité, la puissance de suggestion, les nuances... par rapport au français. Ces conseils, qui apparaissent aussi dans d'autres textes de Marcel Spada<sup>19</sup>, ne procèdent pas d'un excès de pédagogie, mais d'une démarche naturelle. Le passage entre les langues est devenu spontané chez Marcel Spada, qui joue avec les mots et se joue des barrières linguistiques. Même les termes italiens introduits en français prennent, dans ce contexte, une tout autre dimension<sup>20</sup>: dilettante, tutti quanti et aussi pizza, à prononcer, comme il se doit, à la provençale. Autre signe de cet effacement des barrières linguistiques, les calques de l'italien: «légion garibaldine» et «gérarque» plutôt que «légion garibaldienne» et «hiérarque».

Mais à ce jeu des langues et du passage, les règles ne sont pas les mêmes pour tous: le passage est loin d'être toujours aussi naturel. Une fois encore, c'est le fil des générations qui fait sens. Au sein de la famille symbolique des Pagani, s'établit une échelle sur laquelle chacun vient se placer, en fonction de ses moyens, des circonstances, de son niveau d'études et des différentes langues auxquelles il est et a été confronté. Entre l'acquisition et la non-acquisition de la [des] nouvelle[s] langue[s] de communication, entre la transmission et la non-transmission de l'héritage linguistique familial aux enfants et aux petits-enfants, entre la reconstruction de cet «héritage» et l'oubli [?], il y a bien des degrés et des variantes, même dans

des contextes migratoires identiques. Cette grande diversité est perceptible dans les *Portraits des Pagani*. Alors qu'on entend régulièrement remettre en cause la volonté d'intégration de certains immigrés récents incapables d'apprendre le français, il n'est pas inutile de rappeler la détresse linguistique qu'ont connue de nombreux Italiens qui, comme Amalia, en sont arrivés à un parler singulier dans tous les sens du terme. Marcel Spada ne peut pas l'imiter<sup>21</sup>, mais sa plume alerte, tendre et impitoyable à la fois, nous en donne pourtant une sensation sonore: «Avec tout le monde, excepté sa famille où le napolitain était accepté comme le piémontais et l'italien, Amalia avait des difficultés de communication. Après de longues années en France, elle avait élaboré un singulier dialecte qu'elle prenait pour du franco-provençal. Titta [son mari] la parodiait à son insu et ses enfants la comprenaient aussi bien qu'un Européen né et élevé en Chine comprend le chinois.» À l'autre extrémité, sur l'échelle de la génération des petits-enfants, la petite-fille Pagani tient sa revanche et se charge d'enseigner «leur propre langue aux petits Guigou, Barbaroux, Escartefigue et tutti quanti», ce qui ne l'empêche pas de se réapproprier l'italien, celui de l'école.

Comment ne pas reconnaître, dans ce positionnement par rapport au passé migratoire familial, celui que, sans qu'il y ait eu besoin de raisonnement préalable, Marcel Spada a adopté? Chez certains «enfants d'Italiens», la démarche est volontaire; puisque son nom est cité dans les *Portraits des Pagani*, citons Edwige Feuillère, née Cunati, qui raconte comme elle a souvent «cherché à définir ce qui revivait en [elle] de [sa] famille paternelle, italienne et catholique [...]. Difficile à mesurer<sup>22</sup>.» Dans le cas sans doute le plus fréquent où la démarche n'est pas volontaire, le mécanisme de reconstruction s'enclenche inconsciemment, au détour d'une rencontre, d'un voyage, d'une maladie, d'un décès, d'une photographie retrouvée et d'un souvenir qui refait surface. Dans tous les cas, il ne s'agit pas de revendiquer une prétendue culture d'origine, mais plutôt de permettre à chacun de reconstruire son passé que les drames privés et familiaux ont enfoui et que les vents et marées de l'Histoire ont contribué à effacer. Marcel Spada apporte ainsi sa contribution, dans une grande cohérence avec le reste de son œuvre littéraire, à cette entreprise sans fin qu'est la reconstruction de la mémoire des immigrés italiens. Il aime à citer Julien Gracq pour qui écrire sert à oublier, non pas à se souvenir. Au jeu de la mémoire déchirée, il faut dire ce qu'on a été par pouvoir être, en somme.

### Liste des mots et expressions particuliers

Nous reprenons ici la liste de tous les mots italiens, y compris de ceux qui sont passés en français dans le domaine de la cuisine, de la musique, de la peinture, ainsi que des régionalismes et des expressions particulières utilisés par Marcel Spada.

### **Italien**

basta; bastardo; cafoni; cameriera; campionissimi; commediante; commendatore; cornuto; deficienti; dilettante; giustiziato; grinza; malocchio; marchesa; mascalzone; maschio; micetta; morte; pianissimo; pizza; pizzaiola; polenta; poveretta; puttana; Quattrocento; regina; re-imperatore; ruga; sangue; scherzo; sporcherie; spudorata; strega; zietta; ziettina.

### **Phrases ou expressions**

acqua e sapone; amami; balla come la Lollobrigida; fare belle figura impression; che mamma *cana che sso stata*; il cocco della mamma; con anima; ecco il padre del bastardo, scemi che siete!; hai capito?; il povero Nando; mamma mia; mbè; sì, Nando, santa Maria del cielo!; soltanto ai tiranni minaccia le fronti.

### **Vénitien**

Ti ga capio, corpo de Baco: As-tu compris, par Bacchus?

### **Piémontais**

Feu su j'Almans: feu sur l'Allemand.

### **Napolitain**

miezo maschi; nu dito 'e vino; nun me ne tene; se nn'è juto; Tata.

### **Français**

doroures: dorures

péticoumers: petits commerces

Jé souis: je suis

couir: cuir

doteur: docteur

### **Provençal ou termes utilisés en famille**

ensuqué: assommé, idiot

escagassé: assommé

estrasse: chiffon

garri: garçon

parpagne: appellatif donné aux Italiens dans certaines régions du sud de la France

piafou: appellatif donné aux Italiens dans certaines régions du sud de la France

pièce: serpillière

pile: évier

tchicatoun: ivre

Note

- 1 Marcel Spada, «Sous un nom de fleur», *Chronique d'un sudiste*, Paris, Julliard, 1991, p. 75.
- 2 Nous évoquons ici, et plus loin, les propos échangés avec Marcel Spada lors d'un entretien qu'il nous a accordé en 2007, alors qu'il nous avait confié son texte, par l'intermédiaire de Michèle Gorenc que nous remercions ici, pour un projet d'édition encore non abouti.
- 3 Marcel Spada est né à Hyères en 1923, dans un milieu modeste. Son grand-père maternel est d'origine italienne (piémontaise?) ainsi que son père, qu'il a peu connu. Il a fait de brillantes études de lettres et a séjourné en Italie à de nombreuses reprises, notamment lorsqu'il était détaché au service culturel du ministère des affaires étrangères. En parallèle avec l'enseignement, Marcel Spada a consacré sa vie à l'écriture. Son œuvre a été appréciée par Francis Ponge, qui lui a confié la réédition de sa monographie chez Seghers, en 1974 et il a reçu aussi la reconnaissance de nombreux auteurs, y compris italiens comme Pier Antonio Quarantotti-Gambini et Leonardo Sciascia. Voir *Var et Poésie. Marcel Spada*. Textes, études et inédits réunis par Michèle Gorenc, n. 7, Toulon, Université du Sud Toulon-Var, 2010. Le volume contient une bibliographie autour de l'œuvre de Marcel Spada et donne des éléments biographiques.
- 4 C'est la phrase qui conclut le chapitre introductif «Néo-Français du vingtième siècle» de *Portraits des Pagani*.
- 5 Le premier récit d'«enfant d'Italiens» en France à avoir connu un écho est celui de François Cavanna, dans les *Ritals* en 1978. D'une manière générale, la littérature de l'émigration italienne en France ne s'est guère développée: voir Jean-Charles Vegliante, «Italiani trasparenti: la letteratura d'emigrazione in Francia fra impostura e dimenticanza», in Jean-Jacques Marchand, *La letteratura dell'emigrazione. Gli scrittori di lingua italiana nel mondo*, Turin, Fondazione Agnelli, 1991, p. 60-80.
- 6 Nous reprenons l'expression à Pierre Sommermeyer, «Territoires et frontières, un itinéraire individuel», *Réfractations, Territoires multiples, identités nomades*, 21, 2008, p. 61.
- 7 Marcel Spada, «Mes Italies», *Au Musagète*, inédit, *Var et Poésie* cit., p. 163.
- 8 *Ibidem*.
- 9 Qu'il nous soit permis de renvoyer aux témoignages que nous avons recueillis dans deux ouvrages (un troisième est en préparation), *Racines italiennes* (Université du Sud Toulon Var, 2006) et *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?* (en collaboration avec Jean-Charles Vegliante, Géhess éditions, Toulon, 2009), mais aussi aux nombreux textes parus, à compte d'auteur, parfois à usage uniquement familial, même si les livres finissent par sortir des caves et des greniers. Ces textes forment un corpus délicat à reconstituer et à faire entrer dans les bibliothèques. Il existe également quelques autobiographies d'émigrés italiens ou de leurs descendants conservés par l'APA, l'Association pour l'autobiographie, <http://association.sitapa.org>, par exemple celle de Rosa Secco intitulée *La polenta*. Une bibliographie systématique est toujours à faire pour la France.
- 10 Nous empruntons l'expression à Jean Rousset, *Narcisse romancier. Essai sur la première personne dans le roman*, Paris, José Corti, 1986, p. 33.

- 11 Notons que Marcel Spada fait de «Je est tous les autres» sa devise d'adaptateur. Voir «Au temps de l'empire T'ang», *L'Archipel d'Éros, Var et poésie* cit., p. 187.
- 12 Cela sous-tend aussi son travail de critique littéraire et de chercheur. Voir par exemple sa thèse de doctorat soutenue à l'Université Paul Valéry en 1981, publiée en 1983 chez José Corti sous le titre *Érotiques du merveilleux. Fictions brèves de langue française au xx<sup>e</sup> siècle*.
- 13 Les beaux-pères, sans ascendance migratoire récente, des enfants Pagani sont pâtissier, horticulteur, pêcheur, banquier, médecin et gérant de cinéma. Sur les comportements en matière de choix conjugal, et pour un autre groupe migratoire, on suivra avec intérêt l'enquête menée par Beate Collet et Emmanuelle Santelli, *Couples d'ici, parents d'ailleurs. Parcours de descendants d'immigrés*, Paris, PUF, 2012, et ses conclusions (p. 290) selon lesquelles le maintien de l'endogamie, pour les descendants d'immigrés d'origine maghrébine, turque et africaine, répondant à des logiques de *minorisation*, n'est pas contraire à leur participation à la société, mais «permet de retourner le stigmate en un choix culturel».
- 14 Le vers cité n'est étrangement pas le vers initial de l'hymne composé par Luigi Mercantini en 1858. Connus sous le titre de «Inno di Garibaldi» ou «Inno di guerra di Garibaldi», il faisait partie des chants que les petits Italiens apprenaient à l'école et n'a pas été interdit pendant le fascisme. Amedeo Quondam, *Risorgimento a memoria. Le poesie degli italiani*, Rome, Donzelli, 2011, p. 294 et *passim*.
- 15 Pour un autre témoignage italo-varois, et même italo-hyérois, avec un *paterfamilias* cordonnier comme dans la famille Pagani, voir René Mazzocchi, *Sillio*, s.d., s.l. Voir également la bibliographie sur la présence italienne dans le Var établie par Cindy Doneda *Altretalie* 47, 2013, pp. 67-72.
- 16 Marcel Spada, «Mes Italies», *Au Musagète*, inédit, *Var et Poésie, op. cit.*, p. 164.
- 17 On trouvera en annexe la liste des expressions et des mots italiens ainsi que les mots régionaux ou d'emploi familial qui figurent dans les *Portraits des Pagani*.
- 18 Valère Bernard, *Bagatouni*, (1894), Nice, Alandis, 2000, p. 18.
- 19 «Empédocle (prononcez le nom en le coupant en deux parties: Impé-doclé)», «Leonardo Sciascia (lisez Chacha en appuyant sur la première syllabe)», Marcel Spada, «Le voyage d'Empédocle», *Chronique d'un sudiste*, p. 162 et 165.
- 20 Pour un autre jeu avec les mots et les barrières, et là encore pour un phénomène migratoire récent, voir la fable de Tahar Ben Jelloun, «Le dernier immigré », *Le Monde diplomatique*, août 2006: disponible en ligne: [http://www.taharbenjelloun.org/chroniques.php?menuimg=3&type\\_texte=0&id\\_chronique=65](http://www.taharbenjelloun.org/chroniques.php?menuimg=3&type_texte=0&id_chronique=65)
- 21 On trouvera un exemple sonore d'un de ces parlars singuliers, compréhensibles pour les seuls initiés, dans le film *L'Anniversaire de Thomas* (Jean-Paul Menichetti, 1982), récemment républié en DVD par l'équipe du Festival du film italien de Villerupt. Il s'agit cette fois d'un locuteur masculin, dans le contexte migratoire de la Lorraine sidérurgique. Voir aussi, dans le témoignage de Lidia Di Carlo, comment ce parler singulier peut conduire au silence: «Entre deux voix», *Enfants d'Italiens* cit., p. 93.
- 22 L'actrice ne dissocie pas de cette démarche sa «famille maternelle, française et protestante, venue d'Europe centrale». Edwige Feuillère, *Les feux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1977, p. 28. Elle précise dans ce livre de souvenirs que son père était d'origine lombarde.

### Sommario

Il saggio analizza un testo di Marcel Spada, *Ritratto di Pagani*, che ripercorre la storia di una famiglia di origine italiana, dall'arrivo in Francia dei nonni a Hyères (Varo) fino all'inizio della terza generazione nel 1950. Il romanzo, scritto nel 1955, fu distrutto dal suo autore, che lo ricompose in seguito attingendo dalla sua memoria. Senza questa iniziale distruzione, in un'epoca in cui non andava ancora di moda evidenziare la propria «ritalianité», Marcel Spada sarebbe stato probabilmente uno dei primi «figli di italiani» della Francia a riaprire la «valigia del migrante» dei suoi antenati e dei suoi vicini di casa, tra cui quella di una famiglia di origine italiana, che conobbe di persona. Il saggio si concentra sul rapporto tra le diverse generazioni, l'Italia e l'ambiente politico e culturale durante l'insediamento nella società di Hyères (e della Francia e in generale) in particolare durante le vicende della Seconda guerra mondiale. L'A. mostra come Marcel Spada, seguendo la sua vena letteraria, contribuì alla ricostruzione del passato e della memoria degli italiani in Francia, un'esperienza che i drammi privati e familiari hanno spesso sepolto nell'oblio e che gli eventi storici hanno contribuito a cancellare.

### Abstract

The essay analyzes a text by Marcel Spada, *Portrait of Pagani*, traces the history of a family of Italian origin, since the arrival in France of the grandparents in Hyères (Var) to the beginning of the third generation in the 1950s. This novel, written in 1955, was destroyed by his author, who regained his composure after drawing on his memory. Without this destruction, occurred when it was not yet fashionable to highlight his «ritalianité», Marcel Spada would probably have been one of the first «children of Italians» of France to reopen the «suitcase of the migrant» of his ancestors and neighbors. The article focuses on the relationship that each generation has with Italy and the political and cultural environment that supports the settlement in Hyères (in France and in general), especially in the turmoil of the Second World War. The A.'s aim is to show how Marcel Spada, following his literary vein, contributed to the reconstruction of the past and the memory of Italians in France, an experience that private and family dramas often buried in oblivion and that historical events have helped to erase.



### Résumé

Cet article porte sur un roman de Marcel Spada, *Portrait des Pagani*, retraçant l'histoire d'une famille d'origine italienne, depuis l'arrivée en France des grands-parents à Hyères (Var) jusqu'à l'adolescence de la troisième génération, dans les années 1950. Le roman, rédigé une première fois en 1955, avait été détruit par son auteur, qui l'a recomposé plus tard de mémoire. Sans cette destruction, survenue lors qu'il n'était pas encore de bon ton de mettre en avant sa «ritalianité», Marcel Spada aurait sans doute été l'un des premiers «enfants d'Italiens» de France à rouvrir la «valise du migrant» de ses ancêtres et de ses voisins, notamment celle d'une famille d'origine italienne qu'il a personnellement connue, et, sans que ce soit pour autant son but premier, à faire partager à ses lecteurs sa perception de l'expérience migratoire. L'article se penche sur les relations que chaque génération entretient avec l'Italie et sur l'environnement politique et culturel qui accompagne son installation dans la société hyéroise (et française en général), notamment dans la tourmente de la deuxième guerre mondiale. L'objectif est de montrer comment Marcel Spada, en suivant sa veine littéraire, contribue à la reconstruction du passé et de la mémoire des Italiens en France, une expérience que les drames privés et familiaux ont souvent enfoui dans l'oubli et que les vents et marées de l'Histoire ont contribué à effacer.

### Resumo

O ensaio analisa um texto de Marcel Spada, *Retrato de Pagani*, que acompanha a história de uma família de origem italiana, da chegada dos avôs na França, em Hyères (Varo), até o começo da terceira geração, em 1950. O texto, escrito em 1955, foi destruído pelo próprio autor, que o escreveu novamente mais tarde buscando na sua memória. Se não tivesse destruído o primeiro texto, numa época na qual ainda não estava na moda destacar a própria «ritalianité», Marcel Spada teria sido provavelmente um dos primeiros «filhos de italianos» da França abrindo a “mala do migrante” dos próprios antepassados e dos vizinhos de moradia, entre os quais uma família de origem italiana, que ele conheceu pessoalmente. Tudo isso, sem a preocupação de compartilhar com os leitores, a percepção da experiência da migração. O ensaio se focaliza na relação entre as diferentes gerações, a Itália e o ambiente político e cultural durante a inserção na sociedade de Hyères (e da França em geral), especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. O autor explica como Marcel Spada, com a sua propensão para a escrita, contribuiu para a reconstrução do passado e da memória dos italiano na França, uma experiência muitas vezes esquecida, devido aos acontecimentos dramáticos, da pessoa ou da família, e apagada pelos eventos históricos.

Extracto

El ensayo analiza un texto de Marcel Spada, *Retrato de Pagani*, que sigue la historia de una familia de origen italiano, desde la llegada a Francia de los abuelos en Hyères (Var) hasta el comienzo de la tercera generación en 1950. La novela, escrita en 1955, fue destruida por su autor, que luego la arreglara siguiendo los trazos de su memoria. Sin esta destrucción inicial, en una época en la que todavía no estaba de moda hacer exaltar la «ritalianité», Marcel Espada probablemente habría sido uno de los primeros «hijos de italianos» de Francia a volver a abrir la «maleta del migrante» de sus ancestros y de sus sus vecinos, entre ellos la de una familia de origen italiano, que conoció en persona. Todo ello, sin el propósito de compartir con sus lectores la percepción de la experiencia de la migración. El ensayo concentra su atención sobre la relación entre diversas generaciones, Italia y la atmósfera política y cultural durante el asentamiento de la empresa de Hyères (y de Francia en general), especialmente durante los acontecimientos de la Segunda Guerra Mundial. El A. muestra cómo Marcel Espada, dejándose llevar por su vena literaria, contribuyó a la reconstrucción del pasado y de la memoria de los italianos en Francia, una experiencia que los dramas privados y familiares a menudo han enterrado en el olvido y que los acontecimientos históricos han contribuido a eliminar.

## I precursori del Made in Italy: figurinai, architetti e librai nelle migrazioni toscane

*Giampaolo Giampaoli*

*Università di Pisa*

### **Premessa**

La passione all'estero per il Made in Italy ha radici storiche profonde, legate anche al fenomeno dell'emigrazione che, come è oramai stato esaminato, non ha coinvolto solo la società contadina (Incisa di Camerana, 2003; Lucassen, 1986; Pizzorusso, 2002; Romano 1992). Il Ministero degli Affari Esteri (MAE) dal 1901 al 1908 elencava ventitré diverse occupazioni per gli italiani negli Stati Uniti (MAE e Commissariato dell'emigrazione, 1909, pp. 50-51), mentre in merito ai contadini che offrivano manodopera non qualificata Ercole Sori parla del «puro erogatore di forza muscolare» (Sori, 1979, p. 32).

Una parte minore degli italiani espatriati presentava qualifiche professionali che andavano dagli impieghi nel settore primario come il carbonaio, il boscaiolo o il minatore, ai mestieri in ambito artistico che richiedono attitudine ed elevata preparazione<sup>1</sup>. Il fascino del Made in Italy trae origine anche da queste ultime attività; i migranti che le praticavano andavano ad aggiungersi agli artigiani, capaci di offrire una produzione altrettanto apprezzabile.

Le partenze dai paesi della montagna toscana interessavano alcune figure professionali, da cui emergono le strategie di inserimento economico e sociale che permisero ad artisti e artigiani di far conoscere alle popolazioni estere il loro lavoro. Ne parla Regina Soria, sottolineando come a diversi livelli gli italiani abbiano partecipato a formare l'identità del popolo americano, un reciproco scambio culturale per necessità storica sia degli immigrati, sia delle società ospitanti (Soria, 1997, pp. 1-30 e 59-90). Infatti, se da una parte gli italiani, che proprio negli anni delle prime partenze di massa si erano da poco uniti in una

nazione, dovevano trovare i caratteri culturali che li avrebbero contraddistinti<sup>2</sup>, d'altro canto la ricerca dell'identità continuava anche negli Stati Uniti e nei Paesi del Sud America, un'identità culturale che si stava formando grazie alla società multiethnica. Il contributo dell'immigrazione al consolidarsi di un gusto estetico maturo nel continente americano è indubbio, ma la storia dei figurinai lucchesi e degli scultori massesi e carraresi impegnati nell'arte artigianale dimostra che tale influenza ha manifestato i suoi effetti anche in altri luoghi del mondo.

### **La figurina lucchese come modello di qualità artigianale**

I figurinai provenivano dalla Media Valle del Serchio nell'area compresa tra le frazioni di Barga, Bagni di Lucca e Coreglia. Partendo da queste località si diressero verso varie destinazioni situate tra l'America, l'Europa e, nei casi estremi, fino all'Asia e all'Oceania<sup>3</sup>, offrendo una forma di artigianato singolare e ricercata nelle tecniche di fabbricazione: la statuina in gesso, quasi sempre di piccole dimensioni, utilizzata come souvenir o oggetto sacro se raffigurante personaggi del Cristianesimo e apprezzata in quanto realizzata con precisione nei particolari anatomici<sup>4</sup>. Oltre alle icone religiose, i figurinai erano specializzati nei ritratti interi e nei busti dei grandi della storia, dai protagonisti del Risorgimento come Carlo Alberto, Pio IX, Garibaldi, Mazzini, Cavour e Napoleone III, fino ai personaggi dell'Antichità e del Medioevo, tra cui Socrate, Pericle, Alessandro Magno, Cesare, Dante e Petrarca. Per i temi trattati la loro opera rappresentò una forma di diffusione della storia, della cultura e del gusto artistico dell'Italia nel mondo.

Le prime migrazioni degli artigiani del gesso (chiamati in alcuni contesti anche figurinisti) ebbero inizio nei secoli dell'età moderna e si prolungarono fino alla metà dell'Ottocento, quando divennero più numerose con l'incremento demografico e con i miglioramenti della navigazione oceanica (Sereni, 1985, pp. 14-19).

I figurinai ereditarono nel Settecento le tecniche di modellazione della statuina dagli stucchinai che dal XIV secolo lavoravano per le suore di San Domenico (Tagliasacchi, 2008, pp. 18-19)<sup>5</sup>. Nella fase iniziale si ricopre il modello fatto da uno scultore con della creta fresca e con gesso liquido; da quest'ultimo, una volta asciutto, si ricava la sciarpa, due blocchetti che uniti riportano la forma del soggetto scelto nell'apertura dove è stato collocato. Il modello viene poi ripulito dalla creta fresca e rimesso nella stessa posizione, di modo che rimanga un'intercapedine tra la statuina e la sciarpa in cui si cola il materiale per la stampa, che poi dovrà solidificarsi<sup>6</sup>. Una volta realizzata la stampa si può riempire fino a quando non si rompe di gesso liquido, che asciutto e ripulito dalle sbavature avrà le forme del modello.

Tra Ottocento e Novecento furono fondati laboratori della statuina nelle maggiori città del mondo, da Parigi, Roma, Berlino e New York, fino alle aree più distanti da raggiungere partendo dall'Italia di Melbourne, Ceylon, Calcutta e Singapore, che permisero ai figurinai di far conoscere ovunque la loro produzione. Francesco Dinucci originario di Corsagna, un paesino della Media Valle del Serchio, già a metà Ottocento aveva impiantato una grande attività a Parigi. L'emigrante, che appare con la sua numerosa famiglia in una foto del 1854, non si era limitato alla produzione della statuina; infatti, rivelando spiccate attitudini artistiche, dietro commissione dell'amministrazione cittadina aveva realizzato delle decorazioni in alcuni palazzi, tra cui l'Hotel De Ville e l'Opéra<sup>7</sup>.

Oltre cinquant'anni dopo in Australia la famiglia Porta, originaria di Fabbriche di Valico, aveva le sue imprese nelle città di Sidney, Melbourne e Adelaide, fondate dal capostipite Nello Porta, fotografato nel suo laboratorio mentre osserva soddisfatto la statuina di una ballerina. In Nuova Zelanda, invece, lavoravano Giuseppe e Guido Antonini originari della Garfagnana e Omero Cortopassi e Giuseppe Bonuccelli di Camaiole. Di loro rimane un ritratto del 1915 in cui sono al tavolo da lavoro con alcune produzioni: si tratta di personaggi storici, tra i quali si distingue la figurina di Napoleone<sup>8</sup>.

Nel 1870 Raffaello Da Prato di Barga partì per Chicago con lo scopo di raggiungere i suoi fratelli emigrati alcuni anni prima, che dopo aver lavorato come venditori di figurine avevano aperto un laboratorio assumendo due dipendenti di origine lucchese. In un primo momento la loro ditta era stata collocata in un sottoscala, ma poi il giro di affari della Da Prato Statuary Co. si ampliò e permise ai proprietari nel 1860 di trasferire la sede in un palazzo di notevoli dimensioni, in Van Buren & Canal Sts<sup>9</sup>. Quattro anni dopo Raffaello partì anche l'altro fratello Giovanni, che per trasferirsi negli Stati Uniti disertò l'esercito.

La produzione era limitata alle statuine a carattere religioso, che i Da Prato commercializzavano grazie ai garzoni (quasi sempre ragazzi dai dieci ai quindici anni) inviati nelle aree urbane più frequentate non soltanto per una crescita delle vendite, ma anche per pubblicizzare il laboratorio. Era questa la strategia commerciale delle aziende dei figurinai, malgrado i piccoli venditori ambulanti a volte suscitassero il biasimo della popolazione autoctona (Franchi, 1994, pp.257-92; Zucchi, 1999, pp. 222-50).

Tra la fine del XIX secolo, quando dopo il ritorno a Barga del 1893 di Raffaele la Da Prato Statuary Co. fu venduta a Giovanni e Giuseppe Rigale, e gli inizi del Novecento l'azienda raggiunse le dimensioni di uno stabilimento industriale con un elevato numero di dipendenti, riuniti in una delle classiche foto di gruppo da inviare in patria (Cresci, 1986, pp. 48-51)<sup>10</sup>. Nel 1912 ci fu un ulteriore cambio dei proprietari, con l'ingresso dei fratelli Giuliani di Filecchio che diedero al laboratorio il nome di St. Paul Statuary Company.

Le figurine adesso venivano esportate in varie città degli Stati Uniti; la ditta si accollava le spese di spedizione e di riparazione se durante il trasporto la merce subiva danneggiamenti. La produzione era sempre incentrata sui soggetti religiosi, anche se, come si scrive in un volantino pubblicitario, su richiesta i dipendenti erano in grado di realizzare statue di ogni genere e dimensioni.

La commercializzazione della statuina lucchese all'estero raggiunse l'ultima fase tra la fine del secondo conflitto mondiale e i primi anni settanta; risale a questo periodo il materiale iconografico dell'archivio della famiglia Agostini di Coreglia, attraverso cui si può ricostruire la vita di Ivo Agostini, vissuto per oltre venticinque anni in Brasile. Il migrante fu prima occupato nel laboratorio del padre Pietro a Rio de Janeiro con il fratello maggiore Giuseppe Agricolo e poi nella ditta che fondò a Recife con due colleghi sempre di origine coreglina. Negli ultimi anni di permanenza all'estero Ivo rimase da solo alla guida della seconda azienda e si concentrò sulla produzione grezza (priva di colorazione e senza la ripulitura dalle sbavature), una particolare forma di lavorazione della figurina che non rappresentò solo una consistente fonte di guadagno, ma preannunciò anche la scomparsa degli artigiani del gesso dal mercato internazionale (Giampaoli, 2013, pp. 101-07). Infatti dopo il boom economico dai paesi della Media Valle del Serchio le partenze andarono in alcuni anni a esaurirsi.

### **Genesi e crescita dell'attività di estrazione e lavorazione del marmo dei migranti toscani**

Gli scultori migranti originari della provincia di Massa e Carrara erano superiori a livello artistico ai figurinai, anche coloro che non andarono mai oltre il lavoro artigianale.

Alle loro partenze erano legate varie figure professionali impiegate nelle cave del marmo. Si formavano così ampi gruppi migratori di cui facevano parte responsabili alla direzione dei lavori, cavatori e scalpellini, diretti all'estero dove si svolgeva una grossa attività di estrazione o anche solo nelle località dove esistevano associazioni di scultori toscani in contatto con i laboratori in patria per l'importazione del materiale. Per avere l'impressione del consistente esodo di persone impiegate nella lavorazione del marmo nel xx secolo da Massa e da Carrara è sufficiente ricordare che nel 1926 gli addetti ammontavano a 10.461 unità, ma venti anni dopo, per gli effetti della crisi del settore, la cifra era scesa a 4.072 e continuò a diminuire fino agli anni settanta (Lippi, 1982, p. 88).

L'emigrazione degli artisti toscani negli Stati Uniti iniziò nel 1806 con Giuseppe Franzoni e Giovanni Andrei, migranti carraresi che furono considerati da Jefferson i primi grandi scultori sul suolo statunitense, essendo al tempo poco praticate le arti figurative negli stati della confederazione (Guerra, 2000, pp. 10-13). A precedere i due artisti era stato il romano Giuseppe Ceracchi,

giunto in America nel 1791 con la famiglia, a cui tra le varie opere è attribuito un busto di George Washington.

Jefferson, che era venuto a conoscenza delle doti di Andrei e Franzoni attraverso il toscano Filippo Mazzei, suo ispiratore e confidente, diede loro una prestigiosa commissione: realizzare le statue ornamentali del Campidoglio di Washington<sup>11</sup>. Era un lavoro monumentale, che portò alla realizzazione del fregio a forma di aquila della Hall of Representatives, della Libertà per la Chamber of Representatives e della Giustizia per la Court Room. La prematura scomparsa di Franzoni seguì alla totale distruzione del suo lavoro da parte delle truppe inglesi con la guerra anglo-americana. I nemici incendiarono la sede del Congresso degli Stati Uniti il 24 agosto 1814, ma lo stesso ufficiale a capo della spedizione esprimeva profondo dispiacere per la perdita di un patrimonio culturale di tale valore. L'anno successivo lo scultore fu inumato nel cimitero di Oak Park, con una cerimonia di stato come ringraziamento del governo per il suo servizio.

Nel 1816 a ricostruire le opere del Campidoglio giunse Carlo Franzoni, fratello di Giuseppe, affiancato dall'ornatista Francesco Iardella<sup>12</sup>; è a loro che si deve la conclusione del *Carro della storia* (iniziato da Giuseppe e chiamato anche Orologio Franzoni), la scultura più prestigiosa realizzata per la sede del congresso americano e ancora oggi collocata nella Statuary Hall. Raffigura una divinità antica su un carro alato mentre scrive le gesta dell'umanità<sup>13</sup>. Si pensa che per scolpire il suo capolavoro Franzoni prese come modella la nipote Virginia, una ragazza particolarmente delicata nei tratti del volto, a cui andò il 17 febbraio 1836 un corrispettivo di mille dollari come ultimo pagamento per i servizi prestati dai due scultori toscani al governo statunitense (Guerra, 2001, pp. 113-60).

La loro impresa aprì la strada ad altri artisti che, tra la seconda metà dell'Ottocento e il primo Novecento, si trasferirono negli Stati Uniti per conseguire dei riconoscimenti e avere maggiori possibilità di guadagno. Nel 1825 giunse la prima nave con un grosso carico di marmo, la Flaminio Agazzini sbarcata in California, seguita nel 1834 dalla Rosa, nel 1837 dalla Città di Genova e nel 1850 dalla Democrazia.

Attenti alle tendenze del mercato internazionale, gli scultori toscani durante la prima metà del Novecento si interessarono anche alla città di Parigi, dove trovarono il loro centro di formazione culturale altri intellettuali italiani, tra i quali alcuni letterati toscani, e la libertà politica gli antifascisti e i sindacalisti (Tombaccini, 1988; Luconi, 2009, pp. 317-42)<sup>14</sup>.

Lo scultore massese Gigi Guadagnucci, oggi ultranovantenne, lasciò l'Italia proprio come fuoriuscito, emigrando prima in Svizzera a Ginevra, poi in Francia a Grenoble e, infine, a Parigi, dove si sistemò nel quartiere di Montparnasse. Il contatto con la cultura parigina gli permise di allargare gli orizzonti e di

passare da artigiano del marmo ad artista capace di esprimere le proprie idee ed emozioni attraverso la scultura. A ispirarlo fu un articolo del critico Pierre Courthion, dove era riportata una celeberrima frase di Donatello: «Ti posso insegnare l'arte di scolpire in una sola parola: disegna». Diversi anni dopo, partecipando a una mostra collettiva, l'artista migrante conobbe il critico e lo ringraziò per aver avuto da lui la certezza di poter rendere la sua scultura uno strumento di comunicazione (Courthion, 1993, pp. 7-8)<sup>15</sup>.

Il suo stile artistico si fondava su una tecnica estremamente efficace, ereditata dall'esperienza giovanile nell'artigianato del marmo a Ginevra e a Grenoble, che lo spingeva a un continuo «dialogo con il marmo», fin dal momento in cui doveva trovare la pietra grezza con le caratteristiche adatte<sup>16</sup>.

Guadagnucci agli inizi degli anni sessanta si era inserito nel mercato dell'arte internazionale in modo stabile e con un elevato numero di vendite, sufficienti non solo a garantire un apprezzabile tenore di vita, che comprendeva attività sportive e lussi impensabili per la maggior parte degli stranieri in Francia, ma anche a consentire una selezione della clientela in base a criteri del tutto personali. In questo periodo per ogni commissione era solito realizzare due sculture: una veniva data all'acquirente del momento e doveva servire al sostentamento quotidiano, l'altra era messa da parte per una transizione commerciale futura. Lo scultore con il passare di alcuni mesi riusciva a riempire il suo magazzino di opere che richiamavano l'attenzione dei collezionisti, in prevalenza di origine americana, in possesso delle risorse economiche per fare grandi acquisti (Giampaoli, 2012, pp. 208-32)<sup>17</sup>.

Guadagnucci iniziò il suo ritorno definitivo nel luogo di origine alla metà degli anni ottanta e oggi vive a Bergiola Maggiore in provincia di Massa, circondato dalle cure della moglie Ines Berti e delle sue collaboratrici.

### **Strategie di inserimento professionale degli architetti toscani in Sud America**

Abili artisti quanto gli scultori, rispetto a questi ultimi gli architetti toscani erano in possesso di una preparazione culturale superiore. Durante la prima metà del xx secolo furono apprezzati in America Latina per la loro capacità di accumulare le nuove soluzioni progettuali con i modelli estetici del classicismo.

Giovanni Veltroni per i suoi risultati ricevette il titolo ufficioso di architetto di Montevideo. Nato a Firenze il 21 novembre del 1880, dopo l'Accademia di Belle Arti sotto la guida del maestro Enrico Ristori dimostrò le sue capacità collaborando a diversi progetti, tra cui il Ponte Umberto I a Torino, esperienze formative che gli permisero di ricevere l'incarico per la Borsa di Genova, un'imponente struttura che suscitò l'interesse del presidente uruguayano Don José Battle y Ordóñez. Quando quest'ultimo giunse nel 1908 nel capoluogo



ligure propose a Veltroni, non ancora trentenne, di emigrare in Uruguay per lavorare allo sviluppo urbano della capitale, compito a cui l'intellettuale toscano dedicò poi tutta la vita<sup>18</sup>.

Dalla sua matita uscirono il Palazzo del Governo, la sede del Banco della Repubblica Orientale dell'Uruguay e l'edificio del Ministero della Salute Pubblica; sono soltanto alcune tra le strutture ideate da Veltroni, impegnato sia nelle commissioni pubbliche, sia nella professione privata, che in seguito alla qualità dei suoi progetti fu nominato direttore del Dipartimento di Architettura del Ministero delle Opere Pubbliche. Era un incarico di massima responsabilità e di alto prestigio per un immigrato, infatti la cerchia degli architetti di Montevideo avrebbe preferito assegnare il titolo a un connazionale. Veltroni tenne la nomina fino alla morte, avvenuta il 9 gennaio 1942.

Accusato di essere troppo legato all'arte neoclassica, a cui sicuramente si rifaceva nelle scelte stilistiche, i colleghi che lo criticavano non consideravano alcune sue soluzioni strutturali all'avanguardia per i canoni di costruzione del tempo. Ne è un esempio la volta della sala centrale del Banco della Repubblica, che persino tutt'oggi rimane consona alle più severe norme di sicurezza<sup>19</sup>. Sulla facciata la struttura, sviluppata in lunghezza, presenta una fila centrale di colonne all'ingresso, costituito da un ampio loggiato con alle estremità due statue; l'insieme dona un imponente aspetto classico al palazzo.

Lo stesso riferimento all'architettura antica si trova nel Municipio della città di Salto<sup>20</sup>, ancora con un colonnato all'ingresso, ma arricchito rispetto all'esempio precedente da un volume a forma di campanile a fianco dell'edificio. Quest'ultimo, per le sue caratteristiche stilistiche, è una soluzione intermedia tra il classicismo del Banco della Repubblica e la sede del Ministero di Salute Pubblica, dove non appare più il colonnato all'ingresso ma, su una costruzione molto più semplice di forma cubica, torna una sorta di campanile che dona alla struttura l'aspetto di una cattedrale romanica<sup>21</sup>.

Gli esempi citati dimostrano la versatilità di Veltroni, in grado di proporre varie soluzioni architettoniche dal classicismo al Barocco e, nei suoi ultimi anni di lavoro, all'Art Déco, adeguandosi all'ubicazione e alla funzione delle opere che doveva progettare; fu senza dubbio questa disponibilità che gli consentì di riscuotere maggiori preferenze rispetto ad altri colleghi autoctoni.

La storia di Andrea Vannelli offre un ulteriore spunto di riflessione sulle strategie di inserimento professionale degli architetti toscani migranti. Nato a Munsummano Terme nel 1835 e giunto in Argentina nel 1887, l'intellettuale pistoiese collaborò per lungo tempo con il coetaneo Giovanni Pelleschi, ingegnere originario di Follonica impegnato nella costruzione di centri urbani e infrastrutture. Vannelli fu occupato dal connazionale come ispettore generale dei lavori per il tronco ferroviario da Villa Maria a Rufino. Successivamente il suo impegno si concentrò nel favorire lo sviluppo della capitale attraverso

progetti caratterizzati dall'essenzialità delle forme, che lo fecero conoscere al pubblico argentino. Adattava il suo stile a opere architettoniche destinate a diverse finalità, rivelando una versatilità non minore rispetto alle soluzioni progettuali di Veltroni; infatti passò da strutture destinate all'assistenza sanitaria come i due padiglioni dell'Ospedale Tornù, il padiglione per tubercolosi dell'Ospedale Muniz e la sezione maternità dell'Ospedale S. Roque, al Collegio Nazionale e alla Scuola Nicolas Avellaneda<sup>22</sup>.

L'architetto migrante morì nel 1916 con l'unico rimpianto di non essere mai tornato in patria a causa degli impegni di lavoro.

### **Attività commerciale e impegno nel promuovere la cultura italiana all'estero dei librai pontremolesi**

Il caso dei venditori ambulanti di libri per le capacità culturali e per le strategie di inserimento nelle comunità straniere è completamente diverso dalle professionalità studiate fino a ora. Il loro modo di organizzare l'emigrazione appare, infatti, molto simile ai consueti comportamenti dei commercianti girovaghi impegnati nella vendita di oggetti di vario genere, ma i librai si differenziavano per il valore culturale della loro merce. Malgrado fossero spesso sprovvisti persino dell'istruzione elementare, attraverso la loro perseveranza nel commercio hanno partecipato non soltanto alla diffusione della lettura presso le classi meno agiate, ma anche a far conoscere e apprezzare la letteratura e la cultura italiana all'estero, nei pochi casi in cui si spinsero verso destinazioni lontane. In prevalenza, infatti, i loro spostamenti non andarono oltre i confini nazionali.

Questi migranti erano in maggioranza originari del comune di Mulazzo e, in particolare, delle frazioni di Montereccio e Parana, poste nella zona nord-ovest della Lunigiana, ma per consuetudine erano conosciuti come i librai pontremolesi, una contraddizione dovuta alle scarse conoscenze geografiche delle comunità dei luoghi di destinazione. Emigrando in varie città dell'Italia Settentrionale non dicevano mai di risiedere nella sconosciuta Mulazzo, preferendo il più noto centro di Pontremoli, sede dagli anni che seguirono l'Unificazione della Sottoprefettura, nella speranza che i loro clienti capissero da quale zona della penisola provenivano.

I librai discendevano dai braccianti agricoli che stagionalmente dalla Lunigiana si spostavano nella pianura Padana per il taglio delle foglie del gelso, indispensabili per gli allevamenti di bachi da seta, costretti dalla crisi agricola del primo Ottocento a trasformarsi in venditori ambulanti. Durante la seconda metà del secolo la quantità di carta stampata tra la loro merce aumentò, cambiamento probabilmente dovuto alle richieste delle popolazioni contadine più lontane dalle aree urbane interessate a pubblicazioni utili per l'agricoltura, come i lunari, o ai libri di preghiere e sulla vita dei santi. Si tratta di una ipotesi,

perché una dimostrazione certa delle cause del passaggio non esiste (Martinelli, 1973, pp. 25-34).

Una parte di questi commercianti girovaghi finirono per specializzarsi nella vendita dei libri e, dall'inizio del Novecento, cessarono di spostarsi all'interno di vaste aree, per trovare sistemazione prima con bancarelle e poi con negozi nelle città, un'evoluzione della professione che portò ai trasferimenti definitivi, proseguiti durante tutta la prima metà del secolo (*ibidem*, p. 71).

Nello stesso periodo, oltre al commercio i librai iniziarono a svolgere attività tipografica, pubblicando opere diverse sia a livello dei contenuti, sia per le caratteristiche grafiche (Martinelli, 2000, p. 14-18). Lorenzo Rinfreschi di MontereGGio nei primi del Novecento aveva fondato l'Arte Bodoniana a Piacenza, di cui ci resta un'edizione del 1914 del romanzo *Miranda* di Antonio Fogazzaro, mentre Costantino Galleri nel 1936 stampò a Bologna il saggio *Eroismo e pace nella concezione fascista* di Luigi Bagolini<sup>23</sup>.

I Maucci furono tra i librai migranti la famiglia che dette prova di maggiore vivacità imprenditoriale, considerando la carta stampata un investimento di portata internazionale e, di conseguenza, operando in modo efficace nella diffusione della cultura italiana all'estero (Giampaoli, 2011, pp. 27-31). Il pioniere della famiglia fu Emanuele, che partì per l'Argentina nel 1872 allo scopo di lavorare nel commercio ambulante del libro, spostandosi dopo alcuni anni e un breve rientro in Italia a Città del Messico, il Paese dove ebbe la possibilità di iniziare la sua attività di editore. Nel 1892 il migrante tornò infine in Europa per trasferirsi a Barcellona, dove fondò la Casa Editorial Maucci in grado di stampare fino a 25.000 volumi alla settimana per un totale di un milione e 300.000 libri all'anno.

A inizio Novecento i congiunti di Emanuele decisero di seguire le sue orme. Mentre lui rimaneva nel capoluogo catalano, i cognati Alessandro e Carlo gestivano le sedi di Città del Messico, Luigi, Carlo, Giovan Battista e Giacomo fondavano la tipografia di Buenos Aires (considerata da Borges uno dei principali punti di riferimento per la diffusione della cultura europea in Argentina) e sempre la famiglia Maucci impiantava altre attività a l'Avana e a Caracas<sup>24</sup>.

In una fonte del 1911 appare il palazzo di Buenos Aires dove campeggiava scolpita a lettere cubitali in alto l'insegna Maucci Hermanos: l'edificio era il simbolo del potere economico che la famiglia lunigianese aveva conquistato emigrando in Sud America. Era una struttura su tre piani, arricchita da decorazioni architettoniche, e attraverso grandi vetrate era possibile vedere dal fuori l'interno: la libreria si trovava al pianterreno, mentre la casa editrice e gli uffici amministrativi erano collocati sugli altri due piani<sup>25</sup>. Erano presenti anche due sotterranei usati come magazzini, con alti scaffali e lunghi tavoli su cui venivano accumulati i libri che non erano esposti al pubblico per limiti di spazio<sup>26</sup>.

Di dimensioni assai più ridotte era il punto vendita di Città del Messico, con il suggestivo nome di «El Parnaso Americano», la cui sede si trovava al pianterreno di un palazzo cittadino posto in una strada ad alta frequenza di passanti, caratteristiche che appaiono in una foto del 1891<sup>27</sup>. La libreria, fondata da Emanuele Maucci, era un negozio di discreto livello, ma non raggiunse mai l'imponenza della sedi di Buenos Aires e Barcellona, che restarono tra i maggiori risultati raggiunti da tutti i librai pontremolesi.

Nelle produzioni dei Maucci ai maggiori autori della letteratura italiana si aggiungevano gli scrittori della tradizione europea, come si nota dalla copertina del catalogo della tipografia di Barcellona del 1927; oltre ai testi classici largo spazio veniva concesso alle pubblicazioni di autori viventi<sup>28</sup>. A seguito di Dante, Carducci e D'Annunzio si pongono Hugo, Goethe, Cervantes e Rousseau, in una collana di prosa e poesia pensata per soddisfare le esigenze dei lettori colti, mentre per i ragazzi era stata ideata la Biblioteca del nino argentino, di cui rimane la copertina del libro *Un viaje memorabile*, dove sono citate le tipografie di Buenos Aires e di Città del Messico<sup>29</sup>.

La morte di Emanuele Maucci determinò l'inizio della lenta, ma inesorabile dissoluzione del patrimonio da lui accumulato in molti anni di attenta amministrazione, a causa della scarsa capacità dei discendenti nel gestire un'azienda commerciale ed editoriale che prevedeva sostenuti ritmi di lavoro e difficili contatti internazionali (Martinelli, 1973, p.161).

## Conclusioni

Le fonti iconografiche che hanno consentito di ricostruire le biografie dei toscani all'estero con specifiche abilità professionali, hanno fatto emergere il loro contributo alla diffusione dell'arte e del gusto estetico italiano nel mondo determinato non solo dalle condizioni economiche e sociali presenti nei luoghi di arrivo, ma anche e soprattutto dalle loro stesse capacità e dalla necessità di non venir meno a una tradizione professionale solidamente radicata nel gruppo familiare. Due fattori strettamente legati, e necessari. per consentire il successo economico che in buona parte dei casi non è mancato. Dai figurinai lucchesi, capaci di portare le loro opere anche nei luoghi meno accessibili, agli scultori carraresi e massesi presenti nei centri dove l'estrazione del marmo e la diffusione dell'arte si stavano consolidando, la continuità e la volontà di conservare l'esperienza di coloro che erano partiti in precedenza hanno permesso ai migranti impegnati nelle professioni studiate di gettare le basi per la fortuna del Made in Italy.

Note

- <sup>1</sup> Secondo Audenino (2002, p. 335) le migrazioni professionali erano la continuazione degli spostamenti di alcune categorie artigianali iniziati nell'Età Preindustriale.
- <sup>2</sup> Secondo Franzina (1999, pp. 29-45) la consapevolezza tra gli italiani di una stessa origine nazionale si è consolidata con anticipo all'estero rispetto a quanto è accaduto in patria.
- <sup>3</sup> La capacità dei figurinai di emigrare dal XIX secolo in tutti i continenti si contrapponeva ai limitati spostamenti all'estero dei librai lunigianesi, che fino al pieno Novecento si concentrarono quasi esclusivamente sulle località francesi.
- <sup>4</sup> Pierotti (1903, p. 99) cita alcuni versi de *La poesia del figurinaio* di Renato Fucini sull'abitudine di questi artigiani di emigrare in varie parti del mondo: «Ma un mio amio di Lucca che fa gatti / Li fa cor gesso, creda, da sbagliassi / Lui, vorsì dî, ch'è stato fra' Mulatti, / Ch'ha visitato anch'e' Paesi Bassi, / M'ha detto che neppure in der Pehino, / Luminare di Pisa 'un se ne vede».
- <sup>5</sup> Tagliasacchi cita alcuni testi di Eugenio Lazzareschi che parlano della produzione della statua presso le suore di S. Domenico.
- <sup>6</sup> La memoria delle tecniche di lavorazione del gesso è conservata dagli artigiani del laboratorio situato nel Museo della figurina di gesso e dell'emigrazione di Coreglia.
- <sup>7</sup> L'immagine è catalogata con il codice 113 del Museo dell'Emigrazione della Gente di Toscana, che ha sede a Lusuolo in provincia di Massa (d'ora in poi MEGT); compagno Dinucci e i suoi familiari (circa venti persone) nella sala sontuosa di uno dei palazzi da lui decorati.
- <sup>8</sup> Codici 108 e 649 (MEGT).
- <sup>9</sup> Della Da Prato Statuary Company rimane una cartolina con il codice 59 (MEGT), che rappresenta il grande edificio in cui si trasferì la ditta.
- <sup>10</sup> Cresci (1986) pubblica la fonte citata alle pp. 50-51, mentre alle pp. 48-49 ricostruisce la storia della Da Prato Statuary Co.
- <sup>11</sup> In una fonte di fine Ottocento si nota l'imponente stile classicheggiante del Campidoglio, con al centro la cupola, una struttura che ricorda le cattedrali e i battisteri rinascimentali. Codice 15 (MEGT).
- <sup>12</sup> Di Carlo Franzoni resta un ritratto con il codice 19 (MEGT), mentre la foto di un capitello realizzato da Iardella è contraddistinta dal codice 17 (MEGT).
- <sup>13</sup> Con il codice 18 (MEGT) è archiviata un'immagine del Carro della storia.
- <sup>14</sup> Tombaccini (1988), oltre a parlare delle persecuzioni politiche che facevano aumentare gli esodi, ricostruisce le biografie di alcuni migranti in possesso di un'alta formazione culturale.
- <sup>15</sup> L'opera è un omaggio alla lunga carriera dell'artista migrante e contiene anche interventi di Pier Carlo Santini e Jean Clair.
- <sup>16</sup> Nell'archivio della famiglia Guadagnucci alcune foto testimoniano l'intenso contatto dell'artista con il marmo; lo scultore appare presso le cave vicino alla sua abitazione di Bergiola Maggiore a Massa mentre sceglie il materiale da lavorare.
- <sup>17</sup> Giampaoli (2012) ha raccolto le informazioni per scrivere la biografia di Guadagnucci durante una serie di interviste rilasciate dallo scultore nell'estate del 2011.
- <sup>18</sup> La biografia di Giovanni Veltroni è pubblicata sul sito [www.museogenteditoscana.it](http://www.museogenteditoscana.it)

- 19 Del Banco della Repubblica rimane una foto datata anni trenta con il codice 358 (MEGT), messa a disposizione dall'Associazione figli della Toscana in Uruguay come le fonti che sono citate di seguito, sempre degli anni trenta, in cui compaiono altre strutture progettate da Veltroni.
- 20 Codice 357 (MEGT).
- 21 Codice 356 (MEGT); nell'intestazione della fonte è specificato che il progetto della struttura vinse il Concorso Nazionale.
- 22 Delle opere di Vannelli rimangono le foto con i codici dal 391 al 405 (MEGT), che comprendono anche ritratti dell'artista e dei suoi familiari.
- 23 Codici 597 e 607 (MEGT).
- 24 Nella fonte con il codice 787 (MEGT), datata inizio Novecento, appaiono Luigi, Carlo, Giovan Battista e Giacomo Maucci, responsabili della tipografia di Buenos Aires. Di Giacomo resta anche un curioso ritratto con il codice 788 (MEGT), dove attraverso un abile gioco di specchi l'immagine del migrante viene riflessa cinque volte intorno a un tavolo. Infine, nella foto con il codice 790 (MEGT), datata anni venti, compare ormai anziano il capostipite Emanuele con Luigi e Domenico Maucci.
- 25 Codice 88 (MEGT): si tratta di una fonte del 1910.
- 26 Le foto dei magazzini sotterranei della libreria Maucci sono archiviate con i codici 791 e 792 (MEGT).
- 27 La fotografia de El parnaso americano ha il codice 784 (MEGT).
- 28 Codice 785 (MEGT).
- 29 Il documento, con il codice 629 (MEGT), è di inizio Novecento.

## Bibliografia

Audenino, Patrizia, «Mestieri e professioni degli emigrati», in Bevilacqua, Piero, De Clementi, Andreina e Franzina, Emilio (a cura di), *Storia dell'emigrazione italiana*, II, Arrivi, Roma, Donzelli, 2002, pp. 335-53.

Cresci, Paolo, *Il pane dalle sette croste*, Lucca, Maria Pacini Fazzi Editore, 1986.

Courthion, Pierre, «Guadagnucci», in AA. Vv., *Gigi Guadagnucci, sculture 1957-1993*, Bologna, Grafis Industrie Grafiche, 1993, pp. 7-8.

Franchi, Nicoletta, «I figurinai: una professione girovaga? I riflessi del dibattito parlamentare sull'impiego dei fanciulli in professioni girovaghe nell'area lucchese», *Documenti e studi*, 14-15, 1994, pp. 257-92.

Franzina, Emilio, «Identità regionale, identità nazionale ed emigrazione all'estero», in Bartocci, Enzo e Cotesta, Vittorio (a cura di), *L'identità italiana: migrazione, immigrazione e conflitti etnici*, Roma, Editrice Lavoro, 1999, pp. 29-45.

Giampaoli, Giampaolo, *Emigrazione toscana e professionalità tra la fine dell'Ottocento e la prima metà del Novecento*, dipartimento di Scienze Politiche, Università di Pisa, a.a. 2012.

Giampaoli, Giampaolo, «Ivo Agostini, figurinaio per scelta professionale», *ASEI Archivio Storico dell'Emigrazione Italiana*, pp. 9-13, 2013.

Giampaoli, Giampaolo, *Sulle strade del commercio ambulante. L'emigrazione toscana nella prima metà del xx secolo*, Potenza, Erreci Edizioni, 2011.

Guerra, Nicola, «L'emigrazione apuana lungo le strade del marmo», in *Quaderni dell'emigrazione toscana*, Bissoli, Paolo e Rapetti, Caterina (a cura di), Firenze, Pagnini e Martinelli Editori, 2000, pp. 10-13.

Guerra, Nicola, *Partir bisogna. Storie e momenti dell'emigrazione apuana e lunigianese*, Massa, Comunità Montana della Lunigiana e provincia di Massa-Carrara, 2001.

Incisa di Camerana, Ludovico, *Il grande esodo*, il Corbaccio, Milano, 2003.

Lippi, Riccardo, *Assetto territoriale, condizioni socio-economiche e prospettive di sviluppo di un'area problema. La provincia di Massa-Carrara*, Massa-Carrara, Amministrazione provinciale, 1982.

Lucassen J., *Migrant labour in Europe 1600-1900*, Croon Helm, London, 1986.

Luconi, Stefano, «Emigrazione, vita politica e partecipazione sindacale», in AA.VV., *Storia d'Italia Annali Einaudi 24. Migrazioni*, Torino, Einaudi, 2009, pp. 317-42.

Martinelli, Gian Battista, «I librai pontremolesi», in Bissoli, Paolo e Rapetti, Caterina (a cura di), *Quaderni dell'emigrazione toscana*, Firenze, Pagnini e Martinelli Editori, 2000, pp. 14-18.

Martinelli, Gian Battista, *Origine e sviluppo dell'attività dei librai pontremolesi*, Pontremoli, Tip. Artigianelli, 1973.

Ministero degli Affari esteri e Commissariato dell'emigrazione, *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari*, Roma, Editrice Manuzio, 1909, vol. III, parte III.

Pierotti, Matteo, «Nella metropoli dei figurinai», *Il secolo XX, rivista popolare illustrata*, II, 2, febbraio 1903, pp. 99-117.

Pizzorusso, Giovanni, «I movimenti migratori in Italia in antico regime», in Bevilacqua Piero, De Clementi Andreina, Franzina Emilio (a cura di), *Storia dell'emigrazione italiana*, I, Partenze, Roma, Donzelli, 2002, pp. 3-16.

Romano, Ruggiero, «Il lungo cammino dell'emigrazione italiana», *Altretaliae*, 7, 1992, pp. 19-30.

Sereni, Bruno, «I figurinai», *Notiziario Storico Filatelico Numismatico*, xxv, 3, 1985, pp. 14-19.

Sori, Ercole, *L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale*, Bologna, Il Mulino, 1979.

Soria, Regina, *Fratelli lontani. Il contributo degli artisti italiani all'identità degli Stati Uniti (1776-1945)*, Napoli, Liguori Editore, 1997.

Tagliasacchi, Paolo, *Coreglia Antelminelli patria del figurinaio*, Firenze, Grafiche Gelli, 2008.

Tombaccini, Simonetta, *Storia dei fuoriusciti italiani in Francia*, Milano, Mursia, 1988.

Zucchi, John, *I piccoli schiavi dell'arpa, storie di bambini italiani a Parigi, Londra, New York nell'Ottocento*, Genova, Editrice Marietti, 1999.

## Sommario

Tra la fine del XIX secolo e la prima metà del Novecento gli artisti e gli artigiani toscani parteciparono a diffondere nei diversi Paesi di emigrazione il gusto estetico del Made in Italy. Tra di loro comparivano i cosiddetti *figurinai* – artigiani specializzati nella lavorazione del gesso - scultori di diversa preparazione e, in alcuni casi, anche capaci di esprimersi in forme artistiche più complesse, e architetti di formazione neoclassica. A queste professioni, desuete tra la massa dei partenti, si aggiungevano i librai impegnati, tramite il loro commercio, a diffondere la cultura italiana nei vari Paesi. Il saggio analizza le strategie di inserimento professionale all'estero di questi particolari migranti, ricostruendo alcune brevi biografie attraverso le fonti scritte e visive dell'Archivio Cresci di Lucca e del Museo dell'Emigrazione della Gente di Toscana di Lusuolo, in provincia di Massa.

## Abstract

Between the end of the nineteenth century and the first half of the twentieth century Tuscan artists and craftsmen participated in spreading the aesthetic taste of the Made in Italy in the countries of emigration. Among them we have the so-called *figurinai* – craftsmen specialized in the processing of gypsum - sculptors of different background and, in some cases, able to express themselves in more complex artistic forms – and neoclassical architects. To these professions, not very common among the mass of the migrants, have to be added the booksellers who spread through their trade the Italian culture in different foreign countries. The essay analyses the strategies of professional integration of these particular migrants, reconstructing some brief biographies through the written and visual sources of the Cresci Archive of Lucca and the Museum of Emigration of People of Tuscany in Lusuolo, in the province of Massa.

## Résumé

Entre la fin du XIXe siècle et la première moitié du XXe siècle, les artistes et les artisans toscans ont participé à la diffusion du goût esthétique du *Made in Italy* dans les Pays de destination des migrations internationales. On retrouve dans le groupe des architectes de formation néoclassique mais aussi ceux que l'on appelle les «*figurinai*»: artisans du gypse, sculpteurs avec des différents niveaux de préparation, qui pouvaient parfois s'exprimer dans des formes artistiques plus complexes. Parmi ces professions, assez rares chez les migrants, on peut ajouter



les libraires qui contribuent, par leur commerce, à la diffusion de la culture italienne dans les différents Pays. Cette étude analyse les stratégies d'insertion professionnelle adoptées par ces migrants «spéciaux»; de brèves biographies ont été reconstruites grâce aux sources écrites et visuelles de l'Archive Cresci de Lucca et du Museo dell'Emigrazione della Gente di Toscana de Lusuolo, en province de Massa.

#### Resumo

Entre o final do século XIX e a primeira metade dos Novecentos, os artistas e artesãos da Toscana contribuíram a difundir nos países onde chegaram, nas migrações internacionais, o gosto estético do *Made in Italy*. Entre eles eram os assim falados «figurinai» - artesãos especializados na lavouração do giz - escultores de diversos níveis de habilidade e, em alguns casos, capazes de se expressar em formas de arte mais complexas, arquitetos de escola neoclássica. Além dessas profissões, raras entre os migrantes, acrescentavam-se os livreiros, empenhados, mediante o próprio negócio, em difundir a cultura italiana nos diversos países. O ensaio analisa as estratégias de inserção no exterior destes migrantes incomuns, reconstruindo algumas breves biografias através as fontes escritas e visuais do Arquivo Cresci de Lucca e do Museo dell'Emigrazione della Gente di Toscana, de Lusuolo, na província de Massa.

#### Extracto

Entre finales del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX los artistas y artesanos toscanos participaron en la propagación en los países de destino de la migración internacional, el gusto estético del *Made in Italy*. Entre ellos aparecieron los llamados «figurinai» - artesanos especializados en la transformación del yeso - escultores de preparación diferente y, en algunos casos, también capaces de expresarse en formas artísticas más complejas, arquitectos de formación neoclásica. En estas profesiones, obsoletas entre la masa de quien partía, se añaden los libreros comprometidos, a través de su comercio, difundir la cultura italiana en los diferentes países. El ensayo analiza las estrategias de inserción profesional en el extranjero de estos migrantes particulares, reconstruyendo algunas breves biografías a través de las fuentes escritas y visuales del Archivo Cresci de Lucca y de el Museo de la Emigración de la Gente de Toscana de Lusuolo, en la provincia de Massa.

## Bibliographie sur la présence des immigrés italiens dans le département du Var

*Cindy Doneda*

*Université Paul Valéry de Montpellier, France*

La présente bibliographie, élaborée dans le cadre d'une thèse de doctorat en cours sur *Les Italiens dans le Var: apport numérique, économique et culturel de la population transalpine des années 1850 à nos jours*, rassemble les travaux existant sur la présence des immigrés italiens dans le Var. Longtemps classé en troisième position, après les Alpes-Maritimes et les Bouches-du-Rhône, pour le nombre d'Italiens recensés, ce département n'a pas suscité le même intérêt que ses voisins chez la majorité des historiens de l'immigration. Les travaux de recherche sont donc assez rares, ne sont souvent pas édités et leur repérage est difficile. Les documents qui ont pu être recueillis sont classés ici en quatre catégories: la première regroupe les ouvrages, thèses, mémoires et dossiers divers, viennent ensuite les articles, puis les témoignages et enfin les documents d'archives.

La bibliographie a été construite autour des aspects démographique, économique, culturel et mémoriel du mouvement migratoire des Italiens dans le Var. Chaque document concerne donc un ou plusieurs aspects du phénomène, parfois en parallèle avec d'autres sujets, comme dans la thèse de Jacques Girault sur le socialisme varois ou dans l'étude d'Anne-Marie Faidutti-Rudolph, qui porte sur l'immigration italienne dans le sud-est en général.

L'étude de documents de première main, notamment des registres de recensement, est primordiale dans l'aboutissement des recherches et dans l'accomplissement de la bibliographie. Les registres de recensement de la population (ici pour les villes de Toulon, La Garde et Brignoles, ainsi que La Seyne-sur-Mer et La Valette-du-Var) permettent de procéder à un recensement de la population

italienne, puis de dénombrer leur répartition dans les rues et les quartiers qui les accueillent, ainsi que de relever les métiers qu'ils ont exercés.

### Liste des abréviations

- ADV: Archives Départementales du Var, Draguignan  
ADAM: Archives Départementales des Alpes-Maritimes  
BMT: Bibliothèque municipale de Toulon  
BMSM: Bibliothèque municipale de La Seyne-sur-Mer  
BUN: Bibliothèque universitaire de Nice  
BUT: Bibliothèque universitaire de Toulon

### Ouvrages, thèses, mémoires et dossiers

Costamagna, Daniel, *L'activité des étrangers dans le Var de 1919 à 1939*, Mémoire de maîtrise d'histoire contemporaine, sous la direction d'André Nouschi, Université de Nice, 1974, p. 169, BUN.

Doneda, Cindy, *L'Italie à La Garde de 1850 à nos jours*, Mémoire de master en civilisation étrangère, sous la direction d'Isabelle Felici, Université du Sud Toulon-Var, 2008, p. 80, BUT.

Faidutti-Rudolph, Anne-Marie, *L'immigration italienne dans le sud-est de la France*, Gap, Ophrys, 1964, voll. 2, p. 401, + cartes, p. 227, ADV.

Gama, Olivier, *Les étrangers aux Arc-sur-Argens dans le Var (1872-1931)*, Mémoire de maîtrise d'histoire contemporaine, Université de Nice, 2000, p. 107, non repéré.

Girault, Jacques, *Les Varois et le Socialisme (1920-1935)*, Thèse de Doctorat, sous la direction de M. Agulhon, Université de Paris I, 1989, p. 2870, ADV.

Nicolas, Fernand, *L'immigration italienne à la Seyne-sur-Mer, Deuxième moitié du XIX<sup>e</sup> siècle*, Mémoire de maîtrise d'Histoire contemporaine, sous la direction d'E. Richard, 1990, p. 124, BMT.

Pereira, Marie-Françoise, *Les étrangers à Toulon*, Mémoire de D.E.S., Université d'Aix-Marseille, 1974, p. 148, non repéré.

Richomme, Gilles, *Étude démographique sur l'immigration au début du XX<sup>e</sup> siècle. La Londe-les-Maures 1906-1907, 1919-1920, 1923*, La Londe-les-Maures, Maison des Associations, 2004, p. 75, non repéré.

Volpi, Emmanuel, *L'occupation italienne dans le département du Var, novembre 1942-septembre 1943*, mémoire de maîtrise d'Histoire, sous la direction de Jean-Louis Panicacci, Université de Nice Sophia Antipolis, 2007, ADV.

*Histoire et mémoires des immigrations en région PACA*. Tome I – Récit historique, statistiques, bibliographie et annexes. Appel d'offres ACSÉ: Programme d'études 2005-2008, *Histoire et mémoires des immigrations en régions et dans les départements d'outre-mer*, mai 2008, [en ligne]: [www.paca.drjscs.gouv.fr/IMG/pdf/TOME\\_I\\_-\\_Recits.pdf](http://www.paca.drjscs.gouv.fr/IMG/pdf/TOME_I_-_Recits.pdf).

## Articles

Autran, Marius, «Bibliographie de Michel Pacha», s.d., [en ligne]: [www.toutsanary.fr/histoire/pacha.php3](http://www.toutsanary.fr/histoire/pacha.php3).

–, «Métiers et travailleurs d'autrefois», *Images de la vie seynoise d'antan*, tome II, 1988, [en ligne]: [www.site-marius-autran.com](http://www.site-marius-autran.com) et BMSM

–, Marius, «Du bourg provençal à la cité cosmopolite», *Images de la vie seynoise d'antan*, tome III, 1990, [en ligne]: [www.site-marius-autran.com](http://www.site-marius-autran.com) et BMSM.

–, Marius, «La Seyne, Terre d'accueil, Mutations – Migrations – Italiens et Corses», *Images de la vie seynoise d'antan*, Tome VIII, 2001, [en ligne]: [www.site-marius-autran.com](http://www.site-marius-autran.com) et BMSM.

Bovio, Bertrand, «Les antifascistes italiens dans le Var entre 1919 et 1939», *Recherches régionales*, 4, octobre-décembre, 1987, résumé d'un mémoire de maîtrise d'histoire préparé sous la direction de M. Schor et soutenu devant la Faculté des Lettres de Nice, p. 2-14, [en ligne]: [www.cg06.fr/cms/cg06/upload/decouvrir-les-am/fr/files/recherche-regionales101.pdf](http://www.cg06.fr/cms/cg06/upload/decouvrir-les-am/fr/files/recherche-regionales101.pdf).

Girault, Jacques, «Demander la nationalité française dans le Var (fin XIX<sup>e</sup> siècle-1940)», *Recherches régionales*, juillet-septembre 1995, p. 221-52, [en ligne]: <http://www.cg06.fr/cms/cg06/upload/decouvrir-les-am/fr/files/rr132-1995-13.pdf>.

–, Jacques, «Les Italiens du Var entre les deux guerres», sous la direction de Bechelloni, Antonio, Dreyfus, Michel et Milza, Pierre, *L'intégration italienne en France*, Bruxelles, Editions Complexe, 1995, p. 251-70.

Guillet, Amélie, Diaporama historique du village de Callian, «Étrangers – Immatriculation: registre 1893 – 1910», [en ligne]: [http://www.archives.var.fr/\\_depot\\_cg83\\_depote\\_site/fiche\\_aideenligne/45/45\\_3\\_doc.pdf](http://www.archives.var.fr/_depot_cg83_depote_site/fiche_aideenligne/45/45_3_doc.pdf).

Guillon, Jean-Marie, «Résistance et xénophobie dans le Var à la Libération», *Cahiers de la Méditerranée*, vol. 52, *Relations Franco-italiennes*, Nice, 1996, p. 9-23.

Le Gallo, Yolande et Manaranche, Françoise, «Bref historique d'un bâtiment de la société industrielle seynoise: l'ex-clinique des chantiers», septembre 2005, [en ligne]: <http://www.histpat-laseyne.net/Cahiers/Manaranche05.shtml>.

Mourlane, Stéphane, «Les anarchistes italiens dans les Alpes-Maritimes et le Var à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle: le choix de la marginalité?», *Cahiers de la Méditerranée*, vol. 69, *Être marginal en Méditerranée (XVI<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècles)*, 2004 [en ligne] <http://cdlm.revues.org/index802.html>.

Rainero, Romain, «Les débuts de l'immigration italienne à Toulon», *Bulletin de l'académie du Var*, 2001.

Sarramea, Jean, «Les liens entre le département du Var et l'Italie». *Recherches régionales*, 1, janvier-mars 1988, p. 23-69, ADAM.

Serre, Maxime, «Italiens en France. La colonie italienne à Toulon et à La Seyne-sur-Mer», *France-Italie, revue mensuelle*, 5, novembre 1913.

–, «Problèmes démographiques d'hier et d'aujourd'hui. Notes sur l'immigration italienne à Toulon et dans le Var», *Revue de géographie alpine*, 1952, Tome 40, 4, p. 643-667, [En ligne]: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rga\\_0035-1121\\_1952\\_num\\_40\\_4\\_1073](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rga_0035-1121_1952_num_40_4_1073).

Comité de coordination des anciens combattants et associations patriotiques de La Garde, «Voyage en Italie du 13 au 20 septembre 2004», rapport de l'Association *La Garde, jumelage*.

«Vingt ans», récapitulatif des rencontres organisées dans le cadre du jumelage entre La Garde et Montesarchio, 1975-1995, rapport de l'Association *La Garde, jumelage*.

«Le Marché Touristique Italien», Var Tourisme, Observatoire, *Le marché italien 2010*, [en ligne]: <http://www.visitvar.fr/ressources/documents/1/27345.pdf>.

## Témoignages

Andreucci, Alain, «J'ai dix ans», *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?*, textes recueillis par Isabelle Felici et Jean-Charles Vegliante, Toulon, Géhess Éditions, Collection témoin(s), 2009, p. 89-91.

Battistoni - Van der Yeught, Corinne, «Les grenouilles du fleuve», *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?*, textes recueillis par Isabelle Felici et Jean-Charles Vegliante, Toulon, Géhess Éditions, Collection témoin(s), 2009, p. 141-53.

Briano, Alexandre, *La vie est un éclat de rire*, tomes I à III, Toulon, Éditions Les Presses du Midi, 2005, 2006, 2007.

Doneda, Cindy, «L'Italie dans mes veines», *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?*, textes recueillis par Isabelle Felici et Jean-Charles Vegliante, Toulon, Géhess Éditions, Collection témoin(s), 2009, p. 159-72.

Estellon, Claudia, «Enfance d'une immigrée toscane», *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?*, textes recueillis par Isabelle Felici et Jean-Charles Vegliante, Toulon, Géhess Éditions, Collection témoin(s), 2009, p. 159-72.

Magliano, Emmanuelle, «Histoire d'une famille d'immigrés italiens», *Racines Italiennes*, textes recueillis par Isabelle Felici, Université du Sud Toulon-Var, Laboratoire Babel, 2006, p. 23-30.

Mazzocchi, Murielle, «Sillio. Histoire d'un émigré», *Racines Italiennes*, textes recueillis par Isabelle Felici, Université du Sud Toulon-Var, Laboratoire Babel, 2006, p. 53-59.

Mazzocchi, René, *Sillio*, s.d., s.l.

Lucien, Arnaud, «Carmelo Manta et les enfants de Serradifalco à Toulon», *Racines Italiennes*, textes recueillis par Isabelle Felici, Université du Sud Toulon-Var, Laboratoire Babel, 2006, p. 93-95.

Pascuttini, Mathilde, «Une famille frioulane», *Racines Italiennes*, textes recueillis par Isabelle Felici, Université du Sud Toulon-Var, Laboratoire Babel, 2006, p. 31-36.

Pieraccini, Francis, *Ces Toscans-là, en Toscane et ailleurs...*, Toulon, Géhess Éditions, collection témoin(s), 2008, BMSM.

Sini, Lorella, «La langue à l'estomac», *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?*, textes recueillis par Isabelle Felici et Jean-Charles Vegliante, Toulon, Géhess Éditions, Collection témoin(s), 2009, p. 45-52.

Sola, Emmanuelle, «D'Emmanuel troisième à la famille Sola: l'itinéraire d'une smala italienne», *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?*, textes recueillis par Isabelle Felici et Jean-Charles Vegliante, Toulon, Géhess Éditions, Collection témoin(s), 2009, p. 233-40.

Spada, Marcel, *Portraits des Pagani*, inédit.

Urbani, Sabrina, «Le chemin de vie de deux expatriés», *Racines Italiennes*, textes recueillis par Isabelle Felici, Université du Sud Toulon-Var, Laboratoire Babel, 2006, p. 11-16.

Urbani, Sabrina, «De la flamme au flambeau», *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?*, textes recueillis par Isabelle Felici et Jean-Charles Vegliante, Toulon, Géhess Éditions, Collection témoin(s), 2009, p. 155-58.

Vezzoso, Adrien, «Mon *Mazzolin di fiori*», *Enfants d'Italiens, quelle(s) langue(s) parlez-vous?*, textes recueillis par Isabelle Felici et Jean-Charles Vegliante, Toulon, Géhess Éditions, Collection témoin(s), 2009, p. 173-81.

## Registres de recensement

### Toulon ADV

Registre 11M 2/316, Toulon Est, 1851; Registre 11M 2/332, Toulon Ouest, 1851; Registre 11M 2/317, Toulon Est, 1856; Registre 11M 2/333, Toulon Ouest, 1856; Registre 11M 2/319, Toulon Est, 1866; Registre 11M 2/335, Toulon Ouest, 1866; Registre 11M 2/320, Toulon Est, 1872; Registre 11M 2/336, Toulon Ouest, 1872; Registre 11M 2/324, Toulon Est, 1891; Registre 11M 2/340, Toulon Ouest, 1891; Registres 11M 2/329, 11M 2/ 330, 11M 2/331, Toulon Est, 1901; Registres 11M 2/343, 11M 2/ 344, 11M 2/345, Toulon Ouest, 1901; Registres 11M 2/354, 11M 2/355, Toulon 1<sup>er</sup> canton, 1911; Registres 11M 2/356, 11M 2/357, Toulon, 2<sup>e</sup> canton, 1911; Registres 11M 2/358, 11M 2/359, 11M 2/360, Toulon, 3<sup>e</sup> canton, 1911; Registres 11M 2/361, 11M 2/362, Toulon, 1<sup>er</sup> canton, 1921; Registres 11M 2/363, 11M 2/364, Toulon, 2<sup>e</sup> canton, 1921; Registre 11M 2/365, Toulon, 3<sup>e</sup> canton, 1921; Registres 11M 2/372, 11M 2/373, Toulon, 1<sup>er</sup> canton, 1931.

**La Seyne-sur-Mer** ADV

Registre 11M 2/283, 1851; Registre 11M 2/285, 1872; Registre 11M 2/286, 1881; Registre 11M 2/287, 1891; Registre 11M 2/289, 1901; Registre 11M 2/291, 1911; Registre 11M 2/292, 1921; Registre 11M 2/294, 1931.

**Brignoles** ADV

Registre 11M 2/54, Brignoles, 1851; Registre 11M 2/55, Brignoles, 1872; Registre 11M 2/56, Brignoles, 1881, 1891, Registre 11M 2/57, Brignoles, 1901.

**La Valette-du-Var** ADV

Registre 11M 2/388, La Valette-du-Var, 1851-1872, Registre 11M 2/389, La Valette-du-Var, 1876-1906.

**La Garde Archives Municipales**

Registre de recensement de 1866, 1886, 1888 à 1893, 1895 à 1916, 1921 à 1924, 1929 à 1933, 1936, 1948, 1951 à 1952, 1954, 1957 à 1961, 1973 à 1971, 1976.

## Rassegna    Convegni

*Lingue Migranti. The Global Languages of Italy and the Diaspora*

John D. Calandra Italian American Institute, New York, 25-27 aprile 2013

A partire soprattutto da una fondamentale monografia di Nancy C. Carnevale (*A New Language, A New World. Italian Immigrants in the United States, 1890-1945*, Urbana, University of Illinois Press, 2009), studi recenti hanno messo in luce la centralità della lingua per la definizione dell'identità etnica delle diverse generazioni dei migranti italiani. Eppure le principali collettanee sulla cosiddetta «diaspora» dalla Penisola (*Storia dell'emigrazione italiana*, a cura di Piero Bevilacqua, Andreina De Clementi e Emilio Franzina, Roma, Donzelli, 2001-2002; *Storia d'Italia. Annali 24. Migrazioni*, a cura di Paola Corti e Matteo Sanfilippo, Torino, Einaudi, 2009) hanno trascurato questa tematica, sebbene si siano soffermate sugli aspetti letterari dell'esperienza migratoria. Risulta, pertanto, quanto mai tempestivo e significativo l'argomento che il Calandra Institute ha scelto per la sua sesta conferenza annuale. Pur senza alcuna pretesa di esaustività, le relazioni hanno affrontato il rapporto tra lingua ed emigrazione italiana in una molteplicità di contesti geografici che hanno permesso all'assise di offrire uno spaccato ad ampio raggio, sia nello spazio sia nel tempo, per tale problematica.

Per quanto riguarda l'ambito americano, Naomi Nagy ha presentato i dati di una ricerca sulle variazioni linguistiche nel passaggio da una generazione all'altra in un campione della comunità italo-canadese di Toronto, mettendo in rilievo come la lingua italiana sia rimasta sostanzialmente immune da contaminazioni con l'inglese. La stabilità dell'italiano è stata attestata anche dall'intervento di Luciana Fellin sui professionisti trasferitisi negli Stati Uniti tra il 1994 e il 2003, nell'ambito della «fuga dei talenti». I «nuovi mobili», infatti, continuano a parlare la lingua in famiglia e nelle riunioni conviviali fra loro, oltre a farla imparare ai figli, non solo perché ritengono l'italiano una componente imprescindibile della propria identità, ma anche in quanto vedono nel bilinguismo uno strumento in grado di favorire il successo nella vita lavorativa e sociale. Tale, invece, non è stato l'atteggiamento dei componenti delle precedenti ondate immigratorie italiane negli Stati Uniti. Come ha messo in rilievo la relazione di Hermann H. Haller, la constatazione che – secondo i dati del censimento federale della popolazione del 2010 – meno di un ventesimo degli statunitensi che si attribuiscono radici italiane parli oggi la lingua dei propri antenati a casa è ascrivibile al fatto che per lungo tempo l'uso dell'italiano, in passato, è stato associato con il fallimento nella scuola e nella vita. A maggior ragione la



decadenza ha colpito i dialetti che sono stati penalizzati dal biasimo di essere considerati lo strumento di comunicazione delle persone prive di istruzione. Così i soggetti di un campione di italoamericani usato da Haller per il suo studio ricordano ancora, accanto alla confusione linguistica sperimentata in gioventù, il paradosso di una situazione in cui i nonni che parlavano in dialetto tra loro ne scoraggiavano la pratica da parte dei figli e dei nipoti.

L'unico intervento incentrato sull'America Latina è stato quello di Elisa Legion sul *cocoliche*, l'italiano creolizzato molto diffuso tra gli immigrati italiani in Argentina tra la fine dell'Ottocento e l'inizio del Novecento. In particolare, la relatrice si è soffermata sul successo di questa forma di meticcio linguistico in alcuni testi teatrali coevi, segnati dall'impegno sociale, nei quali il *cocoliche* risultava un mezzo di negoziazione e di inclusione per gli immigrati.

Particolare attenzione ha ricevuto l'emigrazione italiana lungo le coste del mediterraneo meridionale. In quest'area, grazie alla ramificazione dei flussi, l'italiano ha goduto della funzione di una sorta di lingua franca dalla prima metà dell'Ottocento quasi fino allo scoppio della Seconda guerra mondiale. All'interno del nucleo di relazioni su questo ambito geografico, Alessandro Orfano è ricorso all'esame della lingua per tracciare una storia della comunità ebraica di Tunisi, di origine in prevalenza livornese, costituita da una serie di ondate iniziate con i proscritti della carboneria risorgimentale e conclusesi con gli esuli antifascisti. Daniele Combierati si è occupato del senso della pluriappartenenza che emerge dalla produzione letteraria degli ebrei italiani che scelsero di restare in Libia dopo la Seconda guerra mondiale fino a quando non furono costretti a lasciare il paese dopo l'avvento al potere di Mu'ammarr Gheddafi nel 1969. Questo approccio postcoloniale in una prospettiva italiana ha connotato anche l'intervento di Melina Masterson sulla scrittrice italoetiope Gariella Ghermandi. La constatazione che questa autrice ricorra all'italiano costituisce di per sé una sfida al luogo comune secondo cui la letteratura postcoloniale dovrebbe raccontare storie di opposizione al colonialismo in una lingua diversa da quella dei colonizzatori.

Annemarie Tamis-Nasello ha, invece, affrontato il nazionalismo dei «coloni» italiani nell'Africa orientale, quale emerge anche attraverso forme di cultura coeva di massa come il film *Il grande appello* (1936) di Mario Camerini. La relazione è collocabile in una serie di interventi collaterali rispetto alla tematica centrale del convegno. Tra questi ultimi sono da segnalare soprattutto altri due. Mary-Faith Cerasoli ha analizzato il problema delle traduzioni italiane del romanzo di John Fante, *Wait until Spring, Bandini* e, in particolare, la difficoltà di rendere le espressioni più colloquiali e gergali. Jefferson Triozzi e Anna De Fina hanno utilizzato un sondaggio online per mettere in luce come gli aspetti più stereotipici del reality *Jersey Shore* vengano generalmente considerati le manifestazioni più tipiche della cultura italoamericana odierna.

Infine, un gruppo di relazioni si è occupato della lingua degli odierni immigrati in Italia per interrogarsi, in particolare, su cosa si possa intendere per identità italiana in una nazione sempre più globalizzata. Da un lato, Anita Pinzi e Viktor Berberi si sono dedicati ad autori albanesi, rispettivamente Gëzim Hajdari e Ornela Vorpsi. Dall'altro, Elizabeth Venditto e Grace Russo Bullaro hanno, invece, esaminato l'oramai celeberrimo *Scontro di civiltà per un ascensore a piazza Vittorio* (2006) dell'algerino Amara Lakhous. Il convegno ha così aperto anche una finestra sul come l'italiano sia divenuto pure la lingua dei migranti che hanno scelto l'Italia come destinazione.

*Stefano Luconi*

## Rassegna Libri

Adelina Miranda e Amalia Signorelli (a cura di)

*Pensare e ripensare le migrazioni*

Palermo, Sellerio, 2011, pp. 324, € 20.

Nel 2002, la storica Nancy Green pubblicò un libro intitolato *Repenser l'émigration* (Paris, puf), nel quale faceva il punto sugli scritti sull'emigrazione, offrendo un quadro teorico prezioso per interpretare i vari processi che portarono – e portano ancora – milioni di persone a lasciare il proprio paese per un futuro incerto all'estero. Donna R. Gabaccia, Dirk Hoerder, Bruno Ramirez e altri hanno anche loro contribuito a rivisitare lo studio dell'emigrazione, con approcci teorici innovativi. Sulle orme di questi lavori, gli atti del convegno organizzato dall'antropologa Adelina Signorelli e dalla sociologa Amelia Miranda a Napoli nel 2007 raccolgono diciotto saggi che mirano a «ridefinire le migrazioni». Infatti, il volume tenta di trovare delle risposte ai nuovi interrogativi posti dalle trasformazioni dei flussi di popolazione. In particolare, mettono in rilievo l'atteggiamento paradossale delle società occidentali che collocano il dibattito sull'emigrazione al centro delle loro agende politiche mentre i dati delle Nazioni Unite evidenziano che il numero di migranti internazionali (circa 200 milioni) è in proporzione tre volte inferiore rispetto alla sua entità nel Novecento (p. 309). L'eterogeneità delle relazioni – ritenuta un pregio dalle curatrici, ma a volte sconcertante – permette di offrire al lettore una molteplicità di approcci provenienti da diverse scienze sociali: storia, antropologia, sociologia. I saggi sono quindi raccolti in quattro parti: «Ridefinire le migrazioni», «Nuove configurazioni migratorie fra dinamiche locali e transnazionali», «Le migrazioni femminili fra passato e presente» e «Approcci e metodologie: riflessioni e apporti».

Il merito maggiore di questo libro è effettivamente quello di mettere a confronto il frutto delle ultime ricerche condotte nelle varie discipline direttamente interessate allo studio delle migrazioni, al fine di cogliere la complessità di questo fenomeno. Attraverso studi di casi specifici e saggi sintetici, il volume presenta così un vasto panorama tanto dell'emigrazione internazionale quanto dell'esperienza italiana per la quale vengono affrontate «le due facce della stessa medaglia» (p. 299) ovvero l'esperienza degli immigranti in Italia (Patrizia Resta) e quella degli italiani all'estero (Matteo Sanfilippo). Non a caso, Giustina Orientale Caputo insiste sulla necessità di considerare i flussi migratori nella loro interdipendenza (p. 298). Uno sguardo comparativo ai saggi permette anche di mettere a confronto passato e presente nonché di evidenziare le somiglianze

e le differenze che caratterizzano i nuovi e i vecchi percorsi di migrazione. Il saggio di Paola Corti, per esempio, dimostra che i flussi migratori italiani contemporanei sono più varegiati di una volta: accanto a una manodopera poco qualificata, emigrano pure numerosi laureati e le imprese americane «accolgono il 58,6% dei nostri connazionali in possesso di laurea» (p. 123). Questo flusso va inquadrato nelle «migrazioni tecnologiche» che favoriscono la «fuga dei cervelli», un fenomeno osservato non solo in Italia, ma anche in India e in Cina, anche se per questi ultimi due paesi si parla più spesso di circolazione globale dei cervelli, mentre nel caso italiano il termine «talenti» viene da tempo preferito per indicare l'espatrio di professionisti, tecnici e intellettuali (cfr. Sergio Nava, *Fuga dei talenti. Storie di professionisti che l'Italia si è lasciata scappare*, Cinisello Balsamo, San Paolo, 2009).

Come sottolinea Anna Maria Zaccaria, il volume offre uno studio dell'emigrazione su due sponde, quella del paese di partenza e quella del/dei paese/i di arrivo, senza dimenticare «gli spazi delle varie tappe dei fenomeni di “circolazione” dei merci e degli uomini» (p. 173). È particolarmente interessante, in proposito, il saggio di Alain Tarrus, che ricostruisce il percorso transnazionale dei magrebini a Marsiglia ai tempi della globalizzazione. Infatti, il sociologo francese mette in risalto nuovi spazi – i «territori circolari» (p. 98) – reti e pratiche di mobilità che portano i migranti ad una certa porosità dell'alterità e a forme di «meticcianti momentanei e parziali» (p. 106).

Infine, il volume torna sulla questione delle migrazioni femminili con tre saggi che ne coprono aspetti molto diversi. Come ricorda Andreina de Clementi «il muro di silenzio che ha a lungo occultato la presenza delle donne nella storia ha avvolto anche i fenomeni migratori» (p. 189). I precedenti lavori di Donna R. Gabaccia, Franca Iacovetta e molte altre studiose hanno contribuito ad aprire una breccia in questo muro, ma ancora oggi rimane difficile trovare fonti affidabili per ricostruire l'espatrio femminile. Sono quindi preziose le riflessioni di De Clementi che presenta un quadro sintetico dell'esperienza delle italiane all'estero nel quale viene svelata una grande varietà di percorsi e di modelli che cambiano in funzione dell'epoca e dei paesi di ricevimento. Altrettanto illuminante è il saggio di Mirjana Morkvasic che si sofferma sulle strategie di *empowerment* sviluppate dalle donne migranti, analizzando come «sono negoziate le contraddizioni alle quali [...] devono far fronte, visto che sono sempre di più le pioniere della catena migratoria, capo famiglia in contesti dove tradizionalmente è l'uomo il *breadwinner*» (p. 197). Quello che pone in risalto è come le donne riescano ad utilizzare quelle che alcuni definirebbero le loro «debolezze» per trarne un vantaggio, e come esse trovino «un compromesso invece del confronto diretto e del rifiuto dell'ordine tradizionale e dei suoi valori» (p. 211) per fare valere all'estero un'evoluzione della loro posizione di genere. Sulla stessa linea, Carla Pasquinelli, esamina la dolorosa

pratica dell'infibulazione, imposta ad alcune africane in Europa, per mostrare come il contesto migratorio faccia detonare le contraddizioni di una tradizione generalmente accettata nel paese di origine ma fonte di polemiche in quelli di destinazione.

*Pensare e ripensare le migrazioni* è un volume denso, con saggi vari e solidi. Ha forse il difetto di mancare di coerenza, ma costituisce indubbiamente un utile strumento di sintesi e apre nuove piste di riflessione.

*Bénédicte Deschamps (Université Paris Diderot – Paris 7)*

Javier P. Grossutti e Corinna Mestroni

*«In lontano suolo a guadagnarsi un incerto pane!». Emigrants dal Friül di Mieç*  
Prefazione di Emilio Franzina, Mereto di Tomba, Associazione culturale Le Grame, 2012, pp. 567.

Con questo ponderoso volume Javier Grossutti e Corinna Mestroni ci consegnano un ottimo esempio di ricerca microstorica applicata alle migrazioni. Il loro studio si incentra su una zona d'Italia – il Friuli centrale e in particolare il territorio comunale di Mereto di Tomba, in provincia di Udine – in cui il fenomeno dell'emigrazione ha avuto per decenni assoluta centralità socioeconomica.

Utilizzando magistralmente un'ampia tipologia di fonti, che va dalle anagrafi comunali ai documenti consolari, dalle memorie autobiografiche alle interviste con emigrati, i due autori ricostruiscono le dinamiche dei flussi migratori dall'area studiata nel corso di circa un secolo, dagli anni settanta dell'Ottocento alla fine degli anni sessanta del Novecento, dopo aver opportunamente segnalato che i decenni della «grande emigrazione» segnarono non l'inizio bensì solo una forte intensificazione dei flussi medesimi.

Ne emerge un quadro ricchissimo, in cui risaltano aspetti dell'emigrazione friulana e italiana indubbiamente già noti alla studiosi, come il suo carattere diremmo oggi «globale», l'importanza quantitativa dei ritorni nel paese d'origine e il peso delle catene migratorie, in molti casi professionali, in ognuna delle fasi studiate. Tuttavia Grossutti, che già vanta una produzione notevole per quantità e qualità sul tema, e Mestroni sfruttano al meglio le potenzialità che offre la scala micro qui appunto utilizzata, per andare oltre il livello meramente descrittivo, a cui si limita invece la grande maggioranza dei lavori di storia locale di questo tipo, e analizzare a fondo il funzionamento in concreto di tali meccanismi.

Il libro è organizzato in quattro parti. La prima, redatta da Grossutti, si concentra sull'emigrazione da Mereto di Tomba nella fase compresa tra la

crisi agraria che segnò l'inizio del grande esodo dalle campagne italiane e la Prima guerra mondiale. In questi decenni, sottolinea l'autore, sono soprattutto le specializzazioni di mestiere a connotare le partenze. A prevalere fino alla fine dell'Ottocento è, in continuità con la prima metà del secolo ma con numeri di gran lunga superiori, l'emigrazione stagionale nei cantieri edili, e in particolare nelle fornaci della Germania e dell'Europa centrale. È una scelta che le condizioni dell'economia locale rendono in molti casi obbligata in questo periodo: non a caso una componente di questo flusso temporaneo è costituita da minori di sedici anni chiamati a integrare i bilanci familiari. I friulani di Mereto emigrano inoltre nelle Americhe, negli Stati Uniti, in Canada e più numerosi in Argentina. In quest'ultima nazione si trasferiscono inizialmente soprattutto per continuare a fare i contadini nelle colonie agricole dell'interno e poi anche per svolgere altri mestieri a Buenos Aires. Ne costituisce un esempio l'esperienza degli infermieri, grazie a una classica catena migratoria innescata da un pioniere divenuto capoinfermiere presso l'Ospedale italiano della capitale argentina, che si sarebbe prolungata per decenni coinvolgendo dopo la prima guerra mondiale anche varie donne.

Nella seconda parte del libro Corinna Mestroni analizza i flussi che si sviluppano dopo la cesura bellica e arrivano fino agli anni sessanta. In questa fase l'emigrazione in Europa continua a prevalere, ma le mete principali, sia negli anni del fascismo che dopo la seconda guerra mondiale, sono Francia e Belgio. In quest'ultimo caso, i friulani, come il resto degli italiani, vanno a fare i minatori nel quadro di un accordo tra Italia e Belgio. La novità dell'intervento dello Stato nella gestione dell'emigrazione risale in realtà agli anni del fascismo, quando – come ci spiega Mestroni – nella fattispecie di Mereto le destinazioni erano state Rodi, le colonie italiane in Africa orientale e la Germania. Nel secondo dopoguerra da Mereto si riprende ad emigrare anche verso le Americhe, e in particolare verso il Sudamerica, dove all'Argentina si affianca negli anni cinquanta una meta nuova, il Venezuela del boom petrolifero.

La terza e la quarta parte del volume si integrano in un certo senso reciprocamente. Una contiene infatti una serie di storie di vita di emigrati ed ex emigrati, queste ultime basate su interviste raccolte dai due autori a Mereto di Tomba. L'altra, che è anche la più corposa del volume, si presenta a prima vista come un elenco di ben 3.587 nominativi di emigrati dal capoluogo e dalle frazioni del comune di Mereto di Tomba nel periodo compreso tra il 1878 e la fine degli anni sessanta del secolo scorso. Al di là del dato numerico, ancora più impressionante ove si tenga conto che attualmente i residenti del comune di Mereto sono soltanto 2.760, questa sezione in realtà offre molto di più, perché i due autori hanno ricostruito qui per ogni emigrato l'intero percorso di partenze e ritorni. Basta una rapida scorsa alle trecento e più pagine che la compongono per imbattersi in vicende migratorie che si prolungano per decenni, con ripetuti

soggiorni all'estero, in svariati paesi e talvolta anche in diversi continenti. Ecco allora che le storie di vita che ci vengono raccontate da Grossutti e Mestroni diventano un'esemplificazione di questa storia collettiva. Nello stesso tempo, l'elenco di nominativi e destinazioni della parte finale può offrire lo spunto per nuove ricerche.

Federica Bertagna

Michele Colucci

*L'Umbria e l'emigrazione. Lavoro, territorio e politiche dal 1945 a oggi*  
Foligno, Editoriale Umbra, 2012, pp. 173, € 11.

Il volume di Michele Colucci offre un accurato *case study* sui molteplici aspetti dell'emigrazione umbra dalla fine della Seconda guerra mondiale ai nostri giorni.

Gli anni della ricostruzione postbellica sono per l'Umbria duri e complessi. Crisi ricorrenti sono causate da antiche questioni che si saldano a problemi più recenti legati alla struttura del mercato del lavoro, all'assetto produttivo, alla conformazione del territorio. Non diversamente dalle regioni meridionali, l'emigrazione diventa la risposta inevitabile alla delusione delle aspettative seguite alla liberazione e ad una disoccupazione crescente e strutturale, causata dalla crisi della mezzadria, dallo sblocco dei licenziamenti del polo siderurgico ternano e del polo estrattivo. Anche in Umbria, un'emigrazione auspicata e organizzata dalle classi dirigenti allarmate dal possibile acuirsi del conflitto sociale, viene ritenuta – in una prima fase – «una scelta grave ma inevitabile» anche da ampi settori della sinistra politica e sindacale che dal 1950 in poi si fa sempre più perplessa e critica (p. 57). L'emigrazione irrompe, dunque, nel discorso pubblico, spesso scompagina il fronte dei partiti e quello sindacale. In ogni caso, tutti – seppure ognuno in modo diverso – fanno i conti con un parente, un amico, un paesano, un vicino emigrato. L'emigrazione si configura come un'esperienza socialmente pervasiva, aspetto cui forse il volume concede poca attenzione.

La mobilità verso l'estero – soprattutto verso l'Europa centrale – rappresenta una tra le tante possibilità migratorie degli umbri nel secondo dopoguerra. Più spesso è soltanto l'esito ultimo di una migrazione prima diretta verso le pianure, poi verso i piccoli e medi centri urbani e poi nelle grandi città e nelle metropoli dell'Italia centrale e settentrionale. Ci troviamo di fronte, dunque, a quattro tipologie di migrazione: la migrazione interna alla regione, quella verso Roma, quella verso l'Italia settentrionale, quella verso l'estero. Secondo l'autore, la realtà fuori confine è caratterizzata da una dimensione temporanea e rotatoria dell'esperienza lavorativa, da una diffusa specializzazione professionale, in cui il lavoro operaio e minerario risultano predominanti. Prima tappa dell'emigrazione

sono gli uffici del lavoro, dove si acquisiscono le informazioni fondamentali e si avviano le pratiche necessarie per partire. In Umbria gli uffici hanno sede a Terni e Perugia e dipendono dall'Ufficio regionale del lavoro di Roma; in seguito è necessario superare una seconda visita presso il Centro Nazionale per l'emigrazione di Milano. Tuttavia anche in Umbria, dove l'emigrazione ha un andamento incostante negli anni, i problemi nell'organizzazione del reclutamento non fanno che ingrossare le fila di aspiranti emigranti presso intermediari non istituzionali, spesso parenti o amici già emigrati.

Forte è l'attrazione esercitata dal costante flusso di rimesse dall'estero, che integrando sensibilmente i bilanci familiari, rappresenta sostegno irrinunciabile ai redditi e dunque ai consumi nella regione. Ad esempio i dati del Ministero del Lavoro relativi al 1949 dimostrano che la provincia di Perugia è una delle zone verso la quale i minatori stabiliti in Francia inviano più rimesse. Il sistema delle rimesse genera legami economici di causa ed effetto in zone anche molto distanti tra di loro come dimostrano gli effetti della riduzione del cambio tra franco e lira nel 1957 particolarmente sentito proprio in Umbria.

Successivamente, l'emigrazione all'estero non si esaurisce, ma cambia lentamente volto. Aumenta la presenza di lavoratrici e lavoratori qualificati, si intensificano i ricongiungimenti familiari, mutano radicalmente le modalità di associazione e di organizzazione dei migranti, si modifica l'atteggiamento delle istituzioni, soprattutto a livello locale. Tutto ciò lascia tracce profonde e durature sul territorio e sul tessuto sociale. Il volume si spinge, meritoriamente, agli anni Settanta e alla lunga fase dei rientri dovuta alla difficile congiuntura della crisi internazionale seguita al 1973 che i migranti scontano per primi con licenziamenti, rimpatri ed espulsioni. Questa fase si configura come un'«emigrazione al contrario» perché forzata dall'incapacità di ricollocarsi in un mercato del lavoro in fase di contrazione. Tuttavia guardando i dati sugli espatri e i rimpatri, il saldo migratorio umbro è positivo in misura «più diffusa e più spalmata nel tempo rispetto ai valori nazionali» (p. 142). Le annate 1964, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971 e 1972 presentano un maggior numero di rimpatri rispetto agli espatri, mentre il dato nazionale è afflitto ancora da un saldo negativo che diventa positivo solo a partire dal 1973. Il saldo positivo umbro dipende dalle possibilità offerte dall'emigrazione interna ma anche dalle destinazioni prettamente europee caratterizzate da flussi temporanei se non addirittura stagionali.

La complessa stagione dei ritorni – colpevolmente trascurata dalla storiografia – nel caso umbro è accompagnata da interventi istituzionali e politiche di sostegno che difficilmente si incontrano in contesti diversi. In seguito all'applicazione del dettato costituzionale sulla creazione delle regioni, nel 1973 l'Umbria è la prima a legiferare in materia di emigrazione. Il dispositivo prevede la nascita della Consulta regionale dell'emigrazione e dell'immigrazione e l'istituzione di un fondo regionale di solidarietà a favore di lavoratori emigrati



o immigrati e delle loro famiglie. La copertura finanziaria viene individuata nel bilancio regionale, nei contributi statali e, importante novità, nel fondo sociale europeo. Il tentativo è quello di scongiurare l'isolamento sia sociale che occupazionale di chi rientra. Con un successivo provvedimento del 1979 – anno in cui la regione stanziava 350 milioni di lire – viene riorganizzato il sistema intero delle indennità: borse di studio per minori e studenti universitari, copertura per il rimpatrio delle salme (problema che affligge particolarmente gli emigrati), copertura delle spese mediche, riqualificazione professionale, agevolazioni nell'acquisto di macchinari per l'agricoltura e terreni agricoli. Tuttavia, l'aspetto più rilevante, che molto ha da raccontare sulla storia nazionale, è il sostegno concesso ai mutui, agli acquisti delle abitazioni, alla ristrutturazione vincolata a standard di compatibilità e fattibilità che scongiura l'impatto sregolato che in altre regioni il ritorno ha comportato in termini di abusivismo edilizio legato alle «case degli emigranti», rientrati stabilmente o meno.

Sulla base del caso umbro, la monografia di Colucci conferma di nuovo – con sicura efficacia – come l'intera storia dell'Italia contemporanea abbia ereditato dal fenomeno migratorio i suoi caratteri più essenziali.

*Alessandra Gissi*

Sergio Salma

*Marcinelle 1956*

Madrid, Diabolo Edizioni, 2013, pp. 255, € 15,95.

Raccontare una tragedia non è facile. Raccontare la prima, e forse la più mediatizzata, tragedia operaia dell'Europa post-bellica lo è ancora meno.

Marcinelle, ampio quartiere operaio della popolosa città di Charleroi, è diventata negli anni simbolo della difficile situazione degli emigrati e dei minatori in generale. Marcinelle e la sua fatiscente miniera di Bois-du-Cazier, sono ormai entrati nell'immaginario collettivo, vera icona negativa di disastri e sciagure legati al mondo del lavoro. Lunghe stradine fatte di cassette basse e ricoperte di fuliggine. Pozzanghere nere e panni bianchi stesi sotto il pallido sole del Belgio. Bambini che giocano a palla per strada, poche macchine, minatori che tornano dal pozzo in bicicletta. Una perfetta scenografia cinematografica che aspetta ancora una degna ricostruzione mediatica.

A raccontare Marcinelle e la sua tragedia dell'otto agosto 1956, ci hanno provato in molti con risultati alterni. Nessuno fino ad oggi aveva avuto però l'idea e il coraggio di tradurre quei momenti di vita quotidiana mista a tragedia assoluta in forma di graphic novel. Sergio Salma, emigrato di seconda generazione, nato e cresciuto a Charleroi, ci ha provato e ci è riuscito pienamente. Il tratto deciso e la storia avvincente calano il personaggio principale, Pietro

Bellofiore, nella vita quotidiana dei minatori. Da gennaio ad agosto 1956, la sua vita seguirà la solita routine del lavoro in miniera. Una quotidianità fatta d'incontri, di parole e di assordanti silenzi. Ma durante questi sette mesi Pietro andrà incontro a importanti cambiamenti personali, mutazioni e fluttuazioni inaspettate dell'animo. Pietro diventa così l'archetipo del minatore italiano confrontato non solo al duro e alienante lavoro quotidiano in miniera ma anche alle pressioni della famiglia, dei compaesani, del parroco, senza contare lo scontro con i belgi-padroni così diametralmente diversi e così misteriosamente interessanti. L'incontro casuale con una seducente signora bionda cambierà la sua vita in modo definitivo, salvandolo in modo inaspettato dalla catastrofe.

Da un punto di vista strettamente editoriale, Sergio Salma decide di dividere il lungo racconto corale in sette capitoli, uno per ogni mese fino al giorno della catastrofe mineraria nella quale morirono 262 lavoratori, tra cui 136 italiani.

Simbolicamente, le prime dieci pagine non contengono né testo né dialoghi. Contengono però il seme della storia, il climax storico della vicenda di Marcinelle. Queste prime pagine, molto efficaci dal punto di vista visivo-narrativo, descrivono l'arrivo dei minatori al cambio turno, la preparazione negli spogliatoi, la lunga discesa nel pozzo, il momento della sciagura vista dall'interno della miniera.

Tutti i momenti preparatori e quasi liturgici del lavoro di «fondo», che ogni minatore conosce a memoria e che si ripetono varie volte nel racconto di Sergio Salma sono descritti con molti particolari e coloriture intense. Il rituale quotidiano della preparazione allo scavo minerario viene sottolineato dal surreale silenzio dei personaggi e dei macchinari e dalla scelta drastica di un bianco e nero netto, spesso in controluce. Un nero forte e onnipresente, simbolo non solo del carbone, ma anche del tratto cupo della vicenda storica.

A prima vista, questo flashback introduttivo sembra uno *storyboard* pronto per l'adattamento cinematografico, il che introduce la complessità narratologica dell'intero racconto.

L'intreccio della vita dei vari personaggi permette a Sergio Salma di toccare in profondità le varie problematiche legate al mondo degli emigrati. Dall'incidente sul lavoro praticamente all'ordine del giorno che ferisce gravemente il compaesano Camillo, al difficile rapporto con la famiglia, sia quella presente in Belgio sia quella rimasta in Italia, al desiderio assoluto di «tirare a campare» seppur sognando di riuscire a comprarsi finalmente una Vespa, che provvidenzialmente gli permetterà di confrontarsi con una giovane belga. Sarà proprio l'incontro dopo la caduta con la vespa che gli aprirà porte inattese e sensazioni nuove. Un incontro-scontro con un mondo che potrà conoscere solo per pochi istanti.

Ci sembra interessante notare come Sergio Salma abbia trovato ispirazione e modelli ai suoi sfondi scenografici da scatti fotografici giornalistici storici dell'epoca. La rappresentazione degli ambienti e dei paesaggi minerari sono effettivamente molto presenti lungo tutto il racconto e rispecchiano fedelmen-

te ciò che è stato. L'autore ha voluto ricreare graficamente ciò che fotografi professionisti come Jeanloup Sieff, Désiré Deleuze, Roger Anthoine o Camille Detraux avevano potuto rappresentare con i loro caratteristici scatti in bianco e nero. La ricerca di veridicità storica dei fatti relativi al disastro di Marcinelle sono al centro delle preoccupazioni dell'autore ed egli stesso lo dichiara nell'appendice documentale che completa l'edizione italiana.

Altra fonte sicuramente consultata dall'autore sono i cinegiornali dell'epoca, unica fonte di riproduzione video della catastrofe, in particolari gli ormai tristemente storici filmati prodotti dall'agenzia di stampa «Belga» e «Pathé». Inoltre, l'autore ha deciso di reinterpretare i famosi manifesti della «bataille du charbon» inserendoli tra ogni capitolo come cerniere narrative. Questa scelta graficamente molto efficace per ricreare l'atmosfera di vera e propria «corsa allo sviluppo industriale» permette di dare un più ampio respiro alle ripetitive vicende quotidiane dei minatori inseriti in un ambiente di lavoro decisamente claustrofobico.

Esistevano già alcuni fumetti ispirati al mondo delle miniere come la serie *Benoît Broutchoux*, che racconta le vicende di un minatore anarchico sindacalista nel nord della Francia all'inizio del secolo, le sue lotte e la sua figura di eroe popolare delle misere borgate minerarie oppure la serie *Pic et Briquet* creata direttamente dall'ufficio relazioni pubbliche delle miniere Houillères del Nord Pas-de-Calais e pubblicate nella rivista delle miniere che descrivono le vicende di due coraggiosi minatori di fondo, con particolare attenzione ai temi della sicurezza in miniera. Ultimo esempio che si avvicina, ma solo per alcuni temi, al volume di Sergio Salma sembra la serie ideata da Baru *Quequette blues*. Beru, anch'egli figlio di padre emigrante italiano, vissuto negli anni sessanta nei sobborghi industriali del nord della Francia riesce a riportare fedelmente la difficile coabitazione tra generazioni e persone da provenienze diverse così come il complesso mondo che girava intorno ai grandi insediamenti industriali del nord della Francia.

Il lavoro di Sergio Salma risulta dunque unico in un panorama fumettistico ampio come quello francofono, che ha sicuramente saputo, nel passato, rappresentare il mondo delle miniere senza tuttavia mai toccare le vicende di Marcinelle. Sergio Salma dipinge con forza e senza compiacimento la realtà assolutamente verosimigliante di una intera generazione di emigrati italiani, confrontati prima di tutto alla loro capacità personale di resistere in un mondo alienante come quello delle miniere del Nord. Raccontare Marcinelle non è stato facile, e lo si intuisce dal tempo di gestazione dell'opera (agosto 1986-giugno 2012) ma Sergio Salma lo ha fatto egregiamente rendendo forza e dignità ad un'intera generazione di lavoratori.

Anna Caprarelli

Paolo Barcella

«*Venuti qui per cercare lavoro*». *Gli emigrati italiani nella Svizzera del secondo dopoguerra*

Bellinzona, Fondazione Piero e Marco Pellegrini – Guglielmo Canevascini, 2012, pp. 344, € 29.

Toni Ricciardi

*Associazionismo ed emigrazione. Storia delle Colonie Libere e degli Italiani in Svizzera*

Roma-Bari, Laterza, 2013, pp. 306, € 20.

Entrambi i volumi sono il risultato di ricerche compiute sulla base di archivi per nulla o solo in parte oggetto di precedente attenzione da parte degli storici. Qui sta dunque uno dei primi e importanti elementi di interesse per tutti coloro che sono interessati alla storia dell'emigrazione in Svizzera nel secondo dopoguerra, che rappresenta come è noto la principale meta degli emigranti italiani (insieme alla Francia) fino al 1958, quando fu superata dalla Germania.

Il volume di Ricciardi prende spunto dall'analisi dell'archivio della Federazione delle colonie libere italiane in Svizzera (FCLIS), conservato presso gli Archivi sociali svizzeri a Zurigo, per ricostruire le vicende di questa importante e unica esperienza associativa dell'emigrazione italiana, cercando di inserirne lo sviluppo nel contesto delle vicende migratorie nella Confederazione e della nascita di un forte tessuto associativo tra gli emigrati.

Nata il 21 novembre 1943 su impulso, tra gli altri, di Fernando Schiavetti e con radici ben salde negli ambienti della diaspora antifascista in Svizzera, la FCLIS si propose di inserirsi nel vuoto lasciato dalle organizzazioni fasciste dopo il crollo del regime «per coinvolgere le masse dell'emigrazione, politicamente incerte e disorientate in una risolutiva scelta di campo» (p. 20). Da questo inizio, maturato in una delle fasi più difficili della storia italiana e in un contesto – quello svizzero – tutt'altro che tollerante nei confronti dell'antifascismo, l'autore ci accompagna, grazie principalmente al ricorso all'archivio FCLIS, lungo lo sviluppo dell'attività dell'associazione, che orientò la sua azione sempre più nel senso del supporto alle lavoratrici e ai lavoratori italiani che arrivarono in massa in Svizzera con la fine della guerra.

Alla ricerca di un modo per innovare l'antifascismo nel tentativo di dargli un carattere meno elitario e favorire un suo radicamento tra gli emigranti e al tentativo, per lo più frustrato, di promuovere un'epurazione in profondità negli ambienti del fascismo in Svizzera si sostituirono compiti di assistenza e un'instancabile attività rivendicativa, sia nei confronti delle autorità elvetiche che di quelle italiane, per ottenere migliori condizioni sociali e di lavoro per gli immigrati.

Ricciardi ricostruisce le fasi principali dell'azione della FCLIS fino alla soglia degli anni novanta del secolo scorso, dalla critica all'accordo italo-svizzero del 1948 alla lotta contro le iniziative popolari contro gli immigrati degli anni settanta, descrivendo un impegno che cambiò nel tempo secondo le necessità imposte dalle varie fasi dei flussi migratori (come, ad esempio, la forte meridionalizzazione avutasi a partire dalla fine degli anni cinquanta) che imposero anche importanti e complessi adattamenti organizzativi per farvi fronte.

L'autore mostra come al centro dell'azione rivendicativa e di sostegno all'immigrazione svolta dalla FCLIS vi fu la tensione verso l'unità di classe, resa difficile dall'atteggiamento diffidente dei sindacati svizzeri ma che portò alle prime iniziative comuni a partire dalla fine degli anni settanta.

Continua fu poi la ricerca da parte della Federazione dell'unità d'azione tra le varie componenti dell'associazionismo italiano in Svizzera, che contribuì nel 1970 alla nascita del Comitato nazionale d'intesa, favorita anche dalla ventata unitaria che spirava dall'Italia, scossa dal suo «autunno caldo» che segnò profondamente anche il mondo cattolico.

Principale lotta di sempre della FCLIS – e che unì la componente laica e quella cattolica a partire dagli anni settanta – fu quella contro il principale scandalo della legislazione svizzera sull'immigrazione, lo statuto di stagionale. Ebbe purtroppo scarso successo perché lo statuto fu abolito soltanto nel 2002.

Accanto alla ricostruzione della storia delle FCLIS Ricciardi propone un imponente lavoro di inquadramento del fenomeno migratorio nel secondo dopoguerra, che tiene insieme l'analisi della situazione economica di Italia e Svizzera e quella dello sviluppo delle politiche immigratorie elvetiche. Ma proprio questa parte del volume – che ambisce nel sottotitolo a offrire anche una «storia degli italiani in Svizzera» – ne rappresenta forse la maggiore debolezza: la grande messe di dati e di analisi porta a una diluizione del lavoro più originale e interessante, quello focalizzato sulle vicende della FCLIS, e la ricchezza del suo archivio risulta messa un poco tra parentesi. Alcuni temi estremamente importanti per la storia dell'associazione vengono quindi soltanto abbozzati, come quello per esempio del rapporto con i sindacati svizzeri sul tema del lavoro degli immigrati e della loro sindacalizzazione. Anche il posto delle FCLIS all'interno del variegato e complesso mondo dell'associazionismo – e in particolare il rapporto con le Missioni cattoliche di lingua italiana in Svizzera (MCLIS) – risulta poco sviluppato, nonostante il titolo del volume di Ricciardi faccia riferimento proprio a questo aspetto dell'emigrazione italiana in Svizzera.

Ricciardi si concentra sulla ricostruzione dello sviluppo politico-organizzativo della FCLIS; resta la necessità di una storia del suo sviluppo sociale, inteso come lavoro quotidiano di radicamento e dibattito culturale nelle varie città svizzere in cui sorsero le sue numerose sezioni.

La monografia di Barcella presenta il risultato di una ricerca svolta su tre tipi di fonti documentarie inedite e di grande interesse, che potremmo catalogare nel grande gruppo delle fonti soggettive, cioè prodotte dagli stessi immigrati in Svizzera. La principale consiste nelle migliaia di scritti scolastici degli studenti della scuola privata Dante Alighieri di Winterthur (Canton Zurigo), legata alla locale Missione cattolica, alla quale si aggiungono le oltre 100 interviste realizzate da Barcella in Svizzera e la corrispondenza recuperata durante la ricerca. A questi fondi l'autore ne associa un altro, che permette un inedito approccio quantitativo all'immigrazione italiana in Svizzera: i registri di matrimonio delle MCLIS di La Chaux-de-Fonds e Winterthur.

Lo scopo dichiarato dall'autore nell'introduzione al volume è quello di «narrare attraverso la contestualizzazione di un intreccio di voci, i percorsi degli emigrati e delle emigrate italiani nella Svizzera del secondo dopoguerra» (p. 31), descrivendone sia i percorsi materiali, di vita e socialità, nei primi due capitoli, sia quelli «ideologici» e di costruzione di un'identità – complessa e multifaccettata – in emigrazione negli ultimi due capitoli.

Le fonti soggettive non vengono dunque utilizzate in funzione banalmente memorialistica, ma vengono sottoposte al vaglio dell'analisi per trarne elementi utili alla comprensione del fenomeno migratorio. Il volume non è quindi «un magma informe di soggettività» ma, come si propone l'autore, una ricerca che «definisce alcune categorie di percorsi comuni con i loro elementi di analogia e di differenza, che si possono rappresentare individuando le variabili adeguate» (p. 34).

Il risultato è un viaggio nell'immigrazione italiana in Svizzera che fin dal primo capitolo dedicato alle origini del fenomeno migratorio decostruisce – restituendole complessità – la nozione di «immigrazione italiana in Svizzera». Sulla base delle intervistate raccolte e delle narrazioni contenute nei temi analizzati (svolti da emigranti di ogni età e di entrambi i generi che intendevano ottenere la licenza di terza media), Barcella racconta per esempio di come le motivazioni alla partenza siano state non soltanto di natura economica e di come esse si evolsero a partire dagli anni sessanta. Con uno sguardo che cerca di liberarsi dal vincolo nazionalistico che attanaglia spesso la storiografia sulle migrazioni (Barcella ha ben presente il dibattito svizzero sul tema), l'autore individua la principale frontiera attraversata dai migranti nel Secondo dopoguerra non in quella che separa due stati confinanti ma quella che divideva la (quasi) immobile campagna italiana dalle città dove si stava avviando lo sviluppo industriale europeo, di cui la Svizzera era uno dei centri. Altro luogo comune storiografico è che l'emigrazione in Svizzera sia stata tutta al maschile: il libro di Barcella mostra al contrario l'importanza delle donne in emigrazione e fa della questione di genere un tema ricorrente nel corso di tutto il suo volume.

È negli ultimi due capitoli che le fonti soggettive esplicano tutto il loro originale valore, quando Barcella cerca di tematizzare la questione dei percorsi ideologici

e culturali, descrivendo il complesso rapporto tra costruzione di un'identità, xenofobia e marginalizzazione, mostrando come varie e contraddittorie siano le concettualizzazioni elaborate dai migranti, messe in relazione a variabili come la provenienza sociale, il genere e l'età.

Interessante il tentativo di applicare al caso svizzero una versione rivista della «linea del colore», già ampiamente studiata per gli Stati Uniti: secondo l'autore è possibile stabilire un sistema xenologico che ha ad un capo «gli svizzeri» (i «bianchi») e all'altro gli zingari, «negri» d'Europa, con i quali gli italiani (detti *cinkali* dagli svizzeri) venivano identificati e a volte si identificavano. Un sistema che richiedeva un posizionamento che cambiava a seconda delle diverse esperienze migratorie e della loro evoluzione nel tempo, a seconda del raggiungimento di uno status più o meno stabile e meno marginale nella società svizzera.

Mattia Pelli

Morena La Barba, Christian Stohr, Michel Oris e Sandro Cattacin (a cura di)  
*La migration italienne dans la Suisse d'après-guerre*  
Lausanne, Éditions Antipodes, 2013, pp. 390, chf 42 (€ 33).

La Svizzera ha spesso dovuto fare i conti con l'afflusso verso il proprio territorio di ondate migratorie di diversa provenienza. Se oggi raggiungono il paese elvetico soprattutto africani e asiatici, nel secolo scorso il primato degli arrivi è spettato per decenni ai lavoratori italiani. A partire dal secondo dopoguerra sono stati infatti loro, seguiti a distanza dagli spagnoli, ad aver fatto registrare un numero sempre crescente di ingressi e ad essere oggetto del dibattito sull'immigrazione. Le autorità elvetiche cercavano di arginare le stabilizzazioni dei lavoratori provenienti dalla Penisola attraverso provvedimenti che favorivano e incentivavano le presenze stagionali e temporanee, mentre limitavano l'acquisizione dei diritti civili e politici. La partecipazione alla società svizzera era difficoltosa e consentita solo a chi ne possedeva la cittadinanza. L'idea di fondo era quella di accogliere manodopera utile alla crescita del paese, ma di mandarla via all'occorrenza. Ad accompagnare e sostenere questa strategia intervenivano le spinte delle forze politiche xenofobe che vedevano nell'incapacità di assimilare culture e usi diversi la presunta irrealizzabilità della convivenza, in base a un razzismo che oseremmo dire «culturale», in quanto concepisce l'identità come immutabile. La manifestazione più rilevante di questa concezione fu l'iniziativa Schwarzenbach del 1970, che proponeva di limitare – attraverso un referendum – la presenza degli stranieri. La proposta venne respinta dal voto popolare, ma rappresentò un fatto emblematico, più volte citato anche nel lavoro qui recensito.

Questa collettanea affronta il tema della presenza italiana in Svizzera proponendo punti di vista sfaccettati, ricerche accademiche e tematiche di diversa tipologia.

La materia è trattata tenendo conto, in molti dei dieci saggi, della pluralità degli attori, alcuni dei quali – patronati, associazioni, sindacati, colonie libere – erano finora risultati poco indagati dalla storiografia. Nel complesso, la raccolta di saggi testimonia una particolare attenzione per protagonisti diversi da quelli istituzionali.

L'esame dei contatti tra lo stato svizzero e le associazioni degli immigrati italiani in rapporto alle politiche migratorie mostra che i nuovi arrivati, soprattutto nei primi anni, non avessero sostegno e assistenza, ma cercassero di creare autonomamente occasioni di inserimento e partecipazione nella società nella quale vivevano. In risposta alle iniziative xenofobe, gli italiani si organizzavano dando vita ad iniziative, come ad esempio quelle dei cineforum, volte all'integrazione, all'occupazione del tempo libero dei lavoratori ma soprattutto alla loro istruzione e arricchimento culturale (Morena La Barba). Inoltre, le loro associazioni cercavano di non puntare sul nazionalismo e sull'identità del paese di provenienza bensì sul discorso di classe, proprio in opposizione al nazionalismo degli elvetici (Angelo Maiolino). Occasioni di confronto vere e proprie tra autorità e associazionismo stentaronο ad arrivare, nonostante l'accordo italo-svizzero sull'emigrazione del 1964. L'unico incontro con le associazioni italiane avvenne nel 1970, quando il grosso del flusso era ormai superato (Matthias Hirt).

Già nel primo contributo di Christian Stohr, relativo alle politiche di ammissione dei lavoratori stranieri, la pluralità delle voci ascoltate è l'elemento che balza agli occhi per primo. Sono infatti presi in considerazione patronati e sindacati dei settori nei quali gli immigrati erano maggiormente impegnati, gli uffici federali e cantonali, così come le leggi, i regolamenti e i principi sui cui erano organizzati. A emergere sono le condizioni di precarietà del lavoratore straniero, contrapposte agli sforzi del sindacato prima e delle amministrazioni locali e federale poi, nel dare priorità alla salvaguardia dei livelli occupazionali dei cittadini svizzeri. Ci sembra interessante l'aver messo in rilievo il ruolo dei sindacati, soprattutto alla luce di altri studi che negli ultimi anni ne hanno sottolineato l'importanza nella difesa dei lavoratori autoctoni in contrapposizione agli stranieri (per il caso francese, ad esempio, si veda Giuseppina Sanna, *Il riscatto dei lavoratori. Storia dell'emigrazione italiana nel sud-est francese 1880-1914*, Roma, Ediesse, 2011). Un tale approccio aiuta a comprendere in quali modi e misure gli immigrati si siano opposti a questo *modus operandi* e quanto essi si siano a volte trovati più in comunione d'intenti col patronato che con il resto della classe operaia svizzera.

Uno dei saggi getta luce su un altro dei temi che meriterebbe un discorso transnazionale e di più ampie prospettive: quello relativo all'immagine dell'immigrato. Christelle Maire, analizzando alcuni manifesti politici tra il 1965 e il 1981, arriva a individuare tre fasi: la costruzione dello stereotipo, la decostruzione e l'oblio. Osservando le immagini di propaganda politica, si nota come a diverse esigenze sociali corrisposero diverse figurazioni dell'immigrato italiano che, dopo decenni, non fu più visto come il portatore di conflitti e instabilità sociale.



I capitoli di Paolo Barcella e Mattia Pelli, invece, utilizzano le parole degli stessi immigrati per parlare dell'inserimento e della vita in Svizzera. Nel primo vengono presi in esame i temi di scuola, soprattutto di istituti italiani che gli adulti frequentavano per ottenere il diploma divenuto ormai indispensabile in Italia per l'inserimento nel mercato del lavoro con l'introduzione della media unificata nel 1962. Nel secondo ci troviamo di fronte a testimonianze orali dei lavoratori dell'acciaieria Monteforno. I protagonisti raccontano gli intrecci tra lotte sindacali, i contatti con la manodopera autoctona e la xenofobia. Degna di nota è l'ipotesi di Pelli, che vede nell'inasprimento delle discriminazioni razziali uno dei motivi del maggiore impegno degli italiani nelle lotte sindacali.

Il volume si conclude con un'analisi della corrispondenza di due sindacati svizzeri negli anni cinquanta, dimostrando che essi chiedevano sempre molto al lavoratore straniero, subordinando i suoi bisogni a quelli dei lavoratori nazionali oppure esigendo l'adesione agli usi e ai valori del posto. Ma non è solo la conflittualità che emerge da questo volume, quanto un esempio di buona riuscita nella convivenza, quando l'interesse delle organizzazioni locali ai temi dell'integrazione e il dinamismo degli immigrati sembravano convergere verso un obiettivo comune, come nel caso di Losanna (Giuseppe Fonte).

Sara Rossetti

Alessandro Forte

*La Londra degli italiani. Dai Penny Ice alla City: due secoli di emigrazione*  
Roma, Aliberti, 2012, pp. 268, € 15.

L'emigrazione italiana verso la Gran Bretagna non ha mai rappresentato un fenomeno rilevante quanto quella verso le Americhe o altri paesi europei come la Francia, la Germania e la Svizzera: essa, infatti, non ha mai raggiunto l'1 per cento del totale dei flussi. Tuttavia rappresenta una storia affascinante, che per certi aspetti ricalca i modelli delle altre storie dell'emigrazione italiana e per altri presenta caratteristiche del tutto singolari.

Il libro di Alessandro Forte, rielaborazione dalla sua tesi di laurea, descrive le vicende di questa emigrazione italiana «minore», focalizzandosi sulla capitale inglese. Il volume si divide in due sezioni: la prima si incentra sulla nascita della *Little Italy* negli anni della Londra vittoriana e sulle ripercussioni dello scoppio del Secondo conflitto mondiale; la seconda, basata soprattutto su testimonianze orali, è dedicata al periodo tra gli anni cinquanta del Novecento e i giorni nostri, con una digressione sulla comunità di Bedford. In tal modo, il testo presenta un'inspiegabile lacuna per la Grande guerra e il primo dopoguerra.

Nella prima parte, dopo aver illustrato il sovraffollamento, le precarie condizioni igieniche e la diffusa miseria che caratterizzarono l'iniziale insediamento italiano a Londra, Forte si sofferma soprattutto sulla trasformazione dei mestieri

svolti dagli immigrati nel corso dell'Ottocento. Particolarmente nutrita era la presenza di artigiani settentrionali altamente specializzati che si integrarono con facilità, come accadde per il comasco Enrico Negretti e il suo socio Joseph Zambra, produttori di strumenti di precisione. Dalla metà del secolo, però, iniziarono a giungere anche venditori ambulanti, gelatai (i *penny ice* a cui si richiama il titolo per il prezzo del cono), musicisti ed esuli politici. Per tutte queste figure Forte ama ricordare le storie di successo come quella di Carlo Gatti, un gelataio italo svizzero che riuscì a creare un vero e proprio impero commerciale grazie alla sua capacità imprenditoriale. A tali esperienze, comunque, fecero da contrappunto le ben più tristi disavventure dei bambini suonatori di strada, provenienti prevalentemente dalla Val di Taro e dalle zone di confine tra Lazio, Campania e Basilicata, che raggiungevano Londra a piedi, affidati dai genitori ai cosiddetti «padroni» con contratti fittizi e ridotti in una condizione di vera e propria schiavitù. Di costoro s'interessò inizialmente Giuseppe Mazzini, che nel novembre del 1841 aprì una scuola gratuita ad Hatton Garden.

Forte delinea anche l'assistenza religiosa offerta agli immigrati italiani. In particolare, ricorda la travagliata edificazione della chiesa cattolica di San Pietro, nel cuore della *Little Italy*, un progetto prospettato fino dal 1852, grazie all'impegno di Padre Raffaele Melia, ma completato solo undici anni dopo. Tuttavia, anche in questo campo emergono carenze nel volume che, per esempio, trascura la figura di S. Vincenzo Pallotti, sebbene fosse stato proprio lui il pioniere della cura spirituale degli emigranti e colui che affidò gli italiani di Londra a Melia.

Dopo il vuoto cronologico richiamato sopra, Forte affronta gli anni trenta del Novecento e la Seconda guerra mondiale. Particolare attenzione ricevono l'attribuzione a tutti gli italiani residenti in Gran Bretagna – compresi gli antifascisti – della qualifica di *enemy within*, a seguito della dichiarazione di guerra del regime fascista, nonché l'arresto dei maschi di origine italiana di età compresa tra i diciotto e i settant'anni. Segui la deportazione degli individui ritenuti più pericolosi nei campi di concentramento, sull'isola di Man o addirittura in Canada, una misura sospesa dopo il siluramento, il 2 luglio 1940, dell'*Arandora Star*, le cui vittime inclusero ben 476 italiani.

La seconda parte del libro si apre con il secondo dopoguerra, quando, tra il 1951 e il 1961, l'immigrazione italiana in Gran Bretagna ebbe un forte incremento. Sulle orme di precedenti studi di Michele Colucci e Terri Colpi, Forte ripercorre la formazione della comunità italiana a Bedford, cittadina poco distante dall'aeroporto di Luton e importante polo industriale nella produzione di mattoni. Qui operava la London Brick Company, una fabbrica che assunse prevalentemente operai di origine meridionale. Sul versante londinese, invece, l'autore si occupa della ristorazione e del settore alberghiero, soffermandosi esclusivamente sulle storie di successo: dai cinquecento *Italian coffee bar* che, negli anni sessanta, conquistarono la capitale britannica alla diffusione delle macchine da caffè Gaggia, passando

attraverso la storia della catena di alberghi di lusso di Carmine Forte, barone di Ripley, il primo italiano ad essere nominato membro permanente della Camera dei Lord pur non essendo nato nel Regno Unito ma a Monforte, in provincia di Frosinone. Ma è soprattutto sulla storia delle trattorie italiane che si concentra il testo, che ricorda la Trattoria Terrazza di Mario Cassandro e Franco Lagattola, la catena Spaghetti House di Simone Lavarini e Lorenzo Fraquelli, nonché i ristoranti di grido di Mauro Sanna, specializzati nella cucina regionale sarda.

Tra tante luci, non mancano le ombre, rappresentate dai numerosi giovani italiani tossicodipendenti che, a partire dagli anni ottanta, si sono ritrovati nelle carceri londinesi o nei centri di riabilitazione, spinti a espatriare alla volta della capitale britannica dai migliori standard assistenziali e sanitari inglesi. Ma, ancora una volta, Forte predilige le note positive. Così, nella sua ricostruzione, la Londra dell'eroina cede presto il passo alla City, la capitale della finanza europea che ha attratto banchieri e aspiranti finanziari italiani, come Enrico Bombieri e Filippo Gori, due dei massimi dirigenti della banca statunitense J. P. Morgan. Con questi flussi viene a chiudersi il cerchio dell'emigrazione qualificata che, se all'inizio dell'Ottocento era stata rappresentata da artigiani iperspecializzati del Settentrione, oggi è costituita da giovani laureati provenienti dalla medesima area, tra i quali non mancano medici e ricercatori.

Nonostante il taglio celebrativo del volume tenda a evidenziare i successi di due secoli di presenza italiana a Londra, Forte afferma che «Non è facile stabilire se ci voglia più coraggio a restare o a partire» (p. 246). La sua conclusione è, pertanto, la formulazione dell'augurio che tutti gli emigranti che ha incontrato a Londra e gli hanno fornito le informazioni per il suo studio conservino nel cassetto un biglietto di ritorno per l'Italia che, per ripartire, ha bisogno anche di loro.

*Rossana Longobucco*

Isabella Insolubile

*Wops. I prigionieri italiani in Gran Bretagna (1941-1946)*

Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 2012, pp. xxxvii-358, € 38.

Nell'ambito delle vicende legate alla Seconda guerra mondiale, uno degli aspetti più controversi è rappresentato dalla questione delle «colpe dei vincitori». Per lungo tempo, gli storici (in particolare quelli tedeschi e quelli italiani) hanno trascurato, per vari motivi, il tema delle ingiustizie e delle violenze commesse dagli Alleati e dall'Unione Sovietica ai danni di militari e civili. E in tale contesto, si colloca pure la vicenda dei prigionieri di guerra italiani. L'opera di Isabella Insolubile, in particolare, indaga su una questione tutt'altro che secondaria, sebbene generalmente ignorata, vale a dire la detenzione degli italiani nei campi di prigionia britannici. Durante la Seconda guerra mondiale, infatti, nel Regno Unito furono

internati quasi 160.000 italiani e molti di loro, nonostante l'armistizio siglato l'8 settembre 1943 dagli Alleati con il governo italiano, poterono rientrare in patria solo a distanza di molti mesi dalla fine delle ostilità.

Finora, i principali contributi storici sull'argomento erano stati forniti da studiosi inglesi, i quali, però, hanno basato le loro ricerche esclusivamente sulle fonti locali. Del resto, come la stessa Insolubile ha rilevato, la memorialistica prodotta dagli ex prigionieri italiani in Gran Bretagna è piuttosto limitata. Un fatto, quest'ultimo, dovuto probabilmente alla scarsa presenza di ufficiali sul suolo britannico, nonché alle condizioni di vita, più «umane» rispetto ad altri contesti, dei detenuti italiani. Per colmare questa lacuna storiografica, l'autrice ha condotto un'accurata e approfondita ricerca presso gli archivi italiani, in particolare quello del Ministero degli Affari esteri, e presso i National Archives londinesi, dove sono state consultate, principalmente, le carte del Foreign Office, del Ministero della Guerra e del Ministero degli Interni. Il risultato ottenuto è, a nostro avviso, eccellente: l'autrice, da un lato, ci fornisce un quadro molto dettagliato del regime di prigionia, delle condizioni di vita dei militari italiani e del trattamento da loro ricevuto dalla popolazione e dalle autorità britanniche. Dall'altro lato, vengono ricostruite con chiarezza le varie dinamiche politiche, molto spesso ambigue, che hanno determinato le scelte del governo britannico e di quello italiano.

L'opera, strutturata secondo il criterio cronologico, è suddivisa in due parti. Dapprima, vengono ripercorse le varie fasi della cattura degli italiani in Africa e il loro successivo trasferimento in Gran Bretagna. Il governo britannico, inizialmente, non intendeva detenere i prigionieri sul suolo della madrepatria, quanto, piuttosto, deportarli nei paesi del Commonwealth. Tuttavia, sulla base di considerazioni di natura prettamente economica, gli inglesi decisero di trasferire nel Regno Unito i prigionieri italiani (che erano ritenuti «docili» e sostanzialmente «apolitici») per compensare la carenza di manodopera, soprattutto nel settore agricolo. Vengono quindi delineati i tratti della cosiddetta «buona prigionia»: i soldati italiani, infatti, pur soffrendo delle privazioni tipiche della detenzione, ricevettero cibo e alloggi adeguati, oltre a una piccola retribuzione statale per il lavoro svolto. Anche i rapporti stilati da varie organizzazioni all'epoca evidenziavano che le condizioni generali dei prigionieri, nonché il loro grado di disciplina, erano complessivamente buoni. Naturalmente, la situazione era tutt'altro che idilliaca: in alcuni campi, le strutture non erano sufficienti e i rapporti con il personale britannico si rivelarono più difficili. Ciò nondimeno, dai documenti sembra emergere abbastanza chiaramente che le difficoltà dei detenuti erano di natura psicologica, più che fisica. Nel giro di poco tempo, i soldati italiani, nonostante la forte nostalgia di casa, si erano adattati alla vita di prigionia, una prigionia fatta di lavoro e vissuta in strutture confortevoli. Per alcuni, poi, l'impiego all'esterno dei campi offriva anche margini più ampi di libertà, nonché l'occasione di entrare in contatto con la popolazione civile. E per quanto le autorità britanniche avessero imposto ai

prigionieri il divieto di fraternizzazione con i civili (in particolar modo con le donne), in molte occasioni, queste regole vennero violate.

Nella seconda parte del volume, viene analizzato l'impatto degli eventi dell'estate del 1943 sulla vita dei prigionieri, dalle divisioni che sorsero all'interno dei campi tra una popolazione che, dopo l'8 settembre e la cobelligeranza, si sentiva ancor più disorientata, alle difficoltà pratiche che i detenuti dovettero affrontare in seguito alla trasformazione del sistema di prigionia. D'altro canto, se con l'armistizio e la successiva dichiarazione di guerra alla Germania (13 ottobre 1943) l'Italia aveva potuto modificare il proprio status da potenza nemica a cobelligerante, lo stesso non poteva dirsi dello status dei detenuti, che, al di là delle definizioni, restarono sostanzialmente «prigionieri di guerra». Ma non solo: come si evince dalle corrispondenze tra il governo britannico e il nuovo governo italiano guidato da Badoglio, ai detenuti, adesso in veste di «cooperanti», non sarebbero state più applicate le limitazioni imposte dalla Convenzione di Ginevra e, quindi, essi avrebbero potuto essere utilizzati in servizi e lavori direttamente connessi allo sforzo bellico. La questione dei rimpatri fu altrettanto controversa, nonché condizionata dalle più classiche pratiche clientelari. Peraltro, da un lato, il governo italiano non desiderava che il rimpatrio dei prigionieri avvenisse troppo alla svelta, date le condizioni in cui versava il Paese, e cercò, per quanto possibile, di lasciare agli Alleati l'onere del mantenimento e della gestione dei detenuti. Dall'altro, le autorità britanniche, nel giugno del 1945, decisero di non prendere alcun impegno preciso riguardo alla tempistica dei rimpatri per poter completare il raccolto di quell'anno. Pertanto, la parabola dei prigionieri italiani in Gran Bretagna si concluse solo dopo molti mesi dalla fine della guerra e il ritorno alla normalità non fu facile né per coloro che fecero ritorno in un'Italia in macerie, né per quella minoranza che decise di restare in Gran Bretagna. Si trattò di una prigionia «interminabile», ma anche, sotto molti aspetti, «fortunata» per coloro che la subirono. E se non c'è dubbio che il governo britannico agì non tanto sulla base di un presunto senso di correttezza, ma, piuttosto, sulla scorta di considerazioni meramente economiche e propagandistiche, è altrettanto vero che, come scrive l'autrice, «la cattività fu una conseguenza diretta della scelta fatta, e degli applausi sotto il balcone di piazza Venezia» (p. 330).

Luca Biancani

Flavio Giovanni Conti

*I prigionieri italiani negli Stati Uniti*

Bologna, il Mulino, 2012, pp. 541, € 28.

Fino a poco tempo fa Flavio Giovanni Conti era uno dei pochi studiosi connazionali a occuparsi scientificamente del tema della prigionia italiana in mani alleate. Suo, infatti, il merito di aver affrontato per primo l'argomento con

un'amplissima discussione già nella seconda metà degli anni ottanta [*I prigionieri di guerra italiani (1940-1945)*, Bologna, il Mulino, 1986]. Da allora, gli studi su questo argomento si sono moltiplicati, pur restando il tema della «buona prigionia» in mano angloamericana uno dei più trascurati, da un punto di vista storiografico ma anche memorialistico, nell'ambito della storia della cattività durante i conflitti mondiali. Nel nuovo lavoro Conti approfondisce il capitolo che gli sta da tempo più a cuore, quello della detenzione di circa 51.000 italiani negli Stati Uniti, nel periodo dicembre 1942-febbraio 1946. Con questa monografia sulla detenzione americana, l'autore pone rimedio al principale limite del suo volume precedente che, nella sua complessità e ampiezza – e restando, in questo, ancora insuperato – risentiva di un'evidente ristrettezza di fonti, essendosi concentrato unicamente sul materiale proveniente da archivi statunitensi e finendo con il trascurare la documentazione britannica.

Basandosi su un'ampia documentazione archivistica italiana e americana, e su un necessario e costante, ma anche critico, riferimento alla memorialistica disponibile sul tema, Conti affronta in maniera dettagliata le numerose fasi della detenzione dei prigionieri italiani negli Stati Uniti, dalla cattura – in Africa, soprattutto, ma anche in Sicilia e, dopo l'armistizio, ad Anzio e a Nettuno – al rimpatrio. L'opera, divisa in due parti, tratta, nella prima, l'argomento da un punto di vista generale, analizzando tematiche militari e politico-diplomatiche – si veda, ad esempio, l'importante capitolo relativo a «I negoziati» per l'utilizzazione e lo status dei prigionieri di guerra italiani dopo l'armistizio – ma non trascurando di approfondire argomenti complessi anche da un punto di vista «sociologico», come quello della reazione dell'opinione pubblica americana alla presenza dei prigionieri stessi e, soprattutto, quello dell'influenza della potente comunità italoamericana sulla gestione dei connazionali detenuti negli Stati Uniti. Nella seconda parte, prima del discorso relativo ai rimpatri, vi è il racconto di questo importantissimo capitolo di prigionia attraverso la storia dei principali campi di detenzione, a partire dalla loro edificazione e dalla loro organizzazione gestionale interna. I campi esaminati, da quello molto noto di Hereford, impropriamente definito «fascista» da uno dei suoi «ospiti» più famosi, Roberto Mieville, a quelli meno conosciuti situati nel Missouri, nel Tennessee, in California, nelle Hawaii e così via, sono scelti in base a caratteristiche di rappresentatività di una realtà di prigionia assai variegata e distribuita in più di 140 strutture collocate in tutto il territorio statunitense. Posizionati inizialmente per rispondere a esigenze puramente detentive, con il passare del tempo e soprattutto dopo l'avvio della cooperazione, i campi che ospitarono i prigionieri italiani furono collocati perlopiù sulla scorta delle necessità di manodopera manifestate dai vari settori occupazionali. Il lavoro svolto dagli italiani, connesso o no alle operazioni belliche, è un altro elemento centrale della storia ricostruita da Conti: i prigionieri – tali rimasero gli italiani, per tutto il tempo della loro permanenza negli Stati Uniti,

anche se cooperatori e inquadrati nelle Italian Service Units – furono impiegati in agricoltura, nella raccolta del cotone, nella manutenzione delle strade, nelle fabbriche, oltre che all'interno dei campi stessi, dove furono cuochi, sarti, falegnami e così via.

Altro importante e opportuno approfondimento è quello relativo alla non cooperazione. Attraverso l'analisi di casi individuali e di parametri collettivi, Conti conferma che l'opzione a favore o contro la collaborazione con i detentori fu conseguenza, nella maggior parte dei casi, anche per gli italiani in America, di ragionamenti assolutamente non politici ma pratici o «etici»: la speranza del rimpatrio o di una maggiore libertà, la protesta per il mancato cambiamento di status e la «ribellione della dignità offesa» (p. 297), scrive l'autore citando le parole di uno dei più noti prigionieri di Hereford, Aurelio Manzoni. Successivamente, quando le posizioni si chiarirono e Hereford divenne il campo destinato ai non cooperatori più intransigenti (tutti gli ufficiali) – tra loro, ricorda Conti sempre con le parole di Manzoni, «alcuni dei più begli intelletti italiani del nostro tempo» (p. 285): gli scrittori Giuseppe Berto, Dante Troisi, Gaetano Tumiati; il pittore Alberto Burri; il musicista Mario Medici; il matematico Mario Baldassarri, e altri – la scelta di non cooperare fu compiuta da fascisti come Mieville, comunisti come Dello Jacovo, intellettuali che sarebbero diventati cittadini consapevoli della nuova Italia democratica, come il professor Renzo Barazzoni, convinto che non ci si potesse accodare al vincitore rifiutando «la parte di responsabilità che ci siamo assunti condividendo, di fatto, quella, ben più grande e terribile, di aver precipitato l'Italia in guerra» (p. 297).

La detenzione degli italiani negli Stati Uniti, definita da Conti la migliore da un punto di vista materiale che i soldati delle forze armate regie dovettero subire durante il secondo conflitto – e tuttavia sottoposta, in alcuni casi, a dei ricatti altrove impensabili: si pensi alla netta riduzione, nella primavera del 1945, delle razioni alimentari distribuite a Hereford, come forma di punizione per la mancata cooperazione e per la scoperta del trattamento riservato ai prigionieri in Germania – non fu ovviamente sempre conforme alle norme della Convenzione di Ginevra e non mancarono episodi di netta violazione e di veri e propri soprusi, al limite del crimine di guerra: Conti racconta, infatti, di aggressioni, ferimenti e addirittura uccisioni di prigionieri da parte di sentinelle troppo spesso inadatte al compito assegnato loro. Tuttavia, quella degli italiani negli «sua» – come si diceva allora, italianizzando autarchicamente anche gli acronimi – fu una delle esperienze di cattività meno difficili della Seconda guerra mondiale: nell'insieme, i prigionieri mangiarono bene e molto, furono curati in modo adeguato, impiegati in lavori non usuranti e che solitamente svolgevano volentieri, ricevettero una costante assistenza religiosa, poterono usufruire di attività educative e di svago. Soprattutto, furono al sicuro, molto più di quello che erano quando si trovavano al fronte e di quello che sarebbero stati restando in

Italia. La loro «buona prigionia» fu una conseguenza di più fattori, che andavano dall'estraneità del territorio dalla linea del fronte alle risorse economiche dei detentori, dalle necessità di «rieducazione democratica e filoccidentale» degli ex nemici all'influenza politica della comunità italoamericana. Soprattutto, il buon trattamento fu l'effetto pratico di un atteggiamento mentale, cioè la convinzione, propria degli Alleati – non solo degli statunitensi – della necessità di una gestione attinente alle normative internazionali relative ai prigionieri, nel contesto di un'auspicata reciprocità e oltre tale ambito.

Ciononostante, anche l'esperienza americana dei prigionieri italiani conservò i caratteri tragici, da un punto di vista psicologico, di ogni cattività: la mancanza di libertà, la lontananza da casa, la difficoltà di avere contatti con le famiglie, l'ostilità della popolazione detentrica, l'inattività e la noia, la sensazione di impotenza e di inutilità, la rigidità di alcuni comandanti nemici, l'indottrinamento e le pressioni politiche e, soprattutto, il tempo apparentemente interminabile della detenzione stessa, furono anche negli Stati Uniti ineliminabili compagni di prigionia.

Il volume, corredato da alcune belle fotografie, si pone come un contributo importante all'interno di un discorso che, taciuto a lungo per motivazioni diverse – dall'attenzione dedicata a esperienze più drammatiche e più utilizzabili «politicamente» (si pensi alla prigionia in Russia) alla necessità di dimenticare in fretta la guerra «italiana» del 1940-43, della quale quei prigionieri erano il simbolo più evidente, e, ancora, al bisogno di non sollevare dibattiti o interrogativi sul comportamento dei «liberatori» angloamericani – sta ricevendo oggi una nuova attenzione, quasi sempre scientificamente strutturata.

*Isabella Insolubile*

David Cook-Martin

*The scramble for Citizens: Dual nationality and state competition for immigrants*  
California, Stanford University Press, 2013, pp. 205, € 34.50 (\$ 45.00).

*The Scramble for Citizens* shows us how three states (Italy, Spain and Argentina) have competed and struggled to claim a portion of the population that has moved between its borders over the past two centuries.

In a flexible, clear, and concise way, David Cook-Martin formulates a historical reconstruction of the strategies adopted by the states in order to create and maintain links with a mobile population, while allowing us to know the tactics that people have developed to respond to these competitive dynamics. The adoption of a top-down perspective – through the study of official documents – and a bottom-up perspective – through his ethnographic work in three contexts – makes his work original, highly valuable and well-balanced, since



the author gives voice to both: individuals and their agencies and nation-states and their agendas.

The book is organized into five chapters. In the first one, the professor of the Grinnell College proposes a historical overview of the conformation and situation of the states in the nineteenth and first half of the twentieth century. He shows how Italy during the unification process was a state without a nation, how Spain (the oldest nation-state of the three studied) was in a moment of political struggles after the loss of colonies and the 1898 debacle, and how Argentina was a state without a population which developed the idea that migration of white men would bring progress and modernity (though there was never a consensus among members of the Argentine political elites on who would bring that progress: if white Europeans from the North or from the South). By using demographic sources, studying the institutionalization processes and the migration policies developed, David Cook-Martin illustrates how, in the mass migration period, the direction of migration flows was from North to South, which were the differences between the Spanish and Italian migratory paths (their different rates of female migration and return) and the first political reactions in the European countries of emigration (particularly strong during the advent of conservative nationalism). Moreover, he compares the naturalization policies developed by Argentina and Brazil in the late nineteenth century, showing that the first country opted for «softer» policies and laws by not proposing an «automatic naturalization» for migrants, as the second did, but choosing to make citizens of the children of migrants and using other (more indirect) measures in the educational system and at the associative level.

Chapter two moves forward in time and focuses on the connections between «the revealing threesome» after the Second World War. While the mass migration period was coming to an end, Argentina and the two European states signed bilateral treaties, the Argentine executive promoted selective immigration policies (preferably white South Europeans) as the international political and economical scenario shifted. In the 70's and 80's the reversal in migration flows began, Spain and Italy started to receive migrants and they commenced to develop and to explicitly state their ethnic preferences for the descendants of their emigrants in their immigration and nationality laws respectively. Meanwhile, Argentina became a country of migrations (recognized by law in 2004).

In chapter three the ethnographic section begins. As a result of a field work that includes approximately sixty interviews in all three countries, the author describes how current procedures to obtain Spanish and Italian citizenship are experienced by the descendants of migrants. The particularities of what he has defined as «paper industry» are detailed, and the tactical and emotional reasons employed by individuals to justify their desire to get dual citizenship are analyzed. Thereon the current debate around the value of citizenship arises

through the discourses generated by authors such as Spiro, Shachar and Joppke. David Cook-Martin concludes that the paradox of the increasing (Shachar) and the decreasing (Spiro) importance of citizenship is not as such, as the value of citizenship depends on the frame of reference that is taken: it declines if one thinks about the state jurisdiction and it raises when one takes into consideration the status and opportunities. On the other side, the very title of this chapter, «Grandma's passport», can be read as provocative in gender terms. Even though there have been political and legal measures that permit the descendants of migrants to have access to European citizenship by *jus sanguinis*, the author points out that it is also worth noticing that the transmission of citizenship to the offspring has been conditioned by gender bias until the second-half of the twentieth century. For instance, the capacity of migrant women – especially the ones with Italian origin – to maintain and transmit their citizenship to their children was impeded or strongly restricted as their migration was seen as secondary and as part of a family project.

In chapter four, the debate about citizenship continues and David Cook-Martin discusses how nowadays citizenship has three characteristics: it is flexible, expansive, and valued differently. He proposes a new concept, «dissimilation», as a process of differentiation that reconfigures the meaning of citizenship. He explores the implications that this process has, on the one hand, on the workplace of two Spanish localities which had developed ethnic affinity policies toward descendants of emigrants and, on the other hand, on the question of extraterritorial vote exercised by the descendants of Italians living in Argentina. This chapter collects and develops previous published studies of the author.

In the last chapter, «Citizenship in an Integrating World», the author supports an international political field framework, instead of conventional nationalist or post-national perspectives on citizenship studies. He finds similarities between transnational perspective and international political field framework and suggests the need for further researches on citizenship, belongings, identities, allegiances, and legal affiliations with a long-term standpoint and a multilevel approach. Precisely in line with this, the development of future analysis that take into consideration the ethnic affinity policies developed in different Italian regions (such as Lombardy, Friuli-Venezia-Giulia or Veneto), as well as the political implications of the vote of Spanish-Argentine dual citizens who reside in Argentina, could be advocated.

Recommended and praised by Mark Choate and Christian Joppke, the book *The Scramble for Citizens* is definitely an innovative and valuable contribution. It offers a rich multidisciplinary approach (historical, political, sociological and anthropological) essential to understanding the contemporary meaning of citizenship.

*Ana Irene Rovetta Cortés*

Elena Gianini Belotti

*The Bitter Taste of Strangers' Bread. An Italian Immigrant in America*  
New York, Bordighera Press, 2012, pp. 430, \$24.

Twenty-five million Americans claim Italian heritage, so it is hardly surprising that the immigrant experience has enjoyed enduring popularity in fiction, film, and memoir for over a century in the U.S. Such has not been the case in Italy, a country that has struggled to come to terms with its emigrant past, the exodus of millions relegated to the margins of an illustrious literary tradition. This discrepancy accounts, perhaps, for the success of Elena Gianini Belotti's *Pane amaro. Un immigrato italiano in America*, awarded the Elsa Morante Prize for best work of fiction in 2006. Translated in 2012, *The Bitter Taste of Strangers' Bread* recounts a version of the immigrant experience less familiar to the American reading public. While stories of hard-won successes have come to define the immigrant narrative for descendants of Italian Americans, tales of heart-wrenching defeats are largely untold, particularly those of Italians who returned to their villages broken physically and psychologically by their American experience. Belotti's novel is among the most recent additions to this latter category, a novel inspired by the real life experiences of her late father, a semi-literate and unskilled laborer who arrived in the U.S. in 1910. Belotti, in fact, dedicates the book to her father, basing her fictional reconstruction of events on a diary he kept until his return to Italy in 1922.

At the very least, the novel is ambitious: a 430-page tome that traces Gildo's fictional transatlantic journey from his village in northern Italy's Val Seriana, across the North American continent to a remote railroad camp in Renton, Washington. Although Gildo's peregrinations take him as far as San Francisco, much of the book's action unfolds in the Pacific Northwest, an area whose mining and railroad industries benefitted from cheap immigrant Italian labor. The geography here will recall Angelo Pellegrini's *American Dream*, a coming of age memoir set in Washington during the same decade; however, *Bitter Bread* goes to the heart of the immigrant experience, focusing on the harsh conditions and fierce exploitation Italians faced in this isolated region.

Unlike their urban compatriots, Italians in outlying Western regions were cut off from the outside world, without access to the network of social services provided by religious and philanthropic organizations. As Gildo and his companions quickly discover, towns – even the nearest supply stores – are miles from the work camps where they toil in sub-human conditions, their inner reserves tested beyond all limits. Disillusioned, alone, and defenseless they can only look inward, contemplating failure and aching for families left behind.

The book's title leaves little doubt as to what awaits the protagonist from the moment he and his small group settle on a plan to leave Abbazzia. Duped

by shipping line agents, overcharged by boarding house owners, sold fake train tickets and abused by American bosses, the Italians are particularly disdained. They suffer in silence, as well they must, since among their losses the most traumatic is that of language. Irreparable loss – of family, customs, and all that is dear – is the leitmotif that runs through the novel, and the theft of Gildo's most precious possession is a fitting metaphor for future dreams that will never materialize. Loss, along with the attendant themes of profound alienation and the shattering of self, recall the canonical works of early twentieth-century authors, especially those of De Amicis (*In America*); Pirandello (*The Other Son*); and Maria Messina (two short stories entitled *La Mèrica*), published in the years that encompass the novel's timeframe.

If *Bitter Bread* owes a thematic debt to the canon's iconic works, stylistically it represents a sharp departure from its predecessors, short stories that rely on stark images and pared-down language to deliver their tragic message. Despite an engaging storyline and a wealth of documentary material that even the most knowledgeable of readers will find fascinating, the novel suffers from overwrought descriptions that diminish its emotional impact. Lengthy passages and a repetitive lexicon that describe the protagonist's string of misfortunes quickly exhaust the reader, failing to evoke an emotional response commensurate with his sufferings. The unrelenting downward spiral of events ultimately numbs our sensibilities, with the result that we pity Gildo from afar rather than care deeply about him as a character.

Similarly problematic is the novel's handling of historic information. The period's seminal events, including World War I, the 1918 Influenza Pandemic, Italy's Libyan War, Prohibition, and the trial of anarchists Sacco and Vanzetti, are rarely woven effectively into the broader tapestry of Gildo's saga. Instead, factual intrusions presumably intended to educate readers break the narrative momentum. Artistically, however, these authoritative interjections are less than satisfying, as the straightforward presentation of facts remains disconnected from the character's immediate reality. (Unfortunately, occasional spelling, typographical, and factual errors not in the original are also a distraction.)

Despite these shortcomings, *Bitter Bread* contains many splendidly crafted passages, especially the inner monologues of Gildo's weary mother which reveal personal heartbreak and the stark hardships that triggered emigration. After Gildo submits to having his head shaved in preparation for the journey, his mother can only reflect on the uncertain future that awaits her sensitive son. «She swept up the hair scattered on the floor and tossed it into the flames. It crackled brightly, filling the kitchen with its acrid odor. She had expected Gildo to rebel against the scalping; or rather, she had hoped to see him react at least this once. Instead he had put himself in Giacomo's hands like a lamb.» Equally captivating are those scenes involving Gildo's indefatigable sister-in-law, Ninetta, in whom

many readers will recognize the ghosts of legendary grandmothers, determined to succeed in their adopted country. A woman who straddles the Old and New Worlds with clarity and tenacious resolve, Ninetta brings a welcome balance to the story. Those whose ancestors found an America less demonstrably cruel, xenophobic and self-serving than the one depicted in *Bitter Bread* will appreciate the inclusion of such a character as the novel is, at its core, a harsh critique of the American economic system that necessitated the exploitation of immigrants. To this point, it should be remembered that *Bitter Bread* is a re-elaboration both of history and a personal memoir told by a contemporary voice. As such, it will stand first and foremost as a daughter's moving tribute to her father's immigrant past.

*Elise Magistro (Scripps College)*

William J. Connell and Fred Gardaphè, eds.  
*Anti-Italianism: Essays on a Prejudice*  
New York (NY), Palgrave Macmillan, 2010, pp. 210, \$28.

Connell and Gardaphè's *Anti-Italianism: Essays on a Prejudice* is the result of a conference held in 2004 at Seton Hall University, on the heels of a nationwide campaign against Italian ethnic stereotyping in the children's film *Shark Tale*. Focusing on the historical injustices experienced by Italian Americans, the volume moves chronologically from the roots of anti-Italian discrimination in the religious wars of Europe, through late nineteenth and early twentieth century anti-immigrant discrimination in America, up to its contemporary manifestation in media stereotypes of Italians as Guidos or mobsters. The book positions anti-Italian discrimination in the context of racial discourses and civil right struggles in American history by arguing that Italian Americans were once considered people of color and that while they took refuge under the cover of whiteness they never received its full privileges. The book also makes several contributions to debates among anti-discrimination activists by reviewing, self-critically, the strategies employed by organizations currently involved in fighting against negative representations of Italian Americans in popular culture.

Starting with William J. Connell's essay, which roots anti-Italianism in older European discourses associated with the Calvinist movement, the first third of the book is focused on historical research. Connell's deep pre-immigration history is followed by Peter Vellon, who explores the lynching of Italian immigrants in the American South in the years between 1880 and the First World War. Vellon argues that the use of lynching in the Jim Crow South reveals how Italian immigrants were grouped with African Americans rather than with other «white» immigrant groups. Similarly, Peter R. D'Agostino looks at discrimination against

Italian immigrants within the U.S. Catholic Church, connecting discrimination to an Irish and German church hierarchy that disapproved of Italian religious traditions and opposed Italian unification during the Risorgimento. The history of discrimination is then positioned in relationship to the state in Elizabeth G. Messina's examination of I.Q. testing in the years after WWI. Messina argues that Italian Americans were labeled as intellectually inferior due to the culturally biased nature of the Army Alpha and Beta I.Q. tests, which played a major role in the debates that resulted in the 1924 immigration quota system. The supposed science behind the I.Q. tests had severe implications for Italian Americans, particularly when it came to education systems where curriculums and academic counseling began to limit Italian American social mobility. This phenomenon is also noted in several of the more personal essays in the book, such as Joanne Detore-Nakamura's insightful memoir of growing up Italian American.

As the chronological progression of the book moves past World War Two, the essays show increased interest in Italian American representations in popular culture. For example, Anthony Julian Tamburri examines Frank Sinatra's relationship with the civil rights movement while Dominic L. Candeloro examines the popular radio show «Life With Luigi,» which he calls the most influential presentation of Italian American life prior to the Godfather films. Joseph V. Scelsa examines the effect of anti-Italianism on second- and third-generation Italian immigrants, as the failure to get «Italian American» recognized as an ethnic minority resulted in large numbers of Italian American scholars being fired from the public university system during the 1970s. Susanna Tardi looks at the changing roles of Italian American women within the family as the children and grandchildren of immigrants attempted to join mainstream American culture. A similar process of assimilation is also reviewed by Salvatore J. LaGumina, who suggests that by the fourth generation most Italian Americans identified solely as Americans, having become alienated from their Italian heritage.

In the volume's last four essays historical themes are replaced by discussion of current anti-discrimination activism. Gina Valle explores stereotyping in the book publishing industry, recounting her personal experience of being forced off of an oral history project, while Jerome Krase reviews the campaign against *Shark Tale*, an animated film featuring mobster-like marine life with Italian personas. Outrage over the film led to the formation of the Coalition Against Racial, Religious and Ethnic Stereotypes (CARRES) as well as the 2004 conference that resulted in this collection of essays. According to Krase, despite their failure to disrupt the release and distribution of *Shark Tale*, CARRES represented a success because this was the first time that all the major national Italian American organizations (UNICO, OSIA, Tiro a Segno, NIAF) came together to fight against stereotyping.

LindaAnn Loschiavo, on the other hand, is critical of CARRES, arguing that the problem lies not in the gangster imagery in *Shark Tale* but in the lack of alternative images and stories about Italian Americans. She examines 1,000 non-profits associated with minority groups in the United States and finds that Italian Americans are the only major ethnic group without a non-profit focused on supporting ethnic authors. She suggests that instead of attacking the media, activist groups should be nurturing writers and promoting more diverse representations of the Italian American experience. Loschiavo's frustration with the fight against *Shark Tale* is echoed in a more theoretical manner by Donald Tricarico, who re-reads the much maligned Guido subculture, made popular in MTV's *Jersey Shore*, as a tactic used by Italian American youth to carve out respect within the diverse social field of urban youth culture. He feels that anti-defamation activists opposed to shows like *Jersey Shore* have devalued the legitimate ethnic agency that «Guido» represents and end-up playing the role of culture-police by refusing to recognize Guido as a legitimate expression of Italian American youth identity.

By concluding with Loschiavo and Tricarico, Connell and Gardaphé emphasize the potential for a constructive activism that employs cultural production to shape ethnic representation in mainstream media. This collection of essays therefore both adds to scholarship documenting the historic roots of anti-Italianism and contributes to current struggles against ethnic stereotyping. However, the book's shift from historical research to representations of popular culture and finally to anti-discrimination activism is not well integrated, a flaw that leads to a broken dialog reflecting the interdisciplinary and contentious nature of the Seton Hall conference. Yet, despite this problem, this volume remains a worthwhile read for both academics interested in the role of race in American history and activists struggling against discrimination and ethnic stereotyping in contemporary society.

*Andrew Hoyt (University of Minnesota)*

Jonathan J. Cavallero

*Hollywood's Italian American Filmmakers. Capra, Scorsese, Savoca, Coppola, and Tarantino*

Champagne (IL), University of Illinois Press, 2011, pp. 232, \$27.00 (Paperback), \$75.00 (Cloth)

An important contribution to the ever growing field of Italian American media studies, Jonathan J. Cavallero's book surveys the work of five directors with Italian backgrounds who have worked within the Hollywood studio system. Mixing ethnic studies with rigorous formal analysis that is corroborated by compelling

textual evidence, the author creates a path linking the work of otherwise very different filmmakers both in their approach to the medium and their understanding of their own Italian Americanness. Cavallero aptly summarizes his mission in the concluding chapter of the book when he writes that «through their movies and their public images, Frank Capra, Martin Scorsese, Nancy Savoca, Francis Ford Coppola, and Quentin Tarantino have worked to construct the imagined community of Italian America and have shaped the ways individual Italian Americans understand their own identities. By charting the ways in which their movies mobilize Italian ethnicity, we can better understand the relative acceptance of Italian Americans in American society and the Hollywood film industry at different historical moments» (p. 160).

In his review of literature (pp. 7-9), Cavallero argues that many works by eminent scholars in Italian American Studies lack the necessary breadth to truly give an account of how «Italian American experiences» (p. 7) have been embodied (or found their incarnation) in Hollywood both in front of and behind the camera. The author maintains that by narrowing the scope of their analyses, Fred Gardaphé (2006) and Robert Casillo (2000) fail to account for the diversity and variety within Italian Americanness. But while Cavallero makes valid points in addressing the shortcomings of Bondanella (2004) and Lourdeaux's (1990) studies, he is also guilty of the same sins, if sins they are: his choice of filmmakers is exclusionary just as much as Gardaphé's, and he does not really illustrate why he chooses to focus specifically on them. This is not to say that *Hollywood's Italian American Filmmakers* is not a book of a talented and rigorous scholar; in fact, his work on lesser-known films such as Frank Capra's 1926 *The Strong Man* (pp. 15-19) is refreshingly detailed, and his reading of such classics as *Mr. Smith Goes to Washington* (1939) in the key of ethnic studies proposes unvisited avenues for the scholar of the filmmakers whose careers he does survey.

In his premier chapter Cavallero attempts to disentangle the intricate question of Frank Capra's relationship with his own ethnicity. He argues that, despite apparent efforts to underplay his ethnicity, «Capra introduced an ethnic aspect into a Hollywood cinema that often tried to erase ethnic difference. Rather than being of minor interest in a few Capra films, these ethnic immigrant concerns are a major aspect of his filmography, appearing in every phase of his nearly forty-year career» (p. 13). In tackling the films of Martin Scorsese in his second chapter, the author joins the conversation on works that have received a great deal of critical attention, both for their appropriation of the Italian American discourse and for achievements in cinematic art at large. Cavallero observes that «Scorsese's fictional films about Italian Americans do not embrace the Italian American experience in order to level ethnic and racial prejudice. On the contrary, they perform an almost anthropological function» (p. 49). By critiquing Italian American culture from within, his films offer a vantage point through



which a deeper understanding of its trappings and its shortcomings is possible. The author shows the originality of his voice in his remarks on *Gangs of New York* (2002), which are the most compelling pages in this chapter. Very insightful, albeit not entirely fleshed out, is also his discussion of the *Italianamerican* (1974) and *The Departed* (2006).

Nancy Savoca is perhaps the least Hollywood affiliated director in this roster, considering her troubled relationship with the studio system and her strong identity as an independent filmmaker. As the subtitle announces, Cavallero's chapter focuses on «ethnicity, class, and gender,» concluding that «Savoca targets what Edvige Giunta has labeled the 'double marginalization' of Italian American Women. Banished from assimilated white American culture because of their ethnic identities and marginalized within their ethnic group because of their gender, these women struggle to find a place within their neighborhoods and families» (p. 79). The inclusion of Savoca in the book invites the author to compare her work to that of Martin Scorsese, a comparison that seems pertinent only to a limited extent, since two of her films explored in the volume focus on characters whose ethnicity is other than Italian American. Certainly, the representation of marginality across minority groups is a parameter that should be kept present throughout a discussion of ethnic filmmakers; however, the author himself cautioned against approaches that collapse difference, arguing that they tend to ignore the historical specificity of each immigration.

In the following chapter Cavallero uses the *Godfather* trilogy as a case study «to interrogate the myths that have sprung up around Italian American ethnicity, the assumptions that ground these myths, and the goals these myths seem to achieve» (p. 100). Here the theoretical frame of reference is «ethnic nostalgia,» a sentiment in which the Coppola films are undoubtedly steeped. While appreciative of the masterful cinematic achievements that are *The Godfather Part I* and *Part II*, Cavallero is intelligently not deferential to these classic titles, arguing that «the films' nostalgia is seductive and encourages the embrace of a conservative worldview that relegates women and minorities to a subordinate status» (p. 101).

In the final chapter the author tackles Quentin Tarantino, whose take on ethnicity, he argues, is not to be sought in his characters, but in his appropriation of the source material, because «for Tarantino, previous movies become the raw material from which he crafts new messages, and these messages reveal the role that media productions have played in this artist's understanding of his ethnic self» (p. 127). Cavallero believes that it is via the postmodern techniques of pastiche and palimpsest that «the man who was once rather insensitive to ethnic issues has become a pop cosmopolitan» (p. 128). It is impossible to disagree with the author when he argues that the key to understanding Tarantino's cinema lies in the study of his sources. However, Cavallero's take on the director's own ethnicity might be conditioned by his desire, as a scholar of Italian American

cinema, to project onto his films a framework Tarantino has been famously reluctant to embrace.

Albeit not a comprehensive book, Cavallero's study offers a fresh perspective in the field that stems from his balanced approach, which he peppers with personal anecdotes that illuminate the impact that cinema has had in the construction and understanding of his own identity and ethnicity («I looked at *Big Night* and I smiled, because I saw me and my family on screen» [p. 152]).

Alberto Zambenedetti  
(College of Staten Island, City University of New York)

Anthony Julian Tamburri

*Re-Viewing Italian Americana. Generalities and Specificities on Cinema*  
New York, Bordighera Press, 2011, pp. 161, \$15.

Few scholars have contributed as much to the field of Italian-American Studies as Anthony Julian Tamburri. In his many books and essays, Tamburri has worked to establish Italian Americana as a valued topic of academic inquiry, and the scholars who contribute to the field today owe a debt of gratitude to him and his work. In his latest book, *Re-Viewing Italian Americana*, Tamburri once again challenges those interested in Italian Americans (not just scholars but also activists, students, and other related parties) to create a more inclusive and comprehensive picture of the myriad ways Italian-American ethnicity is represented cinematically and televisually, how it is used rhetorically, and how it is understood culturally. This is a significant book, because it provides new perspectives on often debated titles like *The Godfather* (Coppola, 1972) while also bringing relatively unknown artists and rarely discussed media products to the attention of a larger audience. Indeed, Tamburri assumes the dual role of scholar-activist here. He not only analyzes media texts but also works to create an audience for Italian-American artists who have flown more or less under the radar.

Tamburri organizes his book into seven chapters – a preface that considers the state of Italian-American media studies; an introduction that provides an extensive overview of scholarly works concerned with Italian-American filmed media; a chapter that investigates the short film *The House I Live In* (Mervyn LeRoy, 1945) starring Frank Sinatra; an investigation of the costume design of *The Godfather*; a consideration of Italian filmmaker Emanuele Crialesè's *Nuovomondo* (2006); an exploration of three Italian-American-themed short films that were not considered in Tamburri's previous book on the topic [*Italian/American Short Films and Music Videos. A Semiotic Reading* West Lafayette (IN), Purdue University Press, 2002]; and a brief conclusion that, like the introduction,

provides ideas for future scholarly inquiry on Italian-American representations. Tamburri's almost 50-page introduction exhibits his superior knowledge of the field. Everyone from novices to seasoned scholars will benefit from this chapter, which provides concise, well-written, and understandable synopses of the classic works in the field as well as more obscure, out-of-print titles that the author has managed to track down. Tamburri also exhibits a remarkable knowledge of Italian language sources, which is quite helpful for readers who are not fluent in Italian.

Almost as impressive as Tamburri's familiarity with the existent research is his skill at finding meaning in visual signs. Indeed, this has been a hallmark of the author's career, and the tradition continues here. In «Michael Corleone's Tie,» Tamburri investigates the ways that an easily neglected aspect of *The Godfather's* mise-en-scene adds depth and meaning to this classical text. By demonstrating the degree to which Michael's (Al Pacino) costume conforms to that of a funeral director, Tamburri allows readers to not only gain a greater appreciation for this movie but also for Francis Ford Coppola's artistry. Similarly, in one of the first published essays on Crialesse's *Nuovomondo*, Tamburri reveals the conflict and struggle between the film's visual signs and the written word. This tension serves as an apt metaphor for the conflict between Old World (which privileges the visual, the seeable) and New World (which tends to rely on language and the written word) ways of thinking. But, Tamburri points out that Crialesse's method of storytelling not only speaks to the film's thematic interests but also reveals the director's sympathies. As the author writes, «Crialesse tells his story through pictures, not with words» (p. 96).

Tamburri's consideration of *Nuovomondo*, a familiar (at least for Italian Americanists) but rarely analyzed text, complements his analysis of a handful of infrequently-seen short films like *The House I Live In*, Diane Federico's *Che bella famiglia* (1994), Dina Ciraulo's *Touch* (1994), and Len Guercio's *Tiramisu* (2002). Perhaps, because of the limited availability of these shorts, Tamburri connects his analyses of many of these titles to thematic concerns that consistently define Italian-American representations and frequently preoccupy scholars of Italian Americana. In discussing Guercio's *Tiramisu*, for example, Tamburri takes on the frequent connection between Italian-American representations and organized crime. In Guercio's short, viewers and some of the film's peripheral characters alike make assumptions about the lead characters based on their ethnic appearances and mannerisms only to have those assumptions thwarted by the film's narrative. In discussing *The House I Live In*, a short film that argues for religious and racial *acceptance* (rather than mere tolerance), Tamburri hints at an important argument that he will make explicit later in the book: it is Italian-American short films and music videos where issues of race and prejudice are most likely to be engaged by Italian-American filmmakers. All of this makes a compelling case for the inclusion of short films in our definition of «Italian-

American cinema». By ignoring these works, Italian-American Studies scholars have effectively silenced important voices within the community – voices that may, in fact, be less compromised than those who choose to work within the sometimes constraining milieu of commercially-based feature filmmaking industries like Hollywood.

Tamburri's investigation of short films is groundbreaking in Italian-American Studies, but the author misses an opportunity here to speak to the larger field of Film Studies where the short film has also been starved of scholarly attention. In fairness to the author, his focus here is clearly on the current debates raging within Italian-American Studies, and through his analysis, he demonstrates that we are far from arriving at any definitive conclusions to the debates that preoccupy us. (At times, for instance, he rightly criticizes those Italian Americans who easily label complex representations as either «positive» or «negative,» but then, he sometimes resorts to the same language by labeling mafia representations as «negative.»)

Ultimately, Tamburri gives readers an adept analysis of current topics in Italian-American Studies, a complete synopsis of the ground we have covered, and a road map of where the field may go next. By shedding new light on classical texts and drawing attention to new filmmakers, Tamburri continues to expand our understanding of Italian Americana and uncovers a series of new topics that demand further attention. With *Re-Viewing Italian Americana*, he provides another invaluable contribution to the field.

*Jonathan J. Cavallero (Bates College)*

Shirley Ann Smith

*Imperial Designs: Italians in China 1900-1947*

Madison and Teaneck (NJ), Fairleigh Dickinson University Press, 2012, 185 pp., \$65.

With the rise of China in the «Asian Century», the question of Italians in China seems a natural inquiry. Shirley Ann Smith presents one of the first English-language books on Italians in China before the Second World War. Rich with anecdotes and biographies, this short book is a useful resource in conceptualizing life in China for Italians in the twentieth century under Liberalism and Fascism.

Smith's stories, paraphrased from diaries and letters, evoke the life of a variegated cast of characters: diplomats, soldiers, and journalists, but not emigrants, as Italian migration to China remained very low. Smith draws upon the postcolonial theory of Edward Said, but makes no attempt to frame this book's narrative by comparing the experiences of Italians with other countries' expatriates. It is also

unclear why the author cites the world-systems model of Immanuel Wallerstein, because modern Italy did not fit into his theory as a core nation/colonizing nation. Smith faults Italy rather than the model (p. 2).

The strength of this book is its use of well-documented primary sources, but not its organization. The Boxer Rebellion is the focus of three chapters, followed by a chapter on Varè and Ciano, a chapter on Tianjin, and a short conclusion on *chinoiserie*. Each chapter is freestanding, with repetition between chapters but also repetition within chapters themselves.

Smith begins with Italy's failed bid for a concession at Sanmun Bay (Sanmen) in 1899. The government of China refused to hand it over, after having agreed to the demands of Britain, Russia, France, and Japan, leaving Italy greatly embarrassed. The Italian state did not respond, but a year later did send troops to suppress the Boxer Rebellion, with Luigi Barzini embedded as a wartime correspondent for *Corriere della Sera*. Smith contrasts effectively the perspectives of Barzini, a journalist traveling independently, with the letters and memoirs of diplomatic and military officials: their writings remained within the strict bounds of their professions, and consistently defended Italy's interests. Meanwhile Barzini's editor, Luigi Albertini, granted him free rein to investigate and evaluate conditions in China. Through his travels and experiences, Barzini came to condemn Western exploitation.

Smith recounts the very interesting story of Giuseppe Salvago Raggi, who was the senior Italian diplomat in Beijing during the Boxer Rebellion in 1900. He led his family and staff to safety in the British legation during the siege, met the Italian sailors who were part of the relief expedition, and amid the postwar chaos delimited a claim for Italian territory in Tianjin (Tientsin in the pre-Communist spelling), establishing a neighborhood under Italian law and administration.

The next chapter outlines the careers and experiences in China of two diplomats under Fascism, Daniele Varè and Gian Galeazzo Ciano, Mussolini's son-in-law. With the chapter «The City as Text», Smith tours all the European concessions in Tianjin: Italian, English, German, Japanese, Belgian, and Russian. Still today, the architecture of Piazza Marco Polo (formerly Piazza Regina Elena) in Tianjin showcases Italy's presence in China.

With the final chapter «China as Mirror of the Other», Smith concludes with a survey of Italian *chinoiserie* since the time of Marco Polo, and a discussion of eighteenth-century Italian operas on Chinese themes. The book ends with a comparison between Carlo Gozzi's drama *Turandotte* (1720), Puccini's opera *Turandot* (1926), and Italo Calvino's novel *Città invisibili* (1972). All three imagine China through an explicitly Italian lens, with Calvino framing his novel around Marco Polo's discussions with Kublai Khan. Marco Polo explains that his descriptions of travel across Asia were entirely imaginary, and were all descriptions of different parts of Venice. Calvino's image is a fitting conclusion for

this study of Italian China, but unconvincing as a final explanation for the texts that Smith has gathered together. Those Italians who lived in China for many years, rather than visiting for a short period, moved beyond imagining China to living real, not imaginary, lives in the Middle Kingdom.

The author's conversational tone makes for easy reading, but in some parts the loose structure leads to problems. In discussing Italy's shame after the disastrous defeat at Adwa, Ethiopia, in 1896, the author's unsupported claim that «according to twenty-first-century historians, it was comparable to American horror and trauma in 2001 after the terrorist attacks on the Twin Towers» (p. 4) is hardly credible. If a square mile in the middle of Milan or Rome had been suddenly destroyed by international terrorists, killing thousands of civilians, including women and children, that would make for a better comparison. More comparable to Adwa would be the American defeat by the Japanese in the Philippines, in 1942. In general, the author could be much more careful and thoughtful in the use of analogy and context.

This study is very much written from an Italianist point of view. Smith discusses expatriates from other countries who interacted with the Italian community in Tianjin, but makes no attempt to compare Italy with other imperial powers, or to place Italy's experience in the context of world history, or the histories of migration, colonialism, or Asia. Occasionally the author lapses into caricature, asserting that the Boxers' «fanaticism spoke to the ancient conservative Chinese need, reiterated adamantly in the present political climate, for isolationism and circumscription of foreign activities» (p. 14), and that Empress Cixi «was happy to see the wrath of the masses of shrieking peasants directed away from her» (p. 15). This short book leaves much room for scholarship to expand the history of Italians in China, beyond postcolonial criticism and into a broader global framework.

Throughout her prose, Smith freely and inconsistently mixes present tense and past tense, which is jarring in a historical study. The book reads as a free-flowing mix of literary criticism and narrative discussion. More analysis of Italian Fascism would have been welcome, beyond the biographical notes on Barzini and Ciano. Were there differences in Italian China under the Liberals and Fascists, or was there absolute continuity between the two regimes? This modest book does not address controversial questions from the history of contemporary Italy, or of Italians in the world. The book's strengths are its biographies of Barzini and Ciano in China, the descriptions of the Boxer Rebellion, and the photos and descriptions of Italy's remaining architectural monuments in Tianjin.

*Mark I. Choate (Brigham Young University)*

## Segnalazioni

Bordonaro, Tommaso, *La Spartenza (a cura di Santo Lombino)*, Palermo, Navarra Editore, 2013, € 14.

Carravetta, Peter, *Sulle tracce di Hermes. Migrare, vivere, riorientarsi*, Lodi, Morelli Editore, 2012, pp. 191, € 17.

Cesareo, Vincenzo e Fondazione ISMU (a cura di), *Diciottesimo Rapporto sulle migrazioni 2012*, Milano, FrancoAngeli, 2013, pp. 323, € 22.

Dalocchio, Mario, *Emigranti dell'Alta Val Curone negli Stati Uniti d'America. Profili e testimonianze*, Castelnuovo Scivina (AL), Fadia Edizioni, 2012, pp. 156.

Dell'Aira, Alessandro, *Lungo studio, grande amore. Rodolfo Crespi e L'Istituto Medio italo-brasiliano «Dante Alighieri» di San Paolo*, Soveria Mannelli (CZ), Rubbettino, 2012, € 18.

Di Giacomo, Michelangela, *Da Porta Nuova a Corso Traiano. Movimento operaio e immigrazione meridionale a Torino. 1955-1969*, Bologna, Bononia University Press, € 25.

Franchi, Nicoletta, *La Via della Scozia. L'emigrazione barchighiana e lucchese a Glasgow tra Ottocento e Novecento*, Lucca, Fondazione Paolo Cresci, 2012, pp. 243.

Labimi, Santos de Matos, Izilda, Medeiro de Menezes, Lenà, de Silva Gomes, Edgar e Marques Pereira, Syrléa (a cura di), *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e haranças* (saggi), Rio de Janeiro, 2013, pp. 24.

LoGiudice, Joseph Anthony and Carosone, Michael (eds.), *Our Naked Lives. Essays from Gay Italian-American Men*, New York, John D. Calandra Italian American Institute, Bordighera Press, 2013, pp. 177, \$ 15.

Nena Cavanha, Jussara, *Colônia Alessandria*, Curitiba, Editora Progressiva Ltda, 2012, pp. 361.

Parenti, Michael, *Waiting For Yesterday. Pages from a Street Kid's Life*, New York, Bordighera Press, 2013, pp. 155.

Pedrali G., Federica and Pirozzi, Carlo, *No-Where-Next. War-Diaspora-Origini. Dominic Scappaticcio. A Journey (1946-1947)*, Ravenna, Longo Editore, 2013, € 20.

Rinaldetti, Thierry, *Dall'Appenino alle miniere. Gli emigranti di Fossato di Vico in Europa e in America dal 1900 al 1914*, Foligno, Editoriale Umbra, 2013.

Sala Trasnocho Cultural (a cura di), *Las Italías de Caracas* (catalogo della mostra), Caracas, 2012, pp. 125.

Tirabassi, Maddalena, *Los Motores de la Memoria. Las Piemontesas en Argentina*, Cordoba (Argentina), Dictum Ediciones, 2013, pp. 255.

## Rassegna      Riviste

Albano, Alessandro e Carella, Maria, «Misurare il Brain Drain: missione possibile? Rassegna dei principali contributi demo-economici sulla quantificazione e modellizzazione dei flussi migratori qualificati», *Studi Emigrazione*, 190, 2013, pp. 249-67.

Alliegro, Enzo, «Suonatori di strada, vagabondi e migranti: la costruzione della diversità culturale», *Italian Historical Society Journal*, Special Issue 2013, pp. 20-30.

Andrès, Hervé, «Le droit de vote des résidents étrangers est-il une compensation à une fermeture de la nationalité? Le bilan des expériences européennes», *Migrations Société*, xxv, 146, CIEMI, marzo-aprile 2013, pp. 103-16.

Barker, Fiona, «Le droit de vote des étrangers en Nouvelle-Zélande», *Migrations Société*, xxv, 146, Paris, CIEMI, marzo-aprile 2013, pp. 117-28.

Cattini, Giovanni, *Nel nome di Garibaldi. I rivoluzionari catalani, i nipoti del generale e la polizia di Mussolini*, recensito da Puppini, Marco, «Garibaldini per la Catalogna. Il versante italiano e quello catalano del complotto di Prats de Mollò», *Spagna Contemporanea*, 42, 2012, pp. 124-28.

Soysüren, Ibrahim, «Penser l'expulsion des étrangers de Suisse à partir d'une étude de cas d'un jeune délinquant expulsé», *Migrations Société*, xxv, 146, marzo-aprile 2013, pp. 15-28.

Domínguez Méndez, Rubén, «Fotografías de la comunidad italiana en España (1922-1945): una fuente visual para el conocimiento de la colonia bajo el fascismo», *Spagna contemporanea*, 43, 2013, pp. 29-51.

Fois, Marisa e Carboni, Michele, «“Master and back” ... to black? Laureati sardi tra nuove mobilità e precariato finanziato», *Studi Emigrazione*, 190, Roma, 2013, pp. 268-93.

Leone, Bette, «Chains and Links: the story of travelling musicians from Lucania», *Italian Historical Society Journal*, Special Issue 2013, pp. 39-47.

Pittau, Franco, Ricci, Antonio e Giuliani, Marta, «Migrazioni e ritorni: elementi per una visione d'insieme», *Studi Emigrazione*, 190, , 2013, pp. 199-224.

Rabinovici, Alison, «Musical migrants: pictures and stories from the Lucanian community in Melbourne», *Italian Historical Society Journal*, Special Issue, 2013, pp. 6-20.

Varriale, Francesco e De Pretto, Laura, «Cina-Italia-Cina: l'esperienza di un gruppo di giovani returnee altamente qualificati», *Studi Emigrazione*, 190, 2013, pp. 225-48.